

**O texto jornalístico de cariz político:
implicitação e explicitação em tradução e edição**

Ana Cláudia Gamito da Silva

**Relatório de Estágio
de Mestrado em Tradução
Especialização em Inglês**

Maio de 2019

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da Prof.^a
Doutora Iolanda Ramos e da Prof.^a Doutora Susana Valdez.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Iolanda Ramos e à Professora Susana Valdez toda a atenção, carinho e disponibilidade durante este processo. A sua ajuda e a sua sabedoria foram imprescindíveis.

Agradeço a todos os colaboradores do *Público* que se cruzaram comigo durante o estágio. À Dra. Ana Ferreira Gomes, aos colegas de secção, aos outros estagiários e, em particular, à Clara e à Isabel que me receberam tão bem.

Agradeço à colega de mestrado, agora amiga, Sofia, pelo seu ombro amigo.

Agradeço à minha família, que sempre me deu liberdade para escolher aquilo que quero ser.

E, por último, agradeço ao meu namorado por ter aturado o mau feitio.

O TEXTO JORNALÍSTICO DE CARIZ POLÍTICO: IMPLICITAÇÃO E EXPLICITAÇÃO EM TRADUÇÃO E EDIÇÃO

ANA SILVA

RESUMO

A relação da tradução com o jornalismo apenas recentemente começou a despertar o interesse dos Estudos de Tradução. Numa redação, a tradução é vista como um meio e não um fim e é realizada por jornalistas. A ausência de tradutores nas redações e a relutância dos jornalistas em identificarem-se como tradutores dificultam o estudo desta área.

Tendo como base o estágio curricular no jornal diário *Público*, o presente relatório tem como objetivo demonstrar a utilização da explicitação e implicação como estratégias de tradução para tradutores e jornalistas, dentro do contexto da tradução jornalística de cariz político de inglês para português, de textos do jornal *The Washington Post* e da agência Reuters.

Para este efeito, após a descrição do estágio, foi realizada uma análise da tipologia de textos e problemáticas que surgiram durante a presença da tradutora no *Público*. Posteriormente, foi realizada uma reflexão teórica sobre o conceito de transedição, os textos jornalísticos e o texto jornalístico de cariz político, a temática geral dos textos trabalhados. Por fim, analisou-se um *corpus* de dez textos onde foram utilizadas a explicitação e a implicação, textos traduzidos por uma tradutora e editados por uma jornalista, que comprova que as estratégias de tradução são transversais a tradutores e jornalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Texto jornalístico, tradução, transedição, explicitação, implicação.

THE JOURNALISTIC TEXT OF POLITICAL NATURE: IMPLICITATION AND EXPLICITATION IN TRANSLATION AND EDITION

ANA SILVA

ABSTRACT

The relationship between translation and journalism only recently has begun to attract the attention of Translation Studies scholars. In a newsroom, translation is seen as a mean and not an end and is performed by journalists. The lack of translators in newsrooms and the resistance of journalists of being recognized as translators hinder the study of this subject.

Considering the internship on the daily newspaper Público, this report aims to demonstrate the use of explicitation and implicitation as translation strategies, within the political journalism translation context from English to Portuguese, of the newspaper The Washington Post and Reuters News Agency texts.

For this purpose, after the description of the internship, an analysis of the type of texts and problems that came up during the presence of the translator in Público was conducted. After, a theoretical framework about transediting, the journalistic texts and the journalistic text of political nature, the general theme of the texts, is analyzed. Lastly, a corpus of ten texts in which explicitation and implicitation were used was analyzed. These texts were translated by a translator and edited by an editor, which shows that these strategies are common to translators and journalists.

KEYWORDS: Journalistic text, translation, transediting, explicitation, implicitation.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Descrição do estágio	3
1.1. Caracterização da instituição de acolhimento do estágio	3
1.2. Caracterização do trabalho de tradução no <i>Público</i>	4
1.2.1. O tradutor na redação e as suas tarefas	5
1.3. Tipologias de texto e problemáticas	7
1.4. Notas conclusivas	13
Capítulo 2. Tradução do texto jornalístico de cariz político	14
2.1. Transedição	14
2.2. Os textos jornalísticos	16
2.2.1. O texto jornalístico de cariz político	20
2.3. Notas conclusivas	22
Capítulo 3. Explicitação e implicitação	23
3.1. Explicitação e implicitação	23
3.2. Explicitação como universal de tradução e a implicitação	24
3.3. Análise de textos	25
3.4. Notas conclusivas	37
Conclusão	38
Referências bibliográficas	40
Anexos.....	i
Anexo 1 – Lista de traduções realizadas durante o estágio	ii
Anexo 2 – Seleção de textos para fins de análise	xiv

Introdução

O presente relatório incide sobre o estágio curricular da discente no jornal *Público*, na secção Mundo, como proposta para a conclusão do Mestrado em Tradução na especialização Inglês-Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O objetivo principal do relatório é demonstrar a utilização da explicitação e implicação como estratégias de tradução, no contexto da tradução jornalística de cariz político de inglês para português, do jornal *The Washington Post* e da agência Reuters, bem como de entrevistas traduzidas para o jornal *Público*.

Para o desenvolvimento da temática principal do relatório que aqui se apresenta, a explicitação e a implicação como estratégias de tradução na tradução de textos jornalísticos de cariz político, será desenvolvida uma reflexão teórica sobre a definição destas estratégias. Posteriormente serão dados exemplos de explicitação e implicação através de uma amostra de textos traduzidos durante o período de estágio.

Este relatório está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo é descrita a redação do jornal, o funcionamento do jornal enquanto jornal diário e qual o papel da tradutora na redação, descrevendo o tipo de trabalho realizado pela estagiária/tradutora, as tarefas desenvolvidas na redação, tipologias de textos trabalhadas e as problemáticas impostas pelas mesmas.

No segundo capítulo introduz-se as noções e os conceitos necessários para desenvolver o relatório através da análise crítica de fontes teóricas que versam sobre o tema em apreço, com destaque para van Doorslaer (2009) e Schäffner (2012). Neste capítulo visa-se compreender como é realizada a tradução em contexto jornalístico, através de uma reflexão sobre o conceito de transedição, cunhado por Karen Stetting (1989) e que defendeu que, em certa medida a edição sempre esteve presente no ato tradutório (p. 371), demonstrando que a tradução é mais do que transferência de palavras de uma língua para a outra e passível de alterações necessárias para a melhor compreensão do texto de chegada (TC). São também analisadas as tipologias de textos jornalísticos trabalhadas ao longo do estágio, a saber, entrevistas, reportagens, notícias e artigos de opinião ou análise, e as suas regras de escrita, com particular ênfase no texto jornalístico de cariz político. Para tal, analisa-se o Livro de Estilo do *Público* que define como deve ser escrito um texto jornalístico. É de notar que este trabalho surge na continuação dos

relatórios anteriormente desenvolvidos em tradução no âmbito da imprensa portuguesa, a saber, Burnay (2017), Ferreira (2015) e Ferreira (2013).

No terceiro e último capítulo serão estudados os conceitos de explicitação e implicação e a classificação da explicitação como universal de tradução. Na vertente prática, será analisado um *corpus* de dez textos, dos 53 textos traduzidos e publicados durante a permanência da tradutora na redação do *Público*. Esta análise será desenvolvida através da comparação dos textos de partida com a versão final dos textos de chegada, traduzidos e editados pela estagiária e posteriormente editados por uma jornalista e editora, para compreender qual o papel da implicação e explicitação no texto jornalístico.

Capítulo 1. Descrição do estágio

Neste primeiro capítulo pretende-se descrever o estágio realizado no âmbito da componente não letiva do Mestrado de Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Descreve-se a instituição de acolhimento do estágio, o jornal *Público*, o trabalho de tradução nesta instituição e o papel da estagiária na redação. As tipologias de textos e as problemáticas confrontadas pela estagiária durante o estágio serão também alvo de reflexão.

1.1. Caracterização da instituição de acolhimento do estágio

No seu livro de estilo, o jornal *Público* indica que pretende ser um jornal marcado pela positividade, exigência e qualidade, afirmando ser um “diário líder no segmento das publicações de referência, com difusão nacional e lido pelos leitores mais exigentes e mais instruídos” (2005, p. 5). A primeira edição do livro de estilo do *Público* foi redigida em 1997 e o passar do tempo não modificou os objetivos do jornal e de quem o coordena, mantendo sempre claras as suas intenções e propósitos, orgulhando-se de ser, mesmo nos tempos difíceis que decorrem para o jornalismo, especialmente o de papel, um jornal com publicação diária das notícias mais recentes.

Ao entrar na redação do *Público*, depressa se percebe a azáfama, mas também o empenho que dirigir e organizar um jornal diário exige dos colaboradores do *Público*. O pavilhão na doca de Alcântara, onde se localiza a redação de Lisboa, é partilhado por várias empresas, mas nem assim se pode considerar pequeno o espaço. O *Público* está dividido em duas áreas distintas: a parte administrativa e a redação propriamente dita. Contrariamente à parte administrativa, silenciosa e calma, onde se resolvem burocracias, orçamentos e outras questões, a redação é um local movimentado, preenchido com conversas e algumas gargalhadas, não estivesse a redação organizada em “ilhas” para incentivar à boa relação e convívio entre os jornalistas que ali trabalham.

As “ilhas” representam as várias secções existentes no *Público* e são uma série de secretárias agrupadas, viradas umas para as outras, para facilitar a comunicação entre jornalistas da mesma secção, que, por vezes, escrevem peças juntos ou tiram dúvidas com os colegas.

O *Público* é composto por várias secções, algumas são as que escrevem diretamente para o jornal impresso, mas também veem as suas peças publicadas no *website* do jornal, como a secção de Economia, Ambiente, Ciência, Cultura e Mundo, entre outras,

compostas por jornalistas mais especializados na área sobre a qual escrevem. Esta última foi a secção que acolheu a estagiária, tendo sido a editora da secção, a Dra. Ana Gomes Ferreira, a orientadora no local de estágio. A secção Local tem a particularidade de estar presente nas duas redações de Lisboa e do Porto. Esta secção escreve para as duas versões existentes do *Público*, uma vez que a redação do Porto cobre as notícias da zona norte do país e a redação de Lisboa cobre as notícias de Coimbra até ao Algarve. Para além destas secções, existem também secções que contribuem para o jornal, mais especificamente para a vertente digital do jornal, como a secção Online, que está encarregue de colocar as notícias de última hora no *website* do *Público*, com jornalistas próprios que cobrem qualquer secção; a secção Multimédia que cria os conteúdos digitais como vídeos, infogramas, podcasts, entre outros e a secção Redes, que gere as redes sociais do *Público* como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter* e interage com os leitores. O *Público* conta ainda com suplementos como o P2, o P3 e o Ípsilon, com os quais a tradutora teve a oportunidade de colaborar.

Ao fundo da redação encontra-se a sala de reuniões onde a direcção do jornal se reúne todos os dias com os vários editores. A sala tem paredes de vidro e qualquer colaborador pode ver o que se passa durante a reunião, com a porta geralmente aberta também. Para além da direcção e dos editores sentados na grande mesa retangular, estão também presentes os editores da redação do Porto, via videochamada. Na zona da sala de reuniões encontra-se também um ecrã, colocado ao alto na parede, visível para toda a redação. Neste ecrã pode-se visualizar o número de visitas efetuadas ao *website* do *Público* naquele minuto e também o número de leitores que acedem aos artigos publicados *online*. Esta é uma ferramenta útil dado que permite perceber quais os temas que mais interessam aos leitores.

1.2. Caracterização do trabalho de tradução no *Público*

O dia no *Público* começa por volta das dez e trinta, com a reunião entre os editores de cada secção e o diretor do jornal. É durante esta reunião que se discute o que se passa no nosso país e no mundo, se decidem quais as notícias relevantes a desenvolver durante aquele dia e que serão publicadas no dia seguinte e o espaço no jornal atribuído a cada secção. Depois da reunião, e com o regresso dos editores à respetiva secção, são atribuídos os temas aos jornalistas que mais entendem das mesmas, por exemplo, um jornalista que esteja mais por dentro da realidade e política norte-americana irá, quase sempre, escrever sobre o tema. Depois de dadas as instruções, é agora que o editor, neste caso em

específico, a editora, procura notícias que lhe pareçam relevantes nas cadeias noticiosas inglesas e norte-americanas e na agência internacional Reuters, mas que não irão ser desenvolvidas pelos jornalistas, mas antes traduzidas.

1.2.1. O tradutor na redação e as suas tarefas

No *Público*, as traduções são feitas por encomenda, dado que não existe um tradutor na redação. Estas traduções são pedidas a tradutores externos, em regime de *freelance*. Tendo em conta que a estagiária se tornou a tradutora residente na redação, a atribuição de trabalho tornou-se mais simples, uma vez que a tradutora estava presente na redação a tempo inteiro.

O estágio curricular decorreu entre o dia 6 de agosto e o dia 5 de novembro de 2018, com uma duração total de 400 horas. O principal papel da tradutora durante este período foi traduzir vários textos jornalísticos de inglês para português. A lista de textos traduzidos encontra-se no Anexo 1. O Anexo 1 enumera todas as peças jornalísticas traduzidas ao longo do estágio, organizadas por ordem cronológica. Nesta figuram os títulos dos textos de partida, os títulos traduzidos pela estagiária e os títulos finais, definidos pela editora. Contém ainda as hiperligações dos respetivos textos publicados no *website* do jornal *Público* e o respetivo número de palavras de cada texto.

Ao longo do estágio, a tradutora traduziu vários tipos de textos jornalísticos, a saber, entrevistas, notícias, reportagens e artigos de opinião ou análise, sempre da língua inglesa para a língua portuguesa, num total de 60 textos traduzidos, 53 publicados em papel e/ou *online*.

Grande parte do trabalho da tradutora ao longo do estágio centrou-se na tradução de peças jornalísticas de jornais com os quais o *Público* tem protocolo, como, por exemplo, o jornal *The Washington Post*, mas também notícias da agência internacional Reuters, que tem jornalistas espalhados pelo mundo inteiro e que escrevem grande parte das suas notícias em inglês. Exemplo é a peça “Decades of dispossession: indigenous Brazilians battle to get back land”, da jornalista brasileira Karla Mendes, cuja língua nativa é o português do Brasil (ver Anexo 2, Texto A₁ e Texto A₂).

Para além deste tipo de trabalho, a tradutora teve também a oportunidade de fazer a retroversão de português para inglês das legendas de um documentário, que iria posteriormente ser colocado à venda em formato de DVD, e de cumprir o papel de

revisora de uma notícia que havia sido traduzida para português por um jornalista da redação.

Como indicado anteriormente, a editora escolhe qual a peça que quer publicar no jornal e avisa a tradutora, enviando por *e-mail* o texto a traduzir. Não existindo diretrizes, a tradutora traduz o texto na íntegra e este é posteriormente editado pela editora ou editor da secção a que pertence o texto, de forma a que tenha o número de palavras atribuído para aquele texto, principalmente quando a tradução vai ser publicada na versão em papel do jornal. Os editores cumprem também o papel de revisores.

Para além de colaborar com a secção Mundo, surgiram também inúmeros trabalhos com a secção Online. Tendo em conta que esta secção está encarregue das notícias de última hora e da sua rápida publicação, por vezes, os jornalistas não tinham tempo para desenvolver peças que consideravam interessantes, mas que não eram de carácter urgente ou eram extensas. Em muitas destas situações, um dos editores da secção Online recorreu à tradutora, pedindo-lhe para traduzir peças, sempre que não estivesse ocupada com artigos para o Mundo.

Durante o estágio não foi utilizado nenhum *software* de tradução já que a tradução jornalística não é rica em repetições. Portanto, ao contrário de outro tipo de traduções, não houve necessidade de utilizar tal *software*. Recorreu-se apenas a processadores de textos, como o *Microsoft Word*. Mesmo na retroversão do documentário, a tradutora esteve apenas encarregue da tradução das legendas, sendo que uma empresa externa ao *Público* ficou responsável pelo processo de legendagem.

Após a receção do texto de partida (TP), este era lido cuidadosamente na íntegra. Geralmente, a tradutora dispunha de bastante tempo para fazer a tradução, o que permitia uma análise aprofundada do texto, lido parágrafo a parágrafo, tomando nota de termos e expressões desconhecidas ou que provocavam dúvida. Entrelaçado com o trabalho de tradução, esteve também o trabalho de pesquisa, não só de terminologia, mas também de questões culturais. Esta ação evidencia que, para além do conhecimento da língua, é também importante conhecer contextos e culturas (Santos 2012, p.21).

Para a questão da terminologia, foram extremamente úteis as técnicas e ferramentas apreendidas durante a componente letiva do mestrado, como a consulta de bases terminológicas como o IATE ou dicionários online como o EUdict. Com o passar do

tempo, a experiência tornou-se também uma vantagem essencial, pois a meio do estágio a tradutora já contava com um número elevado de traduções semelhantes.

Uma boa percentagem dos textos de partida fazia referência à cultura dos Estados Unidos da América ou do Reino Unido, culturas com as quais a tradutora se sentia, na maior parte das vezes familiarizada, dado o seu historial académico. Outros textos de partida descreviam culturas das quais a tradutora não tinha conhecimentos aprofundados, como a cultura indígena brasileira ou árabe, por exemplo. Estes textos eram particularmente interessantes de traduzir, uma vez que exigiam uma maior pesquisa, particularmente no que diz respeito a referentes culturais, como localidades, acontecimentos históricos ou figuras relevantes dos países em questão.

1.3. Tipologias de texto e problemáticas

Como foi mencionado anteriormente, a tradutora traduziu vários tipos de textos jornalísticos, que serão abordados no capítulo seguinte. Neste subcapítulo pretende-se olhar para os textos do ponto de vista da tradução. O texto jornalístico pode ser descrito como um texto pragmático, inserido assim na componente curricular do mestrado em Tradução lecionada pela Prof. Doutora Iolanda Ramos.

Relativamente ao texto pragmático, Katharina Reiss argumentou, em 1971, que o tipo de texto é o que determina primeiramente as estratégias de tradução a utilizar (2000, p. 24). Para este efeito, a autora estabeleceu quatro tipos de texto: informativo, expressivo, operativo e audiovisual. O texto do tipo informativo foca-se no conteúdo do texto; o texto do tipo expressivo foca-se na forma como se apresenta o texto; o texto do tipo operativo tem como objetivo apelar ao leitor e o audiovisual é um texto escrito não para ser lido, mas antes ouvido (Reiss 2000, p. 27). De acordo com Reiss (2000, p. 17), as traduções devem respeitar a função do texto de partida. Sendo assim, a tradução de textos do tipo informativo deve transmitir na íntegra a informação presente no TP, a tradução de textos expressivos deve transferir o estilo criativo do TP e a tradução de textos operativos deve apelar ao leitor de chegada (Reiss 2000, p. 26).

Porém, devido ao carácter híbrido de alguns textos, alguns autores consideram a tipologia estabelecida por Reiss rígida e generalista (Biel 2018, p. 153). Os textos jornalísticos são um exemplo no que diz respeito ao carácter híbrido dos textos, uma vez que existem tipos de textos jornalísticos que podem ser inseridos em mais do que um tipo

definido por Reiss, como os artigos de opinião e de análise que são do tipo informativo, mas também podem ser considerados operativos.

É comum, no seu trabalho diário, um tradutor ver-se confrontado com vários problemas, sendo os mais comuns os problemas de tradução¹. A linguagem técnica de alguns textos mostrou ser uma das maiores dificuldades sentidas ao longo do estágio.

Texto de partida	Texto de chegada
“...the grace period for the interest payments and amortization...”	“...do período de carência para o pagamento de juros e amortização...”
“...to produce 3.5 percent of GDP primary surpluses ...”	“...gerar excedentes primários de 3,5% do PIB...”
“...among hedge funds and other market players...”	“...entre os <i>hedge fund</i> (fundos de alto risco) e outros mercados...”

Tabela 1: Exemplos de problemas de tradução.

Os excertos apresentados fazem parte de um artigo de análise sobre a crise grega, artigo este traduzido para a secção de Economia (ver Anexo 2, Texto B₁ e Texto B₂). O seu nível de linguagem técnica, com muitos termos financeiros e económicos, mostrou ser um desafio durante a sua tradução. Primeiramente, foi feita uma leitura a fundo do texto, assinalando todos os termos desconhecidos ou que suscitavam dúvidas. Posteriormente, foi feita pesquisa em bases de dados, como o IATE, o que provou ser uma grande ajuda. Porém, por ainda existirem algumas dúvidas pertinentes relativamente à terminologia para a qual não se encontrou tradução e, por se ter mostrado disponível para esclarecer quaisquer dúvidas, recorreu-se ao editor da secção de Economia, que, devido à sua vasta experiência em jornalismo económico, domina esta vertente. O último exemplo foi particularmente difícil de traduzir, dado que durante a pesquisa surgiram as traduções “fundo de cobertura” e “fundo especulativo”. A decisão final passou por deixar o termo na língua de partida (LP), como um empréstimo, mas com a tradução em

¹ Neste relatório adota-se a definição de problemas de tradução de Hurtado Albir (2001, p. 639) como: “Dificultades de carácter objetivo con que puede encontrarse el traductor a la hora de realizar una tarea de traducción; los problemas de traducción pueden ser: lingüísticos, textuales, extralingüísticos, de intencionalidad y pragmáticos. Los problemas de traducción tienen un carácter multidimensional ya que en una misma unidad problemática puede darse la conjunción de varias categorías de problemas.”

português entre parênteses. Optou-se por traduzir como “fundos de alto risco”, porque este foi o termo utilizado noutros artigos da mesma temática.

Texto de partida	Texto de chegada
“ UK's summer of discontent: Conservative grassroots can't stand PM's Brexit plan”	“Estes conservadores também odeiam o “Brexit” de Theresa May”
“If grassroots pressure can persuade...”	“E se a pressão destes militantes de base consegue persuadir...”
“The party’s 124,000 rank-and-file members... ”	“Os 124 mil militantes de base do partido...”

Tabela 2: Exemplos de problemas de tradução.

Os excertos apresentados fazem parte de uma reportagem sobre o *Brexit* e a opinião de vários conservadores do norte do país (ver Anexo 2, Texto C₁ e Texto C₂). O primeiro excerto é o título da reportagem na língua de partida. Na língua de partida, o título continha um jogo de palavras relacionado com um acontecimento marcante no Reino Unido: *winter of discontent*, uma série de greves do setor público que marcaram o inverno de 1978-1979. O autor do texto de partida substituiu “winter” por “summer”, num jogo de palavras que demonstra o descontentamento dos entrevistados em relação ao governo. Para o público português este jogo de palavras não faria sentido pelo que se omitiu a primeira parte do título. O segundo excerto foi particularmente difícil de traduzir porque não existe uma tradução direta do termo para a língua de chegada. Tendo esta informação em conta, a leitura de artigos sobre o mesmo tema tornou-se obrigatória. Verificou-se, ao ler os textos tanto em inglês como em português, que o termo comum mais utilizado é “militantes de base”, pelo que se optou por esse termo. O terceiro excerto contém dois problemas. O primeiro problema relaciona-se com o excerto identificado anteriormente, já que inclui uma expressão diferente do excerto anterior, mas que se traduziu de forma igual. Por não ter uma tradução direta, mas comportar o mesmo significado que a expressão anterior, esta foi a estratégia escolhida. O segundo problema refere-se à grafia dos números em inglês e em português. Segundo o livro de estilo do *Público*, “os números dividem-se em grupos de três algarismos, contados a partir das

unidades, com um ponto final a separar cada dois desses grupos” (2005, p. 157), sendo que a grande diferença entre a língua de partida e a língua de chegada é a utilização da vírgula por parte da LP (124,000) e a utilização do ponto final pela língua de chegada (LC) (124.000). Contudo, quando o número apresentado é algo extenso, para maior facilidade de leitura, pode-se escrever o número com uma parte em algarismos e outra por extenso (Público 2005, p. 157).

Texto de partida	Texto de chegada
“Trump doesn't need to use the n-word ”	“Trump nem precisa de usar a palavra preto para ser racista”
“His words have a clear effect - stirring and normalizing bigotry - while preserving a veneer of deniability for himself and the followers who take up his call.”	“As suas palavras têm um efeito claro – estimular e normalizar o preconceito – enquanto garante uma fachada de negação para si mesmo e para quem o apoia.”

Tabela 3: Exemplos de problemas de tradução.

O terceiro exemplo apresentado refere-se a uma notícia sobre o presidente dos Estados Unidos da América e a sua antiga assessora Omarosa Manigault Newman (ver Anexo 2, Texto D₁ e Texto D₂). No excerto 1, por se tratar de uma palavra extremamente ofensiva nos Estados Unidos e, que no texto de partida nem sequer está escrita de forma explícita, a dificuldade foi decidir qual seria o termo apropriado em português. A adaptação do texto à cultura de chegada provou ser importante e, por opção da editora, traduziu-se “n-word” como “preto”. No excerto 2, no texto de partida são utilizados dois traços para dar ênfase a uma informação que se encontra entre os mesmos. No texto de chegada, a tradutora utilizou a mesma estratégia, sendo que obriga a uma paragem na leitura da frase e obriga o leitor a prestar atenção e refletir sobre a informação que lhe é apresentada entre dois traços.

Texto de partida	Texto de chegada
“ Prime Minister Sheikh Hasina , who faces an election due by the end of the year, has accused her political rivals...”	“ A primeira-ministra Sheikh Hasina , que enfrentará eleições no fim do ano, acusou os seus rivais políticos...”
<p>“...As per the proposed law, an accused has to face five years of jail for negligent driving (leading to death),” Law Minister Anisul Huq told reporters after a cabinet meeting chaired by Hasina.</p> <p>The deliberate running over of people will draw murder charges and carry the death sentence, he added.”</p>	<p>“... “De acordo com a lei proposta, a condução negligente (provocando a morte) pode ser condenada com pena até cinco anos de prisão,” disse o ministro da Justiça, Anisul Huq, aos jornalistas, após uma reunião do governo dirigida por Hasina.</p> <p>O atropelamento premeditado implicará acusações de homicídio e a pena de morte, acrescentou.”</p>

Tabela 4: Exemplos de problemas de tradução.

Os exemplos apresentados são excertos de uma notícia sobre protestos no Bangladesh a favor de uma punição mais dura para a condução negligente (ver Anexo 2, Texto E₁ e Texto E₂). O primeiro excerto é um exemplo de como o funcionamento das línguas não é igual e exige a atenção máxima do tradutor, uma vez que pode induzir em erro. O nome pessoal apresentado é estrangeiro e, por isso, não se sabe se pertence a um homem ou a uma mulher. Em português, a marca do género é atribuída pelo artigo que antecede a palavra ou a própria palavra contém um morfema de género que permite saber o género gramatical da palavra: *a primeira-ministra*. Em inglês, não existe a presença de artigos que demonstrem o género da palavra. Neste caso, o género de “prime-minister” só pode ser identificado de duas formas: pesquisar o nome que sucede a expressão ou procurar na frase uma indicação de género. Ao pesquisar, facilmente se encontra a informação de que o Bangladesh tem uma primeira-ministra. Porém, também pode ser encontrado na frase um referente do género: “her”. A vivência pessoal do tradutor pode não ajudar a solucionar os problemas tradutórios neste caso em particular, dado que em Portugal o cargo de primeiro-ministro tem sido atribuído a homens, com a exceção de Maria de Lourdes Pintasilgo, pelo que, sem uma leitura cuidada ou a pesquisa do nome

em questão, é fácil cair em erro e cometer uma falha no texto de chegada. Neste excerto pode ainda ser identificado outro problema com o qual a tradutora se viu confrontada várias vezes: a colocação do artigo definido antes do nome. Apesar da existência do artigo “the” na língua inglesa, o mesmo não é comumente utilizado nos textos jornalísticos antes de um nome antecedido por um cargo. Porém, na língua portuguesa, o artigo definido deve surgir antes do cargo, pelo que se colocou sempre o artigo definido correto. O segundo excerto apresentado relaciona-se com uma preferência portuguesa e que diz respeito à formalidade do texto. Na versão em inglês, o autor refere-se ao ministro da Justiça do Bangladesh como “he”. Na tradução, omitiu-se o pronome “ele”, uma vez que confere um grau de proximidade que não é real e o próprio verbo acarreta em si o pronome a que se refere. Este excerto permite ainda abordar outra questão que surgiu inúmeras vezes ao longo do estágio: a questão das citações diretas. É deveras comum encontrar citações diretas nos textos de chegada, pelo que se impôs a dúvida de como traduzir estas mesmas citações. Através da observação do trabalho dos restantes colegas, a tradutora concluiu que a estratégia mais utilizada é manter a citação direta, tal como em inglês.

Durante o trabalho de legendagem, a tradutora teve acesso às legendas em português, uma vez que o documentário já havia sido legendado para português por um jornalista do *Público*. Porém, foi necessária a visualização do documentário durante o processo para melhor compreender o significado das próprias falas. O facto de ser uma retroversão, de português para inglês, e de a tradutora não ter experiência em legendagem contribuíram para a grande dificuldade sentida durante o processo, tendo sido um trabalho que se prolongou por vários dias. A passagem do registo oral para o registo escrito comprovou ser difícil devido às diferenças entre a língua falada e a língua escrita. As paragens no diálogo, a linguagem coloquial aceite no registo oral, mas não no registo escrito, e, apesar de não ser a tradutora a inserir as legendas posteriormente, mas sabendo que existe um limite de espaço, o espaço limitado para as legendas foram constrangimentos com os quais a tradutora se deparou.

Como seria de prever, surgiram problemas de tradução semelhantes aos dos textos traduzidos. Os referentes culturais foram particularmente difíceis de traduzir por serem elementos desconhecidos dos espectadores-alvo do DVD, neste caso, espectadores estrangeiros conhecedores da língua inglesa. Por exemplo, a tradução de “bucho recheado” apenas foi conseguida após a tradutora ter consultado outros colegas tradutores fora da redação, que contribuíram para a tradução final “stuffed hog maw”. Apesar de

não ser um prato igual, a sua base, o estômago do porco, e a sua confeção são semelhantes, pelo que foi a opção escolhida.

1.4. Notas conclusivas

A presença da estagiária no jornal *Público* permitiu compreender qual o papel de um tradutor dentro de uma redação e o papel que o próprio ato tradutório cumpre no dia-a-dia de um jornalista, com particular ênfase na tradução no par inglês-português. Para além da tradução, o tradutor de uma redação pode ter outras tarefas como a retroversão e a revisão de textos. Com a presença permanente do tradutor, o fluxo de trabalho é também mais simples e fluído.

Para além do conhecimento sobre o tipo de texto jornalístico que traduz, o tradutor deve também saber identificar as estratégias tradutórias que deve utilizar durante a tradução. Na tradução do texto jornalístico, os maiores problemas que a tradutora enfrentou durante o estágio dizem respeito à terminologia específica de certas áreas, como a Economia e a Ciência, termos cuja tradução direta não existe, os referentes culturais estrangeiros presentes nalguns textos, que podem ser desconhecidos do público-leitor do jornal *Público* e a adaptação do texto inglês ao estilo do texto português, como a grafia dos números ou a colocação de artigos definidos antes dos substantivos. O conhecimento aprofundado das línguas com que se trabalha, a utilização de bases terminológicas e dicionários online e a disponibilidade permanente dos jornalistas mais experientes garantiram a resolução destes problemas.

Capítulo 2. Tradução do texto jornalístico de cariz político

Neste segundo capítulo do relatório é feita uma reflexão sobre transedição e a forma como a tradução se interliga com o jornalismo. Reflete-se ainda sobre a natureza do jornalismo e, em particular, do jornalismo político, dada a presença da tradutora na secção Mundo, onde a maioria dos textos pertence à esfera política internacional.

2.1. Transedição

O motivo por que é tão difícil associar o conceito de tradução ao ato jornalístico deve-se à forma como é percecionada a tradução em geral. Segundo Bielsa (2007, pp. 135–148), a tradução do texto jornalístico coloca em causa conceitos-chave como texto de partida, texto de chegada, autoria e tradução. Muitas vezes, as peças jornalísticas são fruto da junção de várias fontes, escritas ou orais (Schäffner 2012, p. 876). Na questão da autoria, o livro de estilo do *Público* (2005, p. 62) é claro: os jornalistas devem assinar as peças desenvolvidas por si. Quando apenas traduzem, adaptam ou editam *telexes*, no fim deve apenas ser mencionado o nome da agência internacional (*Público* 2005, p. 62). Bani afirmou que o método mais fidedigno para confirmar que o texto apresentado é uma tradução, é a indicação gráfica do nome do jornal ou agência autor do texto de partida (2006, p. 36). Mesmo quando é acrescentado algum tipo de informação, como contextualização, o nome do jornalista é omitido e é indicada uma colaboração entre o jornal *Público* e a agência (*Público* 2005, p.64). No caso dos tradutores, os textos traduzidos a partir de órgãos de comunicação estrangeiros são identificados como tradução e assinados pelo tradutor (*Público* 2005, p. 64).

Em “Journalism and translation” (2010, p. 181), Luc van Doorslaer afirma que, apesar de em muitas redações a tradução não ser feita por tradutores, esta é uma parte fulcral do trabalho jornalístico, implicando a recolha complexa de informação e a sua tradução, seleção, reinterpretação, contextualização e edição. Até à fase de publicação de uma notícia podem ser observados vários processos que envolvem a tradução: a recolha de informação noutras notícias e a própria escrita e edição da notícia a publicar na língua de chegada (van Doorslaer 2010, p. 181).

Foi com esta realidade em mente que Stetting propôs, em 1989, o termo transedição, durante uma conferência sobre Estudos Ingleses. Stetting sentiu necessidade de demonstrar a ligação entre tradução e edição e como as duas ações estão intrinsecamente ligadas, dado que, segundo a autora: “a certain amount of editing has

always been included in the translation task” (1989, p. 371). Stetting tinha como objetivo demonstrar que as alterações ao conteúdo não só são legítimas como necessárias. Esta necessidade provém da posição dos Estudos de Tradução na altura, vistos como secundários. Segundo a opinião geral, uma boa tradução não se deveria afastar do texto de partida, mas antes replicá-lo o mais fielmente possível (Schäffner 2012, p. 868).

Para Stetting, todas as alterações que o tradutor efetua enquanto traduz um texto são fruto do ato de edição, como por exemplo, a conversão de medidas, explicar referências culturais presentes no texto de partida e omitir informações que são consideradas irrelevantes para o público-alvo (Schäffner 2012, p. 867). Entre os cinco exemplos que Stetting referiu para comprovar a existência da transedição, encontramos o exemplo dos jornalistas que recolhem informação noutras línguas para escrever os seus próprios textos (1989, p. 373). Para Stetting, o tradutor também cumpre o papel de editor, que tem como tarefa: “[to] improve clarity, relevance, and adherence to the conventions of the textual type in question – without ‘killing’ the personality and the interesting features of the actual piece of writing” (1989, p. 373). O processo de tradução também é influenciado pelo público-alvo, registo da publicação e as ideologias do jornal (Schäffner 2012, p. 874).

Quando as publicações nacionais recebem textos escritos pelas agências, traduzem a informação para a sua língua materna. Ao traduzir, criam um só texto que funciona como texto de chegada, independentemente do número de fontes e línguas em que se baseava o texto da agência noticiosa (Schäffner 2012, p. 876).

No caso específico do jornal *Público*, a tradutora observou durante o estágio que o desenvolvimento de grande parte das notícias da secção de acolhimento se processa como referido acima, evidenciando o estudo feito por Ferreira (2015), que analisou pormenorizadamente o processo de tradução no contexto jornalístico português. Os colegas jornalistas, para escreverem as suas peças, fazem trabalho de pesquisa, procurando artigos que muitas vezes estão noutras línguas, procuram artigos sobre o tema na língua materna, escritos por si ou outros jornalistas do jornal, consultam especialistas ou outros meios de comunicação (van Doorslaer 2012, p. 1048). Dado que trabalham na secção internacional do jornal, o conhecimento da língua inglesa, por ser a língua franca, torna-se fulcral. Porém, o conhecimento de outras línguas como o espanhol e o italiano também é importante. Inúmeras vezes veem-se obrigados a utilizar dicionários para

traduzir. É nesta fase que o jornalista assume o papel de tradutor, sem que reconheça que o está a fazer.

No contexto do estágio, desde cedo se tornou clara a importância de conhecer os diferentes tipos de registos jornalísticos. Apesar da existência de um editor jornalístico, que posteriormente lia e aprovava as traduções, a estagiária, para além de tradutora, também cumpriu o papel de editora dos seus próprios textos, com o intuito de cumprir o que Stetting defendia: manter a personalidade e o interesse da peça, principalmente nos artigos de opinião ou análise, peças jornalísticas em que o tom do autor é parte fulcral das mesmas.

2.2. Os textos jornalísticos

Como foi referido anteriormente, ao longo do estágio foram traduzidas entrevistas, notícias, reportagens e artigos de opinião ou análise. Estes textos podem ser caracterizados pelos géneros a que pertencem, a saber: género informativo, género interpretativo e género argumentativo (Bielsa 2007, p. 146). O género informativo abarca as notícias, que descrevem acontecimentos através de factos, o género interpretativo engloba as reportagens, cujo jornalista seleciona, interpreta e narra a informação, e o género argumentativo refere-se aos artigos de opinião, em que o autor tem a liberdade de expor o seu ponto de vista (Bielsa 2007, p. 146).

Como para qualquer tradutor, foi importante para a estagiária conhecer o tipo de texto que iria trabalhar ao longo do estágio, dado que dentro do próprio texto jornalístico existem vários tipos de textos e registos que devem ser respeitados. A forma como se escreve, ou neste caso, se traduz, uma peça jornalística varia consoante o tipo de texto com que se trabalha. O registo de uma entrevista não será igual ao de uma notícia ou de um artigo de opinião. Para este efeito, foi feita uma análise dos textos jornalísticos que comumente são desenvolvidos na secção de acolhimento², com a exceção das breves, que são sempre escritas por um jornalista. Para a elaboração da tabela seguinte, recorreu-se à tipologia e às definições dos vários tipos de texto jornalístico de Cascais (2011).

² Secção Mundo.

Texto jornalístico	Definição
Entrevistas	“(…) relato de uma conversa/ diálogo (na imprensa) ou o próprio diálogo (na rádio e na televisão), em que um entrevistador (o jornalista) coloca perguntas (as que nesse momento o público gostaria de colocar) a um entrevistado. (...) diálogo com o objetivo de colher/registar declarações de fontes de informação ou obter informação necessária ao tratamento de um assunto” (Cascais 2011, p. 81).
Notícias	“Texto relativamente curto ou conjunto breve de imagens que representam um acontecimento, respondendo às questões de referência pertinentes no caso. (...) São três os elementos essenciais de uma notícia: o acontecimento (que implica uma ação), uma informação (o relato compreensível da ação) e o público (a quem é dirigida esta informação)” (Cascais 2011, p. 140).
Reportagens	“[Texto jornalístico] através do qual o jornalista procura transmitir ao público leitor/ouvinte/telespectador a informação e a impressão que recolheu em contacto com os acontecimentos que relata” (Cascais 2011, p. 167).
Artigos de opinião ou análise	“Texto de opinião ou análise da responsabilidade de quem o assina. Incide geralmente sobre acontecimentos ou problemas com atualidade, sendo a defesa do ponto de vista do autor baseada em informação relevante” (Cascais 2011, p. 27).

Tabela 4: Os vários textos jornalísticos (Cascais 2011).

Para além da leitura crítica da literatura teórica sobre tradução jornalística, a estagiária procedeu também a uma análise da escrita jornalística, passando pela leitura de várias reportagens, entrevistas, notícias e artigos de opinião do jornal *Público* para melhor compreender as expectativas impostas às suas traduções.

Relativamente à escrita propriamente dita, a escrita jornalística, segundo Cascais (2011):

caracteriza-se por ser clara (para ser compreendida) e concisa (para dar o máximo de informação no mínimo de palavras, sons, imagens), utilizando palavras curtas (mais simples e rápidas de ler ou compreender) e conhecidas do público (o chamado português corrente, utilizado no dia-a-dia pelo cidadão comum) e frases não muito extensas (para que o significado seja apreendido sem esforço). (p.83)

Para o autor, a escrita jornalística apresenta um estilo simples, dado que o seu propósito é a comunicação de uma mensagem (Cascais 2011, p.83). Por conseguinte e segundo o livro de estilo do *Público*, deve ser evitada a adjetivação excessiva ou inadequada, as repetições, as redundâncias, as cacofonias, as frases longas e as frases feitas, de forma a não enfraquecer a qualidade e o impacto do texto (2005, p. 65). Deve ser ainda dada preferência à frase afirmativa e ao estilo direto (Público 2005, p. 66).

O acesso ao livro de estilo do jornal *Público*, que figura as regras de escrita pelas quais o jornal se rege, foi crucial para a qualidade das traduções, uma vez que a tradução está sujeita às características dos géneros e estilos que gerem a produção jornalística em geral (Bielsa 2007, p. 136). Nesta questão, é bastante vasto o conhecimento que o tradutor deve ter das regras de escrita do *Público*. Um dos exemplos mais flagrantes é os jornalistas do *Público* escreverem segundo o antigo Acordo Ortográfico português. Outro exemplo, e este de extrema importância para o tradutor, a tradução de países e cidades: a título de exemplo, Hiroxima, uma cidade japonesa, cujo nome vemos nalguns meios de comunicação recorrentemente escrito na forma inglesa *Hiroshima* (p. ex. *Observador*, *Expresso*), mas que no *Público* se escreve na forma portuguesa, o que demonstra que as opções de grafia portuguesa e toponímia estrangeira variam de redação para redação.

Por lidar com diferentes tipos de textos jornalísticos, o tradutor tem de saber adaptar o tom e a linguagem a cada tipo de texto. Num artigo de opinião, em que se faz valer o ponto de vista do autor, o tradutor pode deparar-se com o tom crítico, irado ou até jocoso do autor. Exemplo é o texto de partida “‘People actually laughed at a president’: At U.N. speech, Trump suffers the fate he always feared” e o texto de chegada “E o mundo riu-se na cara de Donald Trump” (ver Anexo 2, Texto F₁ e Texto F₂). Esta peça jornalística foi publicada pelo jornal *The Washington Post* e refere-se ao momento em que o público presente numa Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas se riu durante o discurso do Presidente Donald Trump. O texto destaca-se pelo tom jocoso com

que o autor escreveu, criticando a alienação da realidade de Donald Trump e foi pedido à tradutora que mantivesse o tom jocoso original. Numa notícia tal não poderia acontecer, dado que este tipo de texto jornalístico é caracterizado pelo seu tom sério, factual e direto. Exemplo é o texto de partida “Former Trump manager Manafort to plead guilty in Mueller probe - court documents” e o texto de chegada “Manafort vai colaborar com a investigação sobre a suspeita de interferência russa” (ver Anexo 2, Texto G₁ e G₂). O texto de partida era um *telex* da agência Reuters e que pediram à estagiária para traduzir. Após a tradução, o editor editou o texto, acrescentando informações que decidiu serem pertinentes para a compreensão da notícia. Para além da diferença de tom e linguagem, destaca-se também a diferença na dimensão dos dois textos: o primeiro tem 994 palavras e o segundo texto tem apenas 347. A notícia é caracteristicamente mais curta, dado que tem o dever de transmitir a informação ao leitor da forma mais concisa, direta e com apenas a informação necessária para a compreensão do acontecimento noticiado. Em comparação, o público-alvo dos dois textos referidos acima poderá não ser o mesmo. O primeiro texto foi traduzido em colaboração com o P2, um suplemento semanal do *Público* em papel e *online*. O segundo texto foi traduzido para a secção Online e, posteriormente, publicado no *website* do jornal. Apesar de terem a mesma temática, os EUA, o leitor de um texto pode não ler o outro. O conteúdo do primeiro texto é bastante diferente do conteúdo do segundo texto. O primeiro texto é sobre uma situação caricata do Presidente dos EUA, mas que também envolve a Europa. O segundo texto é uma notícia puramente sobre política norte-americana. O tom específico utilizado para escrever as duas peças pode também afastar ou interessar mais um leitor do que outro.

A forma do texto tem também de ser tida em conta pelo tradutor. A representação gráfica de uma entrevista não é igual à representação gráfica de uma notícia, por exemplo. Durante o estágio, a tradutora traduziu apenas uma entrevista: o texto de chegada “Europa lança taxas sobre navios para tirar lixo do fundo do mar” (ver Anexo 2, Texto H₂). A entrevista, no texto de partida, foi escrita com um tom sério. Este tom foi replicado pela tradutora, por se tratar de uma entrevista a uma alta figura da Comissão Europeia. Numa entrevista, o texto está organizado com as perguntas e as respetivas respostas logo abaixo. Para maior facilidade na leitura, as perguntas têm a letra a negrito. Tal destaque permite ao leitor que identifique visualmente as perguntas e as respostas, sem que seja necessário ler. Na notícia, o aspeto gráfico é uniforme, tal como nas reportagens e artigos.

2.2.1. O texto jornalístico de cariz político

De acordo com a investigação desenvolvida durante este relatório, não foi possível identificar uma definição de texto jornalístico de cariz político. Existem, porém, referências pontuais ao papel dos *media* na vertente política. Tal como McNair afirma: “[journalists] insert the events of political life into *narrative frameworks* which allow them to be told as news stories” (2011, p. 67). Como participantes da esfera política, os *media* têm como obrigação informar os cidadãos do que se passa ao seu redor, educá-los sobre o significado e a importância dos factos, estabelecer uma plataforma para o discurso político público, promover a formação da opinião pública, publicitar as organizações governamentais e políticas e, no caso de sociedades democráticas, servem como um canal para a defesa de pontos de vista políticos (McNair 2011, p. 19).

De um ponto de vista mais generalista, o jornalismo político cobre todos os eventos e acontecimentos que se relacionem com a realidade política de um dado país. No *Público*, as peças jornalísticas políticas que relatam a vertente política em Portugal são publicadas na secção Política. No caso específico da secção Mundo, trata-se de jornalismo na vertente internacional, visto que esta secção cobre acontecimentos em outros países. Durante o estágio foi possível traduzir várias peças jornalísticas de cariz político: a cobertura das eleições intercalares norte-americanas e o dia-a-dia da sua esfera política, a política inglesa e a questão do *Brexit* e as eleições presidenciais do Brasil, entre outras.

Para Brian McNair, nas últimas décadas tem-se assistido à internacionalização da política, uma vez que os *media* aumentaram a sua área de atuação, tanto a nível geográfico como temporal (2011, p. 14). McNair (2011) adita:

Foreign governments, business organisations, and terrorist groups (...), all use the global information system to further their political objectives. Traditional forms of interpersonal international diplomacy persist, but modern wars, liberation struggles and territorial disputes are increasingly fought out in the media, with global public opinion as the prize (since the protagonists – governments and international bodies like the United Nations – are presumed to be responsive to public opinion). (p. 14)

Com o acesso rápido à informação dos dias de hoje, as nações e, em particular, os seus habitantes, deixaram de viver isolados e preocupam-se cada vez mais com o que os

rodeia e com o que se passa no resto do mundo. Esta exigência de saber o que se passa no estrangeiro pode dever-se ao facto de o público estar mais consciente de que o que se passa no mundo o pode afetar. Exemplo é o caso do *Brexit*, cuja possível saída do Reino Unido da União Europeia irá ter impacto no nosso país, e no caso do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, e as suas decisões relativamente a políticas externas. Estas são temáticas de interesse máximo para o público português e, por isso, são inúmeras as peças jornalísticas publicadas sobre estes temas, a saber: a reportagem “Estes conservadores também odeiam o “Brexit” de Theresa May” (ver Anexo 2, Texto C₁ e Texto C₂), a notícia “Governo May divulga plano para “Brexit” sem acordo” (ver Anexo 2, Texto I₁ e Texto I₂) e a notícia “Empresas europeias de saída do Irão, apesar de proibição da UE” (ver Anexo 2, Texto J₁ e Texto J₂), entre outras.

Para além destes textos são também publicadas peças jornalísticas que têm como objetivo relatar a realidade vivida noutros países. Estes textos fazem parte da vertente política pois, muitas vezes, os acontecimentos relatados estão ligados a tomadas de decisão dos governos locais, não pertencendo ao jornalismo político no seu sentido mais literal, mas que devido ao seu carácter híbrido, no seu país, tanto poderiam figurar na secção Política como na Sociedade ou na Economia. São do interesse do público, uma vez que consciencializam para outras realidades e para a existência do Outro. Como exemplo, podem ser analisadas as peças “Vendedores de rua de Banguécoque: da estrela Michelin à luta contra o despejo” (ver Anexo 2, Texto K₁ e Texto K₂), ““Bruxas” lésbicas acorrentadas e violadas pelas famílias nos Camarões” (ver Anexo 2, Texto L₁ e Texto L₂) e “A guerra no Iémen é um inferno para as crianças” (ver Anexo 2, Texto M₁ e Texto M₂). As peças referidas anteriormente têm um forte carácter informativo, dado que relatam a vivência de outros países, mas pretendem também espoletar uma reação do leitor, contando com o efeito choque da violência da realidade relatada.

As regras de escrita para peças jornalísticas de cariz político são as mesmas para todas as vertentes jornalísticas. Um dos grandes desafios de escrever uma peça jornalística de carácter político é a objetividade que o jornalista tem de ter. Para Cascais (2011, p. 145), a objetividade é um conceito difícil de definir e que, no jornalismo, não representa mais do que um ideal. O jornalista oscila entre o objetivo e o subjetivo, não opondo a objetividade à subjetividade, mas utiliza “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada, e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (Traquina 2007, p.

143). Num jornal, o editorial é o espaço onde a opinião se pode deixar transparecer. Este espaço é “reconhecido como a expressão da posição do jornal sobre os acontecimentos que reporta” (Centro de Investigação de Media e Jornalismo 2002, p. 13).

2.3. Notas conclusivas

A tradução é parte fulcral do trabalho jornalístico e está presente nas várias fases de escrita de uma peça jornalística. O termo transedição veio demonstrar a ligação entre tradução e edição e a legitimidade do ato de edição quando se traduz, cumprindo o tradutor em simultâneo o papel de editor. Por colocar em causa conceitos-chave da área de tradução, como a questão da autoria, por exemplo, a tradução de textos jornalísticos pode ser problemática.

O conhecimento aprofundado das tipologias de texto jornalístico e do livro de estilo do jornal para o qual se traduz é essencial para a qualidade das traduções. Neste aspeto, o conhecimento da área jornalística tem de ser quase tão aprofundado para o tradutor como é para o jornalista. Estas regras são transversais a todos os tipos de texto jornalísticos e às temáticas que neles figuram.

Cada vez mais, os órgãos de comunicação funcionam como um megafone que procura alertar e consciencializar o cidadão comum para o que o rodeia, não só no seu país como no mundo. O jornalismo político relata a esfera política e todos os acontecimentos que dizem respeito a esta. O jornalismo político tanto pode ser nacional como internacional, como acontece na secção Mundo. Porém, alguns textos têm um carácter híbrido, por se relacionarem com a política, mas também com a sociedade ou a economia.

Capítulo 3. Explicitação e implicitação

No terceiro e último capítulo do relatório reflete-se sobre duas estratégias em particular: a explicitação e a implicitação. Procura-se ainda perceber a sua relevância para a tradução jornalística. Para além dos comentários baseados na investigação teórica de autores, é também desenvolvida uma análise de uma amostra de textos traduzidos pela estagiária durante o estágio.

3.1. Explicitação e implicitação

A explicitação é uma característica textual que pode, ou não, estar presente no TC e que tem sido alvo de interesse dos Estudos de Tradução (Englund Dimitrova 2005, p. 33). O conceito de explicitação, introduzido por Vinay e Darbelnet, pode ser definido como: “a stylistic translation technique which consists of making explicit in the target language what remains implicit in the source language because it is apparent from either the context or the situation” (Vinay e Darbelnet 1995, p. 342).

Tal como sistematiza Englund Dimitrova (2005), muitos foram os autores que posteriormente definiram explicitação. Shuttleworth e Cowie (como citado em Englund Dimitrova, 2005, p. 34) descreveram explicitação como: “the phenomenon which frequently leads to TT stating ST information in a more explicit form than the original”. Delisle *et al.* (como citado em Englund Dimitrova, 2005, p. 34) definiram explicitação como uma estratégia de tradução em que o tradutor insere determinadas particularidades semânticas no texto de chegada. De acordo com estas definições, a explicitação consiste em adições que têm origem no conhecimento que o tradutor tem do mundo e, em particular, da cultura e história da LP (Englund Dimitrova 2005, p. 34).

Para uma melhor compreensão do que é verdadeiramente a explicitação, Klaudy (2009) dividiu em quatro categorias os fenómenos associados à explicitação: explicitação obrigatória, explicitação opcional, explicitação pragmática e explicitação inerente à tradução. A explicitação obrigatória é regida pelas diferenças nas estruturas semânticas e sintáticas das línguas (Klaudy 1993, p. 372). Sem este tipo de explicitação, as frases do TC seriam agramaticais (Klaudy 2009, p. 106). A explicitação opcional deriva das diferenças nas estratégias de construção do texto e preferências linguísticas entre as línguas (Klaudy 2009, p. 106). Este tipo de explicitação é opcional uma vez que se podem construir frases gramaticalmente corretas sem recorrer à explicitação na LC, ainda que o texto como um todo possa parecer pouco natural (Klaudy 2009, p. 106). A explicitação

pragmática baseia-se nas diferenças entre culturas: os membros da cultura da LC podem não conhecer referências consideradas do conhecimento geral na cultura da LP e os tradutores podem ter de incluir explicitações (Klaudy 2009, p. 106). A explicitação inerente à tradução pode ser associada ao próprio processo de tradução (Klaudy 2009, p. 107). Este tipo de explicitação deriva de uma das características mais gerais da tradução e diz respeito à necessidade de expressar ideias na LC que foram originalmente geradas na LP (Klaudy 1993, p. 373) e é o resultado do ato de mediação (Shuttleworth & Cowie 2014, p. 55).

Para alguns teóricos, a estratégia de tradução que se opõe à explicitação é a implicitação. Vinay e Darbelnet definiram implicitação como: “a stylistic translation technique which consists of making what is explicit in the source language implicit in the target language, relying on the context or the situation for conveying the meaning” (1995, p. 344). Englund Dimitrova define, de forma mais simples, que a implicitação é a remoção de uma dada informação do TC que pode ser compreendida a partir do contexto (2005, p. 39). Seria de esperar que o fenómeno da implicitação funcionasse proporcionalmente ao fenómeno da explicitação, mas a realidade é que, de acordo com a literatura, este fenómeno acontece em muito menor escala nas traduções (Øverås 1998, citado em Englund Dimitrova, 2005, p. 39).

3.2. Explicitação como universal de tradução e a implicitação

Mona Baker, no seu artigo “Corpus Linguistics and Translation Studies: Implications and Applications”, de 1993, pediu que fossem alvo de estudo certas características presentes nas traduções. A autora descreveu estas características como: “features which typically occur in translated text rather than original utterances and which are not the result of interference from specific linguistic systems” (1993, p. 243).

A formulação de um universal de tradução, segundo Chesterman, pode ser alcançada através de dois métodos: teorizar sobre a existência de um universal e, posteriormente, testar a sua existência, ou analisar um *corpus* de textos traduzidos e originais e concluir, através da análise da informação recolhida, que existe um universal de tradução (2010, p. 40). Baker (1993, p. 233) comprovou que o acesso a um *corpus* extenso de textos contribui para o estudo da tradução. No caso particular dos universais de tradução, este *corpus* permite identificar características universais da tradução (Baker 1993, p. 243). Para identificar um universal de tradução, são vários os fatores a ser analisados. A sua identificação depende do isolamento de padrões, identificando se

ocorrem no *corpus*, independentemente da língua dos textos de partida e se ocorrem, ou não, no mesmo grau ou frequência em textos não traduzidos (Baker 1993, p. 245). Finalmente, os resultados obtidos devem ser comparados com *corpora* semelhantes, compostos por textos de outras línguas e, se forem verificados os mesmos padrões, poderá estar-se perante um possível universal de tradução (Baker 1993, p. 245).

Para Chesterman, não é de estranhar que os tradutores resolvam os problemas de tradução através da mesma estratégia (2010, p. 42). Uma das explicações propostas é o ensino dos tradutores. Os tradutores são ensinados a ser comunicadores natos, terem consciência da distância cultural existente entre cultura de partida e cultura de chegada e pensarem no leitor, o que pode explicar a sua tendência de explicar e clarificar enquanto traduzem (Chesterman 2010, p. 43).

Em Valdez (2019, p. 254), revisores e leitores foram confrontados com dois excertos de uma tradução de um texto biomédico, traduzidos por tradutores inexperientes e experientes. Quando questionados para avaliarem as opções tradutórias presentes nos excertos, tanto os leitores como os revisores escolheram o excerto mais orientado para o público-alvo. Uma das características deste excerto era o grau de explicitação presente, o que parece sugerir que as traduções mais explícitas são da preferência dos revisores e leitores (Valdez 2019, p. 254).

Toury sugeriu: “shifts in translation, such as explicitation, involve pairs of shifts of a complementary nature, and that in such pairs, one of the shifts may have a higher probability of occurring” (como citado em Englund Dimitrova, 2005, p. 39). Apesar de alguns estudos oporem a implicação à explicitação (Englund Dimitrova 2005, p. 39), a implicação não é considerada um universal de tradução, sendo uma estratégia utilizada com muito menos frequência quando comparada à explicitação, como referido acima.

3.3. Análise de textos

Ao longo do estágio foram traduzidos 60 textos e publicados 53, como referido anteriormente. Por este motivo, foram seleccionados apenas dez para a análise, apesar de todos os textos que foram publicados terem sido alvo de análise. Com esta análise pretendeu-se encontrar exemplos de explicitações e implicações.

Durante a análise dos textos, a explicitação pragmática estará em destaque, dado que a explicitação obrigatória é, como refere no próprio conceito, indispensável e se assume que foi cumprida pela tradutora durante a tradução das peças jornalísticas. A

explicitação opcional também foi uma ferramenta utilizada pela tradutora, pois a tradução foi feita com a cultura de chegada em mente e os seus leitores, pelo que se favoreceu a língua de chegada e a naturalização do texto, como se tivesse sido escrito originalmente em português e para se enquadrar nas características das restantes notícias do jornal, escritas pelos seus jornalistas. A explicitação pragmática antecipa as dificuldades do leitor da língua de chegada para compreender partes do texto que para um leitor da língua de partida sejam fáceis de compreender, devido a diferenças culturais e conhecimento do mundo, como conceitos específicos de uma dada cultura, locais geográficos, entre outros (Klaudy 1998, como citado em Englund Dimitrova, 2005, p. 37). Tendo em conta que os textos traduzidos relatam realidades estrangeiras é de esperar que este seja um tipo de explicitação bastante comum e, por isso, pertinente de analisar.

A primeira peça jornalística a ser analisada intitula-se na LP “GOP gets help from Trump's use of government power” e na LC “Trump recorre a todo o seu poder para tentar garantir um Congresso republicano” (ver Anexo 2, Texto N₁ e Texto N₂). Esta peça é um artigo de análise escrito por jornalistas do jornal *The Washington Post*. A temática principal do texto é a política norte-americana e as decisões e atitudes do seu presidente, Donald Trump. Trata-se de uma análise extensa sobre os métodos que Donald Trump utilizou como tentativa de ajudar o seu partido a ganhar as eleições intercalares de novembro. Apesar do TP ser um texto rico em contextualização, a sua tradução recorre à explicitação, mas também conta com um exemplo de implicitação. Esses exemplos estão identificados na tabela apresentada abaixo.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“...to help bolster Republican election efforts, using the office of the presidency in an attempt to dictate the campaigns' closing themes...”	“...para redobrar os esforços eleitorais dos republicanos. Numa tentativa de impor os temas finais da campanha...”
2)	“...aimed at pushing policies that could boost Republicans next week... ”	“...têm como objectivo fazer aprovar políticas que ajudem os candidatos republicanos antes das eleições intercalares de terça-feira... ”

3)	“...the caravan of Central American migrants.”	“...a caravana de imigrantes oriundos de diferentes países da América Central que pretende chegar aos Estados Unidos.”
4)	“...domestic policy adviser in the Clinton White House.”	“...conselheiro de política interna na Casa Branca de Bill Clinton .”
5)	“...Medicare drug prices...”	“...o preço dos medicamentos da Medicare (programa de seguros de saúde) ...”
6)	“...in an interview with Axios ...”	“Numa entrevista ao <i>site</i> Axios ...”
7)	“...children born in the United States to noncitizens .”	“...crianças nascidas nos Estados Unidos mas filhas de imigrantes em situação irregular .”
8)	“...revive the “ anchor baby ” debate...”	“...reavivar o debate sobre os “ <i>anchor baby</i> ” (expressão que muitos consideram pejorativa para referir filhos de mães que residem irregularmente nos EUA) ...”
9)	“...at a Politico Playbook event.”	“...durante um evento da <i>newsletter</i> Politico Playbook .”
10)	“...Washington Post-ABC News.”	“...jornal <i>Washington Post</i> e a ABC News.”
11)	“...red states including Indiana, Missouri...”	“...estados onde costumam vencer os republicanos , como o Indiana, Missouri...”

12)	“...narrator says the caravan includes "gang members, known criminals, people from the Middle East, possibly even terrorists.””	“...narrador afirma que o grupo inclui “membros de gangues, criminosos conhecidos, pessoas do Médio Oriente, e se calhar até terroristas” [a caravana começou nas Honduras, formada por pessoas que fogem precisamente da violência de gangues].”
-----	---	--

O excerto 1 é exemplo de implicação, uma vez que uma parte do texto foi omitida, mas continua a ser perceptível pelo contexto, e que vai ao encontro da definição de implicação descrita por Vinay e Darbelnet (1995) e que foi referida em 3.1. A omissão de “using the office of the presidency” em nada prejudica a tradução e a compreensão do texto por parte do leitor. A tradução da expressão em análise seria “utilizando o gabinete da presidência”, mas optou-se por cortar, entendendo-se que é compreensível, pelo contexto, que o presidente dos Estados Unidos da América utilizou a sua posição no governo para ajudar o Partido Republicano.

Os excertos 2, 3, 5, 7, 8, 11 e 12 explicitam, dentro do texto ou entre parênteses, referentes culturais dos Estados Unidos da América ou expressões características da língua inglesa com as quais o público-leitor pode não estar familiarizado e não conhece o seu significado. A tradutora e a editora optaram por utilizar esta estratégia numa tentativa de facilitar a leitura e para que o leitor se sentisse mais esclarecido sobre o que estava a ler e melhor compreender o que a peça jornalística tencionava transmitir. O excerto 2 esclarece o leitor relativamente à data das eleições norte-americanas, uma vez que é um acontecimento que faz parte apenas da realidade política dos EUA. O excerto 3 é uma referência à caravana de imigrantes que se dirigia para os EUA na época. No texto de partida não era explícito para onde se dirigiam os imigrantes e, assumindo que o leitor não saberia, optou-se por acrescentar essa informação. Apesar da existência da empresa referida no excerto 5 em Portugal, por a realidade dos seguros de saúde não ser muito comum no nosso país, inseriu-se entre parênteses a explicação do que é a Medicare. O excerto 7 não tem tradução direta para português, pelo que a sua tradução passa por explicar o significado da palavra. O excerto 8 é uma expressão que pode ser traduzida para português, mas cuja tradução “bebê âncora” não é utilizada. Perante esta situação, a

estratégia utilizada passou pela explicação da expressão entre parênteses e manter a expressão na língua inglesa entre aspas. No excerto 11 são mencionados os “red states”, os estados vermelhos, cor típica do Partido Republicano e que faz referência aos estados onde tipicamente vence o partido. O leitor português, por não fazer parte desta realidade, sem conhecimento das cores atribuídas aos partidos norte-americanos, poderia não fazer a associação entre o vermelho e o Partido Democrata, pelo que se traduziu a expressão através duma explicação. O excerto 12 vai ao encontro do excerto 3 e explica em que contexto surgiu a caravana de imigrantes que se dirigiam aos EUA.

Os excertos 4, 6, 9 e 10 são pequenas explicitações que não existem no TP. Por exemplo, no excerto 10, “*Washington Post*” é um nome próprio que não é traduzido. Porém, optou-se por esclarecer que é um jornal e, por isso, no TC traduziu-se como “jornal *Washington Post*”. Os excertos 6 e 9 seguem a mesma estratégia do excerto 10, apesar de terem sido introduzidas palavras estrangeiras como *site* e *newsletter*. Apesar de serem estrangeirismos, são comumente utilizados em Portugal. Outro exemplo, no excerto 4 é “Casa Branca de Bill Clinton”. No TP não refere que membro da família Clinton foi presidente dos EUA, mas no TC optou-se por esclarecer.

A segunda peça jornalística a ser analisada intitula-se “People are destroying their Nike gear to protest Colin Kaepernick’s ‘Just Do It’ campaign” na LP e na LC “Produtos da Nike destruídos em protesto contra anúncio de Kaepernick” (ver Anexo 2, Texto O₁ e Texto O₂). Esta peça descreve os protestos contra uma campanha da marca Nike e o seu protagonista, Colin Kaepernick, um jogador de futebol americano que se ajoelhou durante o hino tocado no início dos jogos da liga e extremamente criticado por Donald Trump. Tal como o texto anterior, a temática passa pela política norte-americana, dado que o protesto de Kaepernick se deve à proliferação do racismo nos EUA e é rico em explicitações devido ao elevado número de referentes culturais norte-americanos presentes no texto.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“...the out-of-work NFL quarterback (...) would be featured in its 30th anniversary “Just Do It” campaign.”	“...o quarterback da NFL desempregado (...) fará parte da campanha que assinala o 30.º aniversário do <i>slogan</i> “Just Do It”. <i>Quarterback</i> é um jogador da linha

		avançada da equipa e a NFL é a liga nacional de futebol americano.”
2)	“...Trump told Sean Hannity ...”	“...Trump disse ao apresentador Sean Hannity ...”
3)	“...Trump told the Daily Caller .”	“...dizendo ao jornal Daily Caller ...”
4)	“ ESPN reporter Darren Rovell ...”	“ O jornalista do canal de televisão de desporto ESPN Darren Rovell ...”
5)	“...include professional athletes Odell Beckham Jr., Shaquem Griffin, Lacey Baker, Serena Williams and LeBron James.”	“...inclui os atletas profissionais Odell Beckham Jr. e Shaquem Griffin, (ambos jogadores de futebol americano), Lacey Baker (skater), Serena Williams (tenista) e LeBron James (basquetebol).”
6)	“Nate Boyer, a former Green Beret and football player...”	“Nate Boyer, um antigo Boina Verde (membro das forças especiais das Forças Armadas) e ex-jogador de futebol americano...”

No excerto 1, por conter referentes característicos da cultura norte-americana e por poderem ser elementos estranhos para o público-alvo da tradução, o público português, optou-se por acrescentar uma frase a explicar o que é um *quarterback* e a NFL. Esta decisão foi tomada pela editora com a concordância da tradutora. No excerto 6, a editora optou também por explicitar o referente cultural, porém entre parênteses e não numa nova frase.

Nos excertos 3 e 4, tal como no texto anterior, podia-se perceber pelo contexto que os nomes pertenciam a meios de comunicação, mas tomou-se a decisão de esclarecer a que tipo de meio de comunicação pertenciam.

O excerto 5 refere-se a desportistas conhecidos nos EUA, mas que poderão não ser conhecidos do leitor habitual do *Público*, pelo que se explicitou a que desporto pertencem. Para o excerto 2, a tomada de decisão foi semelhante, mas neste caso a figura norte-americana era um apresentador televisivo.

A terceira peça jornalística a ser analisada intitula-se “As Venezuela disintegrate, a new breed of pirates threatens the Caribbean” na LP e “Os (novos) piratas das Caraíbas” (ver Anexo 2, Texto P₁ e Texto P₂). Esta peça é uma reportagem sobre a crescente criminalidade nos países junto à costa venezuelana publicada no jornal *The Washington Post*. Apesar do elevado número de palavras do TP, 1298 palavras, na tradução encontra-se apenas uma explicitação. Tal situação pode dever-se ao facto de a reportagem ter sido escrita para ser publicada num jornal norte-americano. Por contar uma realidade estrangeira, o próprio TP já contém as explicitações necessárias para a compreensão do texto por parte do público-alvo, neste caso, o público norte-americano. Por esse motivo, não foi preciso acrescentar explicitações, dado que a realidade descrita é também uma realidade estranha para o leitor português.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“...the Jolly Roger...”	“...a bandeira pirata Jolly Roger...”

A única explicitação feita na peça jornalística referida acima, por opção da tradutora, é relativa à expressão “Jolly Roger”, o nome da bandeira pirata. Apesar de existir outra referência sobre piratas, “Blackbeard” que foi traduzida como “Barba Negra” e que não foi alvo de explicitação, optou-se por explicitar “Jolly Roger” por poder ser um elemento estranho para o leitor.

A quarta peça jornalística a ser analisada intitula-se “Democrats’ view of Kavanaugh shaped by bitter 2004 hearing” na LP e “O esforço dos democratas para impedir que Brett Kavanaugh chegue ao Supremo” na LC (Ver Anexo 2, Texto Q₁ e Texto Q₂). Este artigo foi publicado no jornal *The Washington Post* e é sobre política norte-americana, mais concretamente sobre qual a posição do Partido Democrata relativamente à nomeação de Brett Kavanaugh, do Partido Republicano, para juiz do Supremo Tribunal dos EUA. Em comparação com os textos analisados anteriormente que tinham a mesma temática, é uma peça jornalística com menos explicitações, apenas três.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“...before the recent death of Sen. John McCain...”	“...da morte do senador John McCain (que morreu na semana passada) ...”

2)	“...on behalf of Bush in the Florida recount in the 2000 presidential race... ”	“...depois em nome de George W. Bush na recontagem dos votos na Flórida, nas presidenciais de 2000 disputadas com o democrata Al Gore (que perdeu a recontagem e a presidência) ... ”
3)	“... Empirical SCOTUS (the initialism for Supreme Court of the United States)... ”	“...da Empirical SCOTUS (empresa que avalia juízes e decisões do Supremo Federal) ... ”

O excerto 1 diz respeito à morte do senador dos EUA, John McCain, que falecera algum tempo antes da peça jornalística em questão ter sido publicada. A morte do senador foi anunciada em todos os meios de comunicação dos Estados Unidos, pelo que o leitor para o qual o texto foi escrito originalmente, devia ter conhecimento da data do falecimento do senador. Na versão portuguesa, foi tomada a decisão de especificar em maior detalhe a data da morte do senador, dado que o leitor podia não ter conhecimento do quão recente era a situação mencionada.

No excerto 2, por opção da editora, explicitou-se em grande pormenor as presidenciais de 2000 nos Estados Unidos da América. O acontecimento em questão faz provavelmente parte da memória dos norte-americanos, por ter sido uma situação polémica: uma eleição onde houve recontagem de votos e Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, perdeu as eleições. Para o leitor português, a referência a apenas as eleições de 2000 e a recontagem na Flórida podia não ser suficiente, pelo que se optou por dar mais contexto sobre o acontecimento referido.

O excerto 3 refere a Empirical SCOTUS, uma entidade norte-americana que podia ser desconhecida do público português, pelo que se decidiu explicar, entre parênteses, qual o papel desta instituição no país.

A quinta peça jornalística a ser analisada intitula-se “Bangkok street vendors: from Michelin star to fighting eviction” na LP e “Vendedores de rua de Bangucoque: da estrela Michelin à luta contra o despejo” na LC (ver Anexo 2, Texto R₁ e Texto R₂). Esta peça jornalística foi originalmente publicada no jornal *The Washington Post* e descreve a realidade vivida pelos vendedores de rua em Bangucoque, na Tailândia, e a sua luta contra decisões proibitivas por parte do governo tailandês. À semelhança do Texto C, a

peça jornalística aqui analisada contém apenas um exemplo de explicitação, possivelmente pelo mesmo motivo que tal acontece no Texto C: conta uma realidade estrangeira, com o público-leitor norte-americano em mente.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“... dry congee ...”	“... <i>congee</i> (papa de arroz tradicional na Ásia) ...”

O único excerto alvo de explicitação é um referente cultural específico da Ásia e refere-se a um prato típico. Por não ter tradução direta optou-se por manter a tradução inglesa e explicar, entre parênteses, de que era feito o prato.

A sexta peça jornalística a ser analisada intitula-se “Some atomic-bomb survivors still feel guilt over not saving others” na LP e “Sobreviventes da bomba atômica sentem-se culpados por não terem ajudado outros” na LC (ver Anexo 2, Texto S₁ e Texto S₂). Esta peça foi publicada originalmente no *The Washington Post* e é sobre os sobreviventes das bombas atômicas de Hiroxima e Nagasáqui, durante a Segunda Guerra Mundial, e os traumas dos quais foram vítimas.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“Half of hibakusha survivors recently polled...”	“Num inquérito feito aos <i>hibakusha</i> (expressão japonesa que se refere aos sobreviventes das bombas atômicas lançadas sobre Nagasáqui e Hiroxima) ...”
2)	“Ahead of the 73rd anniversary in August 6 and 9 of the atomic bombings...”	“Com o 73.º aniversário dos bombardeamentos atômicos norte-americanos do Japão – a 6 de Agosto, sobre Hiroxima, e 9 de Agosto sobre Nagasáqui –...”

3)	“ The Yomiuri Shimbun and Hiroshima University’s Center for Peace...”	“...o Centro para a Paz da Universidade de Hiroxima e o jornal Yomiuri Shimbun... ”
----	--	--

O excerto 1 é um termo japonês, que não tem tradução direta, pois refere-se a um conceito específico do Japão. Por este motivo, manteve-se o termo em japonês, em itálico, e entre parênteses, explicou-se em português o significado da palavra japonesa *hibakusha*.

No excerto 2, na LP apenas se referia a data dos bombardeamentos atômicos. Na tradução, incluiu-se as cidades onde aconteceram os bombardeamentos com a respetiva data, uma vez que o acontecimento referido ocorreu há mais de 70 anos e faz parte da memória mundial.

O excerto 3 é uma referência a um meio de comunicação japonês, o jornal *Yomiuri Shimbun*. Como pode ser observado em textos analisados anteriormente, por vezes os TP não especificam que tipo de meio de comunicação referem, pelo que, para um maior esclarecimento do leitor, a regra usual na tradução é especificar que tipo de meio de comunicação é.

A sétima peça jornalística intitula-se “Russia must end torture, prosecute prison guards: U.N.” na LP e “Rússia tem de deixar de torturar prisioneiros, diz ONU” na LC (ver Anexo 2, Texto T₁ e Texto T₂). Esta peça jornalística foi publicada pela agência internacional Reuters e é uma notícia sobre uma tomada de decisão por parte da Organização das Nações Unidas relativamente à tortura de presos nas prisões russas e a impunidade dos agressores.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“The Novaya Gazeta newspaper...”	“...pelo jornal independente russo Novaya Gazeta... ”

A única explicitação encontrada na tradução desta notícia refere-se ao jornal *Novaya Gazeta*. Na tradução incluiu-se a informação de que o jornal era um jornal russo e independente, sem ligações ao governo russo, dado que denunciou as torturas nas prisões. Esta decisão teve origem na valorização do contexto da notícia pois achou-se pertinente para a compreensão da notícia acrescentar esta informação.

A oitava peça jornalística a ser analisada intitula-se “The Starr Report got a president impeached 20 years ago, and Ken Starr wants to remind you why” na LP e “Há 20 anos Ken Starr quis destituir um Presidente e agora escreveu um livro para nos lembrar de tudo” na LC (ver Anexo 2, Texto U₁ e Texto U₂). Este texto foi originalmente publicado no jornal *The Washington Post* e é uma entrevista/artigo sobre Ken Starr, o autor do relatório sobre Bill Clinton e a sua alegada amante. Este texto contém apenas quatro exemplos de explicitações: um local emblemático de Nova Iorque, uma cidade norte-americana e duas figuras conhecidas do público americano.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“... Times Square Church. ”	“... igreja de Times Square, em Nova Iorque. ”
2)	“...of Waco , where he lives...”	“... Waco (Texas) , onde vive.”
3)	“... the elder Bush. ”	“... de George H. W. Bush. ”
4)	“... Robert Mueller... ”	“... Robert Mueller (que investiga se houve interferência russa nas eleições de 2016) ... ”

Os excertos 1 e 2 são locais nos Estados Unidos da América e, por esse motivo, na tradução foram incluídas as localizações mais gerais destes locais, a cidade de Nova Iorque e o estado do Texas.

Os excertos 3 e 4 são referências a figuras do mundo político norte-americano. No excerto 3, a tradução substituiu por completo a expressão em inglês, “the elder Bush”, ou seja, “o Bush mais velho”, pelo nome próprio da figura em questão. O excerto 4 foi alvo de uma explicitação entre parênteses que explica a importância da figura mencionada no TP.

A nona peça jornalística a ser analisada intitula-se na LC “Europa lança taxas sobre navios para tirar lixo do fundo do mar” (ver Anexo 2, Texto H₁ e Texto H₂) e é uma entrevista ao comissário europeu do Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella, sobre taxas com o intuito de diminuir a poluição nos mares. A entrevista foi redigida em inglês por uma jornalista do *Público* e, por isso, não tem título em inglês. O

comissário respondeu às perguntas via *e-mail*, também em inglês, e, posteriormente foi pedido à estagiária que traduzisse as perguntas e respostas da entrevista para português. Apesar de ser uma entrevista bastante extensa, com quase três mil palavras, foram encontrados apenas dois casos de explicitação. Tal pode ser explicado pelo facto de ser uma entrevista escrita e, como tal, ter existido um maior cuidado, tanto por parte da entrevistadora como do entrevistado, de responder de forma clara e explícita.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“...and the initiative on single-use plastics...”	“...e a iniciativa sobre plásticos de uso único [descartáveis].”
2)	“...UN FAO...”	“... Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ...”

O excerto 1 recai sobre a expressão “single-use plastics”. Esta expressão foi traduzida como “plásticos de uso único”. Porém, colocou-se entre parênteses a expressão “descartáveis”, por ser uma expressão mais recorrente e que esclarece o sentido de “uso único” na tradução.

No excerto 2 foi traduzida uma sigla e foi uma tradução bastante acessível, por ser um órgão das Nações Unidas e que já tinha tradução para português. A sigla era familiar para o entrevistado, mas para o leitor comum pode ser um enigma e, por isso, a sigla foi traduzida por extenso para português.

A décima e última peça jornalística a ser analisada intitula-se “As Khashoggi crisis grows, Saudi king asserts authority, checks son's power -sources” na LP e “Salman deu todo o poder a MBS, mas teve que “acordar”” na LC (ver Anexo 2, Texto V₁ e Texto V₂). Esta peça foi escrita por jornalistas da Reuters e descreve as atitudes do rei Salman, da Arábia Saudita, perante a gestão do reino por parte do seu filho Mohammed e, em particular, sobre o desaparecimento do jornalista Jamal Khashoggi.

	Texto de partida	Texto de chegada
1)	“...as governor of Riyadh ...”	“...em que foi governador de Riad (a capital) ...”

O excerto identificado acima, na língua inglesa, refere apenas o nome da cidade. Na versão portuguesa acrescentou-se, com o esclarecimento do leitor em mente, a informação de que a cidade referida é a capital da Arábia Saudita.

3.4. Notas conclusivas

Com este capítulo pretendeu-se demonstrar que a explicitação e a implicação são duas estratégias utilizadas pelos tradutores e, em específico, na tradução do texto jornalístico. A explicitação consiste em, como supramencionado, tornar explícito na LC algo implícito na LC. A implicação consiste em tornar mais implícito na LC algo explícito na LP. Apesar de serem vistos como um par com natureza complementar, a explicitação é mais utilizada do que a implicação e por esse motivo a explicitação é considerado por alguns autores um universal de tradução.

A análise dos textos traduzidos ao longo do estágio comprovou o uso da explicitação pragmática. Dos textos analisados, encontram-se explicitações em maior número nas traduções dos EUA do que nos restantes textos. Tal facto pode ter origem na escrita das próprias peças jornalísticas. As peças sobre os EUA foram escritas para serem publicadas em *The Washington Post*, um jornal norte-americano. Por este motivo, as peças foram redigidas com o povo estadunidense em mente, pelo que os referentes culturais eram conhecidos do público-leitor. Os textos que descreviam realidades estrangeiras continham explicitações em muito menor número, dado que continham informações estranhas tanto para o público-leitor original como para o público-leitor do jornal *Público*.

Conclusão

O estágio curricular da discente no jornal *Público*, na secção Mundo, para conclusão do Mestrado em Tradução na especialização Inglês-Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa foi o primeiro contacto em contexto profissional que a estagiária teve com o mundo da tradução. A presença da estagiária no *Público* impôs questões sobre como funciona a tradução numa redação e qual a importância da mesma para a atividade jornalística.

Durante o estágio, a tradutora teve a oportunidade de observar o dia-a-dia de uma redação e qual o papel da tradução no contexto jornalístico. Cedo se percebeu que o processo de tradução de um tradutor é em muito semelhante ao de um jornalista. A pesquisa sobre terminologia e o conhecimento das tipologias de texto que se trabalha são fulcrais para as duas profissões, com a diferença de que o tradutor, no contexto do *Público*, traduz um só texto e o jornalista desenvolve um texto a partir de vários textos noutra língua.

A elaboração do presente relatório permitiu explorar questões que englobam tanto o mundo jornalístico como o mundo da tradução, espoletando uma reflexão sobre o que é a tradução em contexto jornalístico.

A análise do termo transedição, cunhado por Stetting em 1989, permitiu demonstrar que o ato tradutório não pode ser definido apenas como uma transferência de palavras de uma língua para a outra, mas antes como um processo complexo, que envolve a edição do texto a traduzir, como a conversão de medidas ou a explicação de referentes culturais, ato esse que tanto os tradutores e jornalistas realizam durante a tradução de um ou vários textos.

Tal como em qualquer área da tradução, para trabalhar na tradução de textos de cariz jornalístico, um tradutor tem de conhecer o tipo de texto que traduz. As tipologias de texto jornalístico como as entrevistas, as notícias e os artigos de análise ou opinião têm características diferentes, as quais o tradutor tem de dominar. No entanto, as regras de escrita são transversais a todos os tipos de texto e temáticas, variando apenas de jornal para jornal, sendo que a familiaridade com o livro de estilo do jornal para que se traduz é de extrema importância.

O texto jornalístico de cariz político foi também um tema central deste relatório. O jornalismo político cobre os acontecimentos da esfera política. Porém, e relativamente

à experiência vivida no estágio, os textos traduzidos tinham em comum o seu teor político, mas muitos não se inseriam exclusivamente na área da política. O jornalismo político é híbrido e não abrange apenas acontecimentos políticos, podendo misturar-se com outras temáticas.

A explicitação e a implicação demonstraram ser estratégias de tradução utilizadas tanto por tradutores como por jornalistas aquando da tradução de textos jornalísticos que relatam realidades estrangeiras com as quais o leitor pode não estar familiarizado. Para esta demonstração, foi selecionada uma amostra dos textos traduzidos e publicados durante o período de estágio. Durante a análise dos textos, concluiu-se que a explicitação é uma estratégia mais utilizada que a implicação.

Apesar da inexistência de tradutores em grande parte das redações portuguesas, a tradução é uma parte intrínseca do jornalismo, levada a cabo pelos jornalistas das redações, mesmo que não o reconheçam como tal. Assim sendo, as exigências da atividade tradutória refletem-se nos jornalistas, da mesma forma que se refletem nos tradutores. Espera-se, em suma, que o presente relatório possa contribuir para o desenvolvimento dos Estudos de Tradução centrados no texto jornalístico de cariz político, com incidência na implicação e explicitação em tradução e edição.

Referências bibliográficas

- Baker, Mona. (1993). Corpus Linguistics and Translation Studies: Implications and Applications. In Mona Baker, Gill Francis & Elena Tognini-Bonelli (Eds.), *Text and Technology: In Honour of John Sinclair* (pp. 233-259). Amsterdam: John Benjamins.
- Bani, Sara. (2006). An analysis of Press Translation. In Kyle Conway & Susan Bassnett (Eds.), *Translation in Global News* (pp. 35-45). Coventry: University of Warwick.
- Biel, Lucja. (2018). Genre analysis and translation. In Kirsten Malmkjær (Ed.), *The Routledge Handbook of Translation Studies and Linguistics* (pp. 153–164). New York: Routledge.
- Bielsa, Esperanca. (2007). Translation in Global News Agencies. *Target*, 19(1), 135–155.
- Burnay, Maria Margarida Ricarte. (2017). *A fronteira entre escrita, reescrita e retroversão: o caso do texto jornalístico económico-financeiro* (Master's thesis). Retrieved from RUN. (<https://run.unl.pt/handle/10362/23712>)
- Cascais, Fernando. (2001). *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. Lisbon: Editorial Verbo.
- Centro de Investigação de Media e Jornalismo. (2002). *Media, Jornalismo e Democracia*. Lisbon: Livros Horizonte.
- Chesterman, Andrew. (2010). Why study translation universals?. *Acta Translatologica Helsingiensia*, 1, 38–48.
- Cruz, Xénon van der Klugt Martins da. (2016). *A Ética Tradutória em Contexto Jornalístico: um estudo de caso no Observador* (Master's thesis). Retrieved from RUN. (<https://run.unl.pt/handle/10362/19985>)
- Englund Dimitrova, Brigitta. (2005). *Expertise and Explicitation in the Translation Process*. Amsterdam: John Benjamins.
- Ferreira, Francisco Miguel Lopes. (2015). *O Processo Tradutório em Contexto Jornalístico: A Tradução e a Transedição na Redação* (Master's thesis). Retrieved from RUN. (<http://hdl.handle.net/10362/15976>)

- Ferreira, Joana Filipa Amaro dos Santos. (2013). *Tradução e Jornalismo: Uma Concepção da Prática Tradutória Como Reescrita do Texto de Partida* (Master's thesis). Retrieved from RUN. (<http://hdl.handle.net/10362/11626>)
- Hurtado Albir, A. (2001). *Traducción y Traductología: introducción a la traductologia*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- Klaudy, Kinga. (1993). Optional additions in translation. In Picken, C. (Ed.), *Translation the vital link. Proceedings of the XIII. FIT World Congress* (2nd ed., pp. 373–381). London: ITI.
- Klaudy, Kinga. (2009). Explicitation. In Mona Baker & Gabriela Saldanha (Eds.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2nd ed., pp. 104–108). New York: Routledge.
- McNair, Brian. (2011). *An Introduction to Political Communication*. New York: Routledge.
- Público – Comunicação Social, SA. (2005). *Livro de Estilo*. Camarate: SIG – Sociedade Industrial Gráfica.
- Reiss, Katharina. (2000). *Translation criticism, the potentials and limitations: categories and criteria for translation quality assessment*. Manchester: St. Jerome Pub.
- Santos, Diana Carolina Gonçalves dos. (2012). *Tradução jornalística em Portugal: contexto atual e perspectivas de futuro*. (Master's thesis). Retrieved from Repositório Aberto U. Porto. (<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66408>)
- Schäffner, Christina. (2012). Rethinking Transediting. *Meta*, 57(4), 866-883.
- Shuttleworth, Mark & Moira Cowie. (2014). *Dictionary of Translation Studies*. New York: Routledge.
- Traquina, Nelson. (2007). *Jornalismo*. Lisbon: Quimera.
- Valdez, Susana. (2019). *Perceived and Observed Translational Norms in Biomedical Translation in the Contemporary Portuguese Translation Market: A Quantitative and Qualitative Product- and Process-Oriented Study*. (Unpublished doctoral dissertation). University of Lisbon and Ghent Universiteit, Lisbon and Ghent.

- van Doorslaer, Luc. (2010). Journalism and Translation. In Yves Gambier & L. Van Doorslaer (Eds.), *Handbook of Translation Studies* (1st ed., pp. 180-184). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.
- van Doorslaer, Luc. (2012). Translating, Narrating and Constructing Images in Journalism with a Test Case on Representation in Flemish TV News. *Meta*, 57(4), 1046-1059.
- Vinay, Jean-Paul & Jean Darbelnet. (1995). *Comparative Stylistics of French and English*. Juan C. Sager & M.J. Hamel (Eds.). Amsterdam: John Benjamins.

Anexos

Anexo 1 – Lista de traduções realizadas durante o estágio

	Título texto de Partida	Nº de palavras TP	Tradução	Nº de palavras Tradução	Edição	Nº de palavras Edição	Hiperligação
1	Bangladesh protests spur cabinet to toughen punishment for deaths	652	Protestos no Bangladesh obrigam governo a alterar lei	690	Governo do Bangladesh muda lei para punir condutores que matam	529	https://www.publico.pt/2018/08/06/mundo/noticia/protestos-em-bangladesh-urgem-governo-a-punir-mortes-no-transito-1840259
2	In England's forgotten rust belt voters show little sign Brexit regret	831	No esquecido norte de Inglaterra, os eleitores mostram pouco arrependimento pelo Brexit	859	Na esquecida cintura industrial de Inglaterra não há arrependimentos sobre o "Brexit"	887	https://www.publico.pt/2018/08/13/mundo/noticia/na-esquecida-cintura-industrial-de-inglaterra-nao-ha-arrependimentos-sobre-o-brexit-1840872
3	Factbox: European companies respond to latest Iran sanctions	549	Empresas europeias respondem às últimas sanções impostas ao Irão	629	Empresas europeias de saída do Irão, apesar de proibição da EU	732	https://www.publico.pt/2018/08/07/mundo/noticia/empresas-europeias-respondem-as-ultimas-sancoes-contr-o-irao-1840365
4	"Makes me shake with rage": Japan probe shows university cut	572	Inquérito no Japão prova que universidade prejudicava candidatas	617	Universidade japonesa inflacionava notas dos homens para ter menos alunas	623	https://www.publico.pt/2018/08/08/mundo/noticia/inquerito-no-japao-prova-que-universidade-prejudicava-candidatas-1840449

	women's test scores						
5	Some atomic-bomb survivors still feel guilty over not saving others	623	Sobreviventes das bombas atómicas ainda sentem culpa por não salvar outras pessoas	648	Sobreviventes da bomba atómica sentem-se culpados por não terem ajudado outros	651	https://www.publico.pt/2018/08/08/mundo/noticia/sobreviventes-das-bombas-atomicas-ainda-sentem-culpa-por-nao-ajudar-1840473
6	From the chaos of a decades-old war, two sons get a link to their father	1155	Depois de várias décadas, dois filhos encontram elo ao pai desaparecido	1187	Não publicado		
7	Anniversary of fatal Charlottesville rally puts city D.C. on edge	469	Aniversário da manifestação mortal em Charlottesville preocupa Washington	500	Charlottesville em alerta no aniversário da manifestação de extrema-direita	407	https://www.publico.pt/2018/08/10/mundo/noticia/aniversario-da-manifestacao-fatal-em-charlottesville-preocupa-washington-1840696
8	Russia must end torture, prosecute prison guards: U.N.	412	Rússia deve terminar com a tortura e acusar guardas prisionais	450	Rússia tem de deixar de torturar prisioneiros, diz ONU	385	https://www.publico.pt/2018/08/10/mundo/noticia/russia-deve-terminar-com-a-tortura-e-acusar-guardas-prisionais-1840738
9	As Venezuela disintegrates, a new breed of pirates threatens the Caribbean	1298	À medida que a Venezuela decai, uma nova espécie de piratas ameaça as Caraíbas	1312	Os (novos) piratas das Caraíbas	1352	https://www.publico.pt/2018/08/26/mundo/noticia/os-novos-piratas-das-caraibas-1841874
10	Turkey's leader is helping to crash its currency	929	Líder turco ajuda a destruir moeda	914	Erdogan ajuda a lira a afundar-se com críticas ao	922	https://www.publico.pt/2018/08/13/mundo/comentario/lider-turco-ajuda-a-destruir-moeda-1840919

					"lobby das taxas de juro"		
11	China condemns HK press club over "separatist" speech by activist	739	China condena imprensa de Hong Kong por discurso de activista separatista	815	China condena clube de imprensa de Hong Kong por discurso de separatista	827	https://www.publico.pt/2018/08/14/mundo/noticia/china-condena-imprensa-de-hong-kong-por-discurso-de-activista-separatista-1841036
12	Trump doesn't need to use the n-word	833	Trump não precisa de usar a n-word	850	Trump nem precisa de usar a palavra "preto" para ser racista	909	https://www.publico.pt/2018/08/16/mundo/noticia/trump-nao-precisa-de-usar-a-nword-1841192
13	It's not the end of the story for Greece	1039	Ainda não é o fim da história para a Grécia	1062	Ainda não é o fim da história para a Grécia	1051	https://www.publico.pt/2018/08/20/economia/noticia/ainda-nao-e-o-fim-da-historia-para-a-grecia-1841220
14	India cast millions of muslims as illegal immigrants. Their legal battles are just beginning	1024	Milhões de muçulmanos considerados imigrantes ilegais na Índia. As suas batalhas jurídicas só agora começaram	1097	Milhões de indianos classificados como imigrantes ilegais levam a sua luta para os tribunais	1141	https://www.publico.pt/2018/08/17/mundo/noticia/milhoes-de-muculmanos-considerados-imigrantes-ilegais-na-india-as-suas-batalhas-juridicas-so-agora-comecaram-1841306
15	Militia threat hampers Ebola fight in Congo as disease kills 44	441	Violência das milícias ameaça luta contra o Ébola no Congo	459	Milícias põem em risco luta contra o Ébola no RD do Congo	490	https://www.publico.pt/2018/08/17/mundo/noticia/violencia-das-milicias-ameaca-luta-contra-o-ebola-no-congo-1841322
16	Australia weakens commitment to climate change accord after	780	Austrália volta atrás nas medidas ambientais depois de divisão do governo	850	Austrália recua nas medidas ambientais devido a divisões no governo	833	https://www.publico.pt/2018/08/20/mundo/noticia/australia-volta-atras-nas-medidas-ambientais-depois-de-divisao-do-governo-1841544

	government fractures						
17	95-year-old Nazi guard living in the U.S. deported to Germany as prosecutions for Holocaust crimes surge	1215	Antigo guarda nazi deportado para a Alemanha	1247	EUA deportam antigo guarda nazi para a Alemanha	1269	https://www.publico.pt/2018/08/21/mundo/noticia/eua-deportam-antigo-guardanazi-para-a-alemanha-1841673
18	Britain's "no deal" Brexit plan spell out trade disruption for firms	479	Planos para "Brexit" sem acordo indicam perturbações comerciais	534	Governo May divulga plano para "Brexit" sem acordo	579	https://www.publico.pt/2018/08/23/mundo/noticia/planos-para-brexit-sem-acordo-indicam-problemas-para-as-empresas-1841847
19	From laboratory in far west, China's surveillance state spreads quietly	1357	Vinda de um laboratório na China ocidental, a vigilância do estado espalha-se	1450	Polícia chinesa já tem scanners portáteis para ler os telemóveis dos cidadãos	1489	https://www.publico.pt/2018/08/30/mundo/noticia/pequim-alastra-a-vigilancia-do-estado-aos-telemoveis-dos-cidadaos-1841856
20	America's toughest Sheriff Joe Arpaio struggles in U.S. Senate bid	739	"Xerife mais duro da América" Joe Arpaio com dificuldades em candidatura ao Senado	793	Joe Arpaio, o "xerife mais duro da América", não deve chegar ao Senado	834	https://www.publico.pt/2018/08/27/mundo/noticia/xerife-mais-duro-da-america-joe-arpaio-com-dificuldades-em-candidatura-ao-senado-1842174
21	Trump turns McCain's death into another political firestorm about Trump	1703	Trump transforma morte de McCain em tempestade política sobre Trump	1739	Trump fez da morte de McCain uma tempestade que lhe caiu em cima	1279	https://www.publico.pt/2018/08/28/mundo/noticia/trump-transforma-morte-de-mccain-em-tempestade-politica-sobre-trump-1842292

22	Entrevista: Questions to Mr. Karmenu Vella	2912	Entrevista a Karmenu Vella		Europa lança taxas sobre navios para tirar lixo do fundo do mar	2764	https://www.publico.pt/2018/09/10/economia/noticia/os-pescadores-precisam-de-incentivos-para-reciclar-nao-de-penalizacoes-1843435
23	Beto O'Rourke's rock-star status is cemented by Texas GOP, handing Dems the icn they desperately need	1646	O estatuto de estrela de rock de Beto O'Rourke foi cimentado pelo Partido Republicano do Texas, dando aos Democratas a estrela que precisam desesperadamente	1769	Beto O'Rourke: a estrela de que os democratas precisam vem do Texas	1526	https://www.publico.pt/2018/09/02/mundo/noticia/beto-orourke-a-estrela-de-rock-que-o-partido-democrata-precisa-desesperadamente-1842610
24	Democrats' view of Kavanaugh shaped by bitter 2004 hearing	1655	Audiência de 2004 influencia opinião dos Democratas sobre Kavanaugh	1705	O esforço dos democratas para impedir que Brett Kavanaugh chegue ao Supremo	1759	https://www.publico.pt/2018/09/04/mundo/noticia/opiniao-de-democratas-sobre-kavanaugh-toldada-por-audiencia-de-2004-1842878
25	Amid problems, Macron names new environment minister in shuffle	623	A braços com vários problemas, Macron nomeia novo ministro do Ambiente	700	Com a taxa de popularidade a baixar, Macron nomeia antigo deputado dos Verdes para ministro do ambiente	699	https://www.publico.pt/2018/09/04/mundo/noticia/macron-nomeia-antigo-deputado-dos-verdes-para-ministro-do-ambiente-1842970
26	People are destroying their Nike gear to protest Colin	1171	Produtos da Nike destruídos em protestos contra	1301	Produtos da Nike destruídos em protesto contra	1418	https://www.publico.pt/2018/09/05/mundo/noticia/produtos-da-nike-destruidos-em-protesto-contra-anuncio-de-kaepernick-1843114

	Kaepernick's "Just Do It" campaign		anúncio de Kaepernick		anúncio de Kaepernick		
27	"Just Do It": The surprising and morbid origin story of Nike's slogan	1086	'Just Do It': A surpreendente e mórbida origem do slogan da Nike	1148	"Just Do It": A surpreendente e mórbida origem do slogan da Nike	1121	https://www.publico.pt/2018/09/05/mundo/noticia/just-do-it-a-surpreendente-e-morbida-origem-do-slogan-da-nike-1843147
28	UK's summer of discontent: Conservative grassroots can't stand PM's Brexit plan	1301	O verão de descontentamento do Reino Unido: militantes de base dos Conservadores odeiam plano de May para o Brexit	1357	Estes conservadores também odeiam o "Brexit" de Theresa May	1257	https://www.publico.pt/2018/09/25/mundo/noticia/estes-conservadores-tambem-odeiam-o-brexit-de-theresa-may-1845082
29	Michael Moore at TIFF	927	Michael Moore no Festival Internacional de Cinema de Toronto	966	Michael Moore compara Trump a Hitler em novo documentário	689	https://www.publico.pt/2018/09/07/mundo/noticia/michael-moore-compara-trump-a-hitler-em-novo-documentario-1843367
30	Palestinians slam U.S. 'vicious blackmail' as their Washington office is shuttered	675	Palestinianos criticam chantagem dos EUA que encerrou o gabinete em Washington	729	Palestinianos prometem não ceder à "intimidação" do fecho da sua embaixada nos EUA	762	https://www.publico.pt/2018/09/10/mundo/noticia/palestinianos-criticam-chantagem-dos-eua-que-encerrou-o-gabinete-em-washington-1843594
31	Mass evacuations ordered as Hurricane Florence heads	430	Evacuação em massa à medida que o Furacão Florence se aproxima das Carolinas	460	Mais de 1,5 milhões de pessoas fogem do furacão Florence	454	https://www.publico.pt/2018/09/11/mundo/noticia/evacuacoes-em-massa-a-medida-que-a-tempestade-florence-avanca-para-as-carolinas-1843699

	towards Carolinas						
32	Factbox-Ten things to know about world hunger	210	Dez factos sobre a fome no mundo	230	Não publicado		
33	Yemen war a "living hell"for children/Un says Yemen situation worsening fast amid risk to hundreds of thousands	579	A guerra no lémen é um inferno para as crianças	562	A guerra no lémen é um inferno para as crianças	557	https://www.publico.pt/2018/09/13/mundo/noticia/a-guerra-no-iyemen-e-um-inferno-para-as-criancas-1843966
34	The Starr Report got a President impeached 20 years ago and Ken Starr wants to remind you why	1921	O Starr Report conseguiu que um presidente fosse destituído há 20 anos, e Ken Starr quer relembrar-nos porquê	2014	Há 20 anos Ken Starr quis destituir um Presidente e agora escreveu um livro para nos lembrar de tudo	2008	https://www.publico.pt/2018/09/18/mundo/noticia/ha-20-anos-ken-starr-conseguiu-que-um-presidente-fosse-destituído-e-ken-starr-quer-relembrarnos-porque-1844257
35	Former Trump manager Manafort to plead guilty in Mueller probe - Court documents	331	Ex-director de campanha de Trump declara-se culpado em investigação de Mueller	352	Manafort vai colaborar com a investigação sobre a suspeita de interferência russa	347	https://www.publico.pt/2018/09/14/mundo/noticia/exdirector-de-campanha-de-trump-declarase-culpado-em-investigacao-de-mueller-1844077
36	Bangkok street vendors: from Michelin star to fighting eviction	982	Vendedores de Banguetcoque proibidos de vender na rua	1104	Vendedores de rua de Banguetcoque: da estrela Michelin	880	https://www.publico.pt/2018/09/18/mundo/noticia/vendedores-de-banguetcoque-proibidos-de-vender-na-rua-1844266

					à luta contra o despejo		
37	Empty hotels, idle boats: What happens when a Pacific island upsets China	1328	Hotéis vazios, barcos atracados: o que acontece quando uma ilha do Pacífico enfurece a China	1422	Hotéis vazios, barcos atracados: o que acontece quando uma ilha do Pacífico enfurece a China	1514	https://www.publico.pt/2018/10/08/mundo/noticia/hoteis-vazios-barcos-atracados-o-que-acontece-quando-uma-ilha-do-pacifico-enfurece-a-china-1846501
38	Senate inquiry follows scandal over May Day beatings	568	Senado investiga após agressões do 1ª de Maio		Senado quis saber como foi a ascensão meteórica de Benalla junto de Macron	628	https://www.publico.pt/2018/09/19/mundo/noticia/alexandre-benalla-emmanuel-macron-1844544
39	Republicans push to confirm Kavanaugh amid fears it will come at a political cost	1409	Republicanos apressam confirmação de Kavanaugh apesar de receio das consequências políticas	1515	Os republicanos têm medo do custo político da confirmação de Kavanaugh, mas querem avançar	1578	https://www.publico.pt/2018/09/21/mundo/noticia/os-republicanos-tem-medo-do-custo-politico-da-confirmacao-de-kavanaugh-mas-querem-avancar-1844704
40	Israel warns it will cut Palestinian tax transfer if killer's family is paid	308	Israel ameaça cortar na transferência fiscal da Palestina se família de assassino for indemnizada	345	Israel ameaça deduzir da receita fiscal palestiniana as indemnizações pagas a atacantes de israelitas	353	https://www.publico.pt/2018/09/21/mundo/noticia/israel-ameaca-deduzir-da-receita-fiscal-palestiniana-as-indemnizacoes-pagas-a-atacantes-de-israelitas-1844815
41	'People actually laughed at a president': At U.N. speech,	888	'As pessoas riram-se de um presidente': Num discurso da ONU,	910	E o mundo riu-se na cara de Donald Trump	994	https://www.publico.pt/2018/09/30/mundo/noticia/e-o-mundo-riuse-na-cara-de-donald-trump-1845569

	Trump suffers the fate he always feared		aconteceu o que Trump sempre receou				
42	As a Saudi prince rose, the Bin Laden business empire crumbled	3318	A ascensão de um príncipe saudita e a ruína dos Bin Laden	3476	Não publicado		
43	AGEING JAPAN- Manga comics turn grey - but spirited - along with readers	1020	Manga envelhece em conjunto com os seus leitores	1084	O manga não é só para os jovens — e por isso há cada vez mais livros para idosos	1125	https://www.publico.pt/2018/10/06/culturaipsilon/noticia/manga-envelhece-em-conjunto-com-os-seus-leitores-1845603
44	Why Brazil's business elites are warming to a far-right flamethrower for president	1056	Elites empresariais brasileiras apoiam candidato presidencial de extrema-direita	1109	Elites empresariais do Brasil apoiam Bolsonaro	1125	https://www.publico.pt/2018/10/03/mundo/noticia/elites-empresariais-brasileiras-apoiam-bolsonaro-1845899
45	Lesbian 'witches' chained and raped by families in Cameroon	982	Bruxas 'lésbicas' acorrentadas e violadas pelas famílias nos Camarões	1017	"Bruxas" lésbicas acorrentadas e violadas pelas famílias nos Camarões	1048	https://www.publico.pt/2018/10/02/mundo/noticia/bruxas-lesbicas-acorrentadas-e-violadas-pelas-familias-nos-camaroes-1845996
46	Pope blames devil for Church divisions, scandals, seek angel's help	559	Papa culpa diabo por escândalos e divisões na Igreja e pede ajuda a anjo	563	Papa culpa "diabo" por escândalos e divisões na Igreja e pede ajuda a arcanjo	560	https://www.publico.pt/2018/10/08/mundo/noticia/papa-culpa-diabo-por-escandalos-e-divisoes-na-igreja-e-pede-ajuda-a-anjo-1846574
47	A transgender man's journey	945	Harrison: A jornada de um	946	A jornada de um homem transgénero:	980	https://www.publico.pt/2018/10/11/p3/noticia/harrison-a-jornada-de-um-homem-transgenero-1846721

			homem transgénero		esta é a história de Harrison		
48	A waste mountain to climb: can Africa make plastic recycling pay?	883	Uma montanha de lixo para escalar: poderá África ganhar com a reciclagem de plástico	964	Uma montanha de lixo para escalar: o desafio de combater o plástico em África	982	https://www.publico.pt/2018/10/14/p3/noticia/uma-montanha-de-lixo-para-escalar-podera-africa-ganhar-com-a-reciclagem-de-plastico-1847126
49	EU's Barnier calls for "decisive progress" on Brexit for summit next week	586	Barnier pede "progresso decisivo" no Brexit para cimeira da próxima semana	645	Não publicado		
50	Brexit deal next week "within reach"	411	Acordo do Brexit ao alcance da próxima semana	451	Não publicado		
51	Tomato squeeze: US sanctions begin to distort Iran's economy	1150	O aperto do tomate: sanções dos Estados Unidos começam a afectar economia iraniana	1265	Não publicado		
52	The most streamed Spotify artists of the last decade	812	Os artistas mais reproduzidos no Spotify na última década	878	Os artistas mais reproduzidos no Spotify na última década	899	https://www.publico.pt/2018/10/15/culturaipsilon/noticia/os-artistas-mais-reproduzidos-no-spotify-na-ultima-decada-1847580
53	CONGOLESE MIGRANTS FLOOD HOME, ANGOLA DENIES CLAIMS	692	Migrantes congoleses regressam a casa e Angola nega violência	734	Angola nega assassinio de dezenas de imigrantes congoleses	745	https://www.publico.pt/2018/10/15/mundo/noticia/angola-nega-assassinio-de-dezenas-de-imigrantes-1847596

	OF BRUTAL CRACKDOWN						
54	Australian PM criticised for possibly recognising Jerusalem as Israeli capital	691	Primeiro-ministro australiano criticado por considerar reconhecer Jerusalém como capital de Israel	781	Primeiro-ministro australiano criticado por considerar reconhecer Jerusalém como capital de Israel	815	https://www.publico.pt/2018/10/16/mundo/noticia/primeiroministro-australiano-criticado-por-considerar-reconhecer-jerusalem-como-capital-de-israel-1847788
55	As Khashoggi crisis grows, Saudi king asserts authority, checks son's power -sources	1506	À medida que o caso Khashoggi se intensifica, rei saudita impõe-se	1609	Salman deu todo o poder a MBS, mas teve que "acordar"	1626	https://www.publico.pt/2018/10/20/mundo/noticia/medida-caso-khashoggi-intensifica-rei-saudita-impoese-1848209
56	Loved and loathed: Raising a gay child in the former Soviet Union	848	Amado e odiado: educar uma criança homossexual na antiga União Soviética	951	Como educar uma criança homossexual na antiga União Soviética: as dúvidas e lições de uma mãe	948	https://www.publico.pt/2018/10/23/p3/noticia/como-educar-uma-crianca-homossexual-na-antiga-uniao-sovietica-1848519
57	In training with Poland's volunteer militia	756	Milícia voluntária da Polónia já treina	856	Não publicado		
58	Decades of dispossession: indigenous Brazilians battle to get back land	1112	Décadas de expropriação: Indígenas brasileiros lutam para reaver terras	1143	Após décadas de expropriação, indígenas brasileiros lutam para reaver terras	1209	https://www.publico.pt/2018/10/25/mundo/noticia/decadas-expropriacao-indigenas-brasileiros-lutam-reaver-terras-1848851

59	After converting Bolsonaro, free-market guru must convince Brazil	900	Apóes converter Bolsonaro, o guru do mercado livre tem agora de convencer o Brasil	938	Paulo Guedes: depois de converter Bolsonaro, o guru liberal tem de convencer o Brasil	971	https://www.publico.pt/2018/10/29/mundo/noticia/converter-bolsonaro-guru-mercados-convencer-brasil-1849132
60	GOP gets help from Trump's use of government power	1414	Partido Republicano recebe ajuda de Trump e do seu poder governamental	1538	Trump recorre a todo o seu poder para tentar garantir um Congresso republicano	1649	https://www.publico.pt/2018/11/01/mundo/noticia/trump-recorre-tentar-garantir-congresso-republicano-1849543

Anexo 2 – Seleção de textos para fins de análise

Texto A1

Decades of dispossession: indigenous Brazilians battle to get back land

Three years after he was shot, indigenous chief Elpidio Pires cannot shake the smell of gunpowder.

"They came to kill me," the 50-year-old Guarani-Nandeva Indian said, as he pointed out a scar on his back.

The shooting, which took place near Brazil's border with Paraguay, was carried out by a gunman on behalf of a local landowner, Pires said.

The dispute was over land in the town of Paranhos, about 1,180 kilometres (733 miles) southwest of the capital Brasilia.

"My brother-in-law was shot in the arm, and a woman was raped and had all her hair cut off," he told the Thomson Reuters Foundation of the attack.

"We suffer (attacks) like this every day," he said on the sidelines of a meeting of indigenous leaders in August in the town of Caarapo in Mato Grosso do Sul state.

The area where the meeting was held is called Guyraroka indigenous land, which is also in the middle of a dispute between Kaiowa Indians and farmers.

In 2000, the land that Pires's Guarani-Nandeva people sought, known as the Potrero Guacu indigenous land, was recognised by the Ministry of Justice as belonging to them after anthropological reports proved the tribe's ancestral ties.

But the demarcation process was halted after farmers filed lawsuits refusing to leave the area without compensation.

The attack three years ago was one in a long line of violence linked to land disputes between indigenous people and farmers in the southwestern state of Mato Grosso do Sul.

Seventeen indigenous people were murdered in the state last year, making it Brazil's third-deadliest, according to a September report by the Conselho Indigenista Missionario (Cimi), a church-linked monitoring group.

Cimi said many murders were connected to land conflicts - because a lack of land rights lies behind many of the problems that afflict Brazil's indigenous population.

The authorities said the true figure was likely higher.

"Undoubtedly violence has increased," said federal prosecutor Marco Antonio Delfino de Almeida as his vehicle passed land planted with soybeans and sugar cane on his way to observe the leaders' meeting.

De Almeida said a lack of land rights was a key issue: the 2010 census showed Mato Grosso do Sul had about 73,000 self-declared indigenous inhabitants, the country's second-highest behind the northern state of Amazonas's 169,000.

Yet they enjoy ownership rights over less than 1 percent of the state's territory, said de Almeida. That compares against nearly 30 percent in Amazonas state, according to Instituto Socioambiental (ISA), a Brazilian advocacy group.

"It's a disproportionate number," he said.

DEADLOCK

De Almeida said the decades-long legal battle with farmers over ancestral land had forced indigenous people to occupy other areas to make a living.

Their loss of land has largely been driven by cattle, he said: about 2.7 million people live in Mato Grosso do Sul, the government estimated this year, as do 22 million cattle, according to FAMASUL, a farmers' association in the state.

And while many indigenous people in other parts of Brazil have sought title over public and unspoiled land, de Almeida said, that is not the case in Mato Grosso do Sul: there they are contesting ownership of ancestral land that was sold - and then officially transferred - to farmers over the past century.

The result, he said, was deadlock between indigenous people and farmers, with the latter refusing to give up ownership without compensation.

FAMASUL said by email that although its members had legally acquired their land more than 50 years ago, "a significant number" of farmers had had their titles questioned, and 143 properties had been invaded.

"These occurrences are an evidence of the legal insecurity experienced in our state for decades, resulting from the lack of a definitive response from the government to ensure peace in the countryside," FAMASUL said.

Cimi's report recorded 102 indigenous land claims filed over the last two decades. Many, it said, were tied up in court, with farmers filing their own counterclaims.

De Almeida said a lack of political will had caused the process to stall.

The Ministry of Justice did not reply to requests for comment.

CROWDED RESERVE

Many of Mato Grosso do Sul's indigenous people lost land to colonisation and farmers over the past 150 years, said Crizantho Alves Fialho Neto of FUNAI, the government agency that represents indigenous people's interests.

During that time, he said, some were also driven from their ancestral land by the government and forcibly settled on indigenous reserves.

Since 1900, the state has created eight indigenous reserves, he said, with one - the Dourados reserve - now Brazil's most populous indigenous village with about 16,000 inhabitants.

"Mato Grosso do Sul has one of the most drastic situations of indigenous expropriation in the country," said Fialho Neto.

With no ancestral ties to the reserves and lacking enough land from which to make a living, many indigenous people could not adapt to life in the reserves and were trying to get their ancestral land back, said anthropologist Levi Marques Pereira.

"In practice, these reserves make the indigenous way of life unviable ... As the process to title indigenous land in the state is stalled, there is increasing violence in the areas they are trying to retake," Pereira said.

Priscila Maciel Duarte Lopes is one of those who - after spending her life in the Dourados reserve - recently moved just outside its boundaries to an informal camp where a group of indigenous people are trying to retake their land from farmers.

"There is no space in the reserve to plant and make a living," said the 56-year-old Kaiowa Indian, adding that her ancestors are buried in this area.

"This land belongs to us ... Our cemetery is inside this area."

But, she said, she and others are facing increased levels of violence from farmers.

"They have been shooting at us. The gunmen do not let us rest anymore," she said, holding six bullets that she picked up after an attack on the camp two months ago that injured several people.

Maciel admitted she was afraid, but said she would not give up the Tekoha - a Guarani word designating ancestral land, and that means "a place where you can be".

Pires, the indigenous chief, also dreams of the day that his community will enjoy full ownership of their Tekoha.

In 2015, he and about 160 families moved on to the land, which totals about 1,000 hectares (2,500 acres), or a quarter of the area they regard as theirs.

"We are entitled to our land. This area has already been recognised by the government. We do not want to have conflicts anymore," he said.

Texto A2

Após décadas de expropriação, indígenas brasileiros lutam para reaver terras

Populações indígenas são alvo de ataques armados na luta para reaver terras ancestrais.

Agricultores que adquiriram os terrenos recusam sair sem compensações financeiras.

Três anos depois de ter sido baleado, o líder indígena Elpidio Pires ainda não consegue esquecer o cheiro da pólvora.

“Vieram matar-me”, disse o índio Guarani-Ñandeva de 50 anos, apontando para uma cicatriz nas suas costas.

O ataque, que ocorreu perto da fronteira do Brasil com o Paraguai, foi perpetrado por um atirador a soldo de um proprietário de terras, disse Pires. Em causa estava a disputa em torno de terras na zona de Paranhos, no Mato Grosso do Sul, 1180 km a sudoeste de Brasília.

Não foi a única vítima do ataque. “O meu cunhado foi atingido no braço e uma mulher foi violada e cortaram-lhe o cabelo todo”, disse Pires à Thomson Reuters Foundation.

“Sofremos ataques como este todos os dias”, disse à margem de um encontro entre líderes indígenas, decorrido em Agosto em Caarapó, no Mato Grosso do Sul.

O local onde o encontro teve lugar também é conhecido pela designação indígena de Guyraroka, e também se encontra no centro de uma disputa entre os índios Kaiowa e os agricultores. Em 2000, as terras que os índios Guarani-Ñandeva reivindicavam, conhecidas pelo nome indígena de Potrero Guacu, foram oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Justiça brasileiro como pertencendo à tribo, depois de estudos antropológicos terem provado as suas ligações ancestrais àquelas terras. Mas o processo de demarcação foi suspenso depois de os agricultores terem recorrido aos tribunais, recusando sair da zona sem receber qualquer compensação monetária.

O ataque de há três anos, de que Pires foi alvo, é apenas um exemplo da violência associada a disputas de terras entre indígenas e agricultores no estado de Mato Grosso do Sul. Dezassete indígenas foram assassinados no último ano naquele estado, tornando-o no terceiro com mais mortes registadas em incidentes semelhantes em todo o Brasil, de acordo com um relatório de Setembro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um observatório de assuntos indígenas ligado à igreja.

O Cimi afirma que são muitos os homicídios ligados a conflitos por causa de terras, e que a ausência de direitos fundiários está por trás de muitos dos problemas que afligem a população indígena do Brasil. As autoridades admitem que, provavelmente, os números reais da violência podem ser ainda mais altos.

“Sem dúvida que a violência aumentou”, disse o procurador federal Marco Antônio Delfino de Almeida, enquanto se deslocava entre plantações de soja e cana-de-açúcar para assistir ao encontro entre líderes indígenas.

Almeida disse que a ausência de direitos fundiários era um problema fundamental: o censo de 2010 demonstrou que Mato Grosso do Sul tinha cerca de 73 mil habitantes que se autodeclaravam indígenas, o estado com o segundo maior número de indígenas, apenas atrás dos 169 mil indígenas da Amazônia.

Porém, têm direitos de propriedade sobre menos de 1% do território do estado, disse Almeida. No estado da Amazônia, o valor é de 30%, de acordo com o Instituto Socio-Ambiental (ISA), um grupo de defesa dos direitos indígenas. “É um número desproporcional”, disse.

Impasse

Almeida disse que a batalha judicial por terras ancestrais entre agricultores e indígenas já dura há décadas e fez com que os índios ocupassem outras áreas para poderem ganhar a vida.

A perda de terras deve-se majoritariamente à produção pecuária, disse: o governo estimou que vivem 2,7 milhões de pessoas no estado de Mato Grosso do Sul, em conjunto com 22 milhões de cabeças de gado, de acordo com a FAMASUL, uma associação de agricultores do estado.

E, enquanto muitos indígenas noutras partes do Brasil procuram obter títulos de terras públicas e intocadas, Almeida diz que esse não é o caso em Mato Grosso do Sul: nesse estado, os índios contestam a propriedade de terras ancestrais que foram entretanto vendidas – e oficialmente transferidas – a agricultores ao longo do século XX.

O resultado, disse, é um impasse entre os indígenas e os agricultores, com os últimos a recusar entregar as propriedades sem qualquer compensação.

A FAMASUL disse por e-mail que, apesar de os seus membros terem adquirido legalmente as suas terras há mais de 50 anos, um “número significativo” de agricultores viu os seus títulos serem postos em causa e 143 propriedades foram invadidas.

“Estas situações são prova da insegurança legal experienciada no nosso estado ao longo de décadas, resultante da ausência de uma resposta definitiva por parte do governo para garantir a paz nas zonas rurais”, disse a FAMASUL.

O relatório da Cimi contabilizou 102 reivindicações de terras apresentadas nas duas últimas décadas. Muitas, segundo o relatório, estavam paradas em tribunal, com os agricultores a preencher os seus próprios pedidos reconventionais. Almeida diz que a ausência de vontade política provocou a paragem do processo.

O Ministério da Justiça não respondeu aos pedidos de comentário da Reuters.

Reserva lotada

Muitos dos indígenas de Mato Grosso do Sul perderam as suas terras devido à colonização e aos agricultores ao longo dos últimos 150 anos, disse Crizantho Alves Fialho Neto da FUNAI, a agência governamental para os direitos dos povos indígenas.

Durante esse tempo, acrescentou, muitos foram também expulsos pelo governo das suas terras ancestrais e mudaram-se à força para reservas indígenas. Desde 1900, o estado criou oito reservas indígenas, disse, incluindo a reserva de Dourados, a localidade indígena mais populosa do Brasil actualmente, com 16 mil habitantes. “O Mato Grosso do Sul tem uma das situações mais dramáticas de expropriação indígena do país”, disse Fialho Neto.

Sem ligações ancestrais às reservas e sem terras que lhes possam providenciar sustento, muitos indígenas não conseguiram adaptar-se à vida nas reservas e tentaram reaver as suas terras ancestrais, disse o antropólogo Levi Marques Pereira.

“Na prática, estas reservas tornam o modo de vida indígena inviável... Uma vez que o processo para obter o título das terras está parado, a violência tem aumentado nas áreas que estão a tentar reaver”, disse Pereira.

Priscila Maciel Duarte Lopes é uma das pessoas que – depois de ter passado a sua vida na reserva Dourados – se mudaram recentemente para um acampamento na fronteira dessas terras, onde um grupo de indígenas tenta reaver o seu território.

“Não há espaço na reserva para cultivar e ganhar a vida”, disse a índia Kaiowa de 56 anos, acrescentando que os seus antepassados foram enterrados naquelas terras. “Estas terras pertencem-nos... O nosso cemitério está aqui.”

Mas, disse Priscila, que ela e os outros indígenas têm sido vítimas de níveis crescentes de violência, por parte dos agricultores.

“Têm disparado contra nós. Os atiradores não nos deixam descansar”, disse, enquanto segurava seis balas que recolheu depois de um ataque ao acampamento há dois meses e que provocou vários feridos.

Maciel admitiu que estava com medo, mas disse que não ia desistir da Tekoha – uma palavra em Guaraní que descreve as terras ancestrais e que significa “um lugar onde podes estar.”

Pires, o chefe indígena, também sonha com o dia em que a sua comunidade irá usufruir da propriedade total da sua Tekoha. Em 2015, ele e cerca de 160 famílias mudaram-se para algumas dessas terras, com mil hectares, e apenas um quarto da área total que reivindicam como sua. “Temos direito a estas terras. Já foram reconhecidas pelo governo. Não queremos mais conflitos”, disse.

Texto B₁

It's not the end of the story for Greece

It is very tempting to look upon Greece's exit from its third and final programme on August 20 as the end of a long and often unpleasant story. In truth, though, it is just the conclusion of a chapter, and the happy ending to this tale remains elusive.

Greece's economy, which grew by a record amount in the first quarter, is still fragile, the unemployment rate is still above 20 percent even though hirings have picked up, unpaid taxes continue to pile up and have passed the 100-billion-euro mark, more than 20 percent of the population is still at risk of poverty, taxes and social security contributions are among the highest in the European Union and the weaknesses of the country's institutions have not yet been addressed by structural reforms.

At the same time, the agreement reached at the Eurogroup at the end of June does not settle Greece's debt problem. In terms of the long-term sustainability, there was simply a reaffirmation of the commitment by the eurozone to intervene if necessary. In the medium-term, an attempt was made to clear a path for the next 10-15 years by making Greece's debt servicing costs and funding needs manageable.

The 10-year extension to the grace period for the interest payments and amortisation of more than 95 billion euros lent to Greece as part of its second bailout, along with an extension of maturities by 10 years means that the current government and its successors should not be under much pressure to borrow from investors between now and the end of 2032, allowing the country to ease its way back to the bond markets.

Also, the return of 4.8 billion euros in profits on Greek bonds held by eurozone central banks (ANFA and SMP) and the disbursal of more than 3 billion euros to buy back some of the 10.4 billion euros that Athens owes to the International Monetary Fund helps relieve the burden over the next few years. With a cash buffer of around 24 billion euros, Athens should be fully funded until the summer of 2020, providing a little more breathing space as it exits the programme this summer.

It is less than ideal but the eurozone has shown throughout the last eight years that it deals in what is politically feasible rather than best-case scenarios. The agreement reached in Luxembourg is designed to buy all sides some breathing space and is in keeping with the piecemeal way in which the single currency area's decision makers have tackled problems, as frustrating and costly as that may be for those who are on the receiving end, like Greece and Portugal.

There is a general realisation, though, that the Greek debt issue will have to be revisited in the future. The consequences of keeping current interventions to a level that was acceptable for all member states and their domestic audiences means that a different set of decision makers will have to return to the issue when debt repayments from the second programme's loan package kick in from 2033. Another extension, or different form of relief, is likely to be needed then, allowing Athens more time to meet its commitments.

It is equally clear that although Greece may manage, at a stretch, to produce 3.5 percent of GDP primary surpluses between now and 2022, running primary surpluses of 2.2

percent of GDP until 2060 is an impossibility. The lowering of these fiscal targets will also have to become part of any future discussion regarding Greece's situation.

Whether the further interventions necessary will be delivered in the future depends on what kind of political balances will prevail within the eurozone at the time and whether the single currency has made progress in addressing the weaknesses that have been exposed since Greece became the first member state to request a bailout in May 2010.

In the meantime, Greece will have to focus on the elements that it can control, which include creating a more business-friendly environment, using any fiscal space wisely and completing the key structural reforms, particularly those regarding the public administration and judiciary, which were not properly addressed in the previous years.

Many commentators and politicians, including Prime Minister Alexis Tsipras, look to Portugal as an example of what can be achieved once the programme is over. The main differences, though, are that Greece's crisis was much deeper and longer, and that its economy is not as outward-oriented as Portugal's.

Greece is also exiting the programme at a difficult time politically and financially. In just the last few weeks, its bond yields have been affected significantly by the political turmoil in Italy, while the value of Greek bank shares have been hit by nervousness about the situation in Turkey.

The government had been hoping to issue a long-term bond, probably a 10-year one, before the end of the programme as part of the effort it began last year to re-establish a relationship with investors but has had to postpone these plans because the market conditions have not been favourable.

It was a reminder of how vulnerable Greece will be when it exits the bailout and why there will continue to be some uncertainty about what the next few years hold in store for the country.

Apart from restoring confidence among hedge funds and other market players, there is also the issue of attracting more foreign direct investment in the coming years. In its recent Article IV report on Greece, the IMF suggested that the Greek economy cannot be realistically expected to grow by more than 1 percent on average in the long-term, even

if the remaining urgent reforms are carried out. Growth of 1 percent will not be enough to heal the deep social wounds that have been created by the crisis and its mismanagement on a national and European level.

To change this dynamic, Greece will have to attract much higher levels of investment from abroad. This entails a change in mind-set from the Greek political class, which has displayed so many flaws in the build-up to the crisis and during the last eight years. This is probably where the material for the next chapter in the story will be found.

Texto B₂

Ainda não é o fim da história para a Grécia

É muito tentador ver a saída da Grécia do seu terceiro e último programa a 20 de Agosto como o fim de uma longa e desagradável história. Porém, na verdade, é apenas a conclusão de um capítulo e o final feliz desta história continua uma ilusão.

A economia grega, que teve um crescimento recorde no primeiro trimestre, permanece frágil, a taxa de desemprego ainda está acima dos 20%, apesar de o emprego ter aumentado, os impostos em dívida continuam a aumentar e já ultrapassaram a marca dos 100 mil milhões de euros, mais de 20% da população continua em risco de pobreza, os impostos e as contribuições para a segurança social estão entre as mais altas da União Europeia e as fragilidades das instituições do país ainda não foram alteradas através de reformas estruturais.

Ao mesmo tempo, o acordo celebrado no Eurogrupo no fim de Junho não resolve o problema da dívida grega. Em termos de sustentabilidade de longo prazo, simplesmente houve uma reafirmação do compromisso da zona euro em intervir se necessário. A médio prazo, foi feita uma tentativa de definir uma trajectória para os próximos 10 a 15 anos ao tornar geríveis os custos do serviço da dívida e as necessidades de financiamento.

O prolongamento por 10 anos do período de carência para o pagamento de juros e amortização dos mais de 95 mil milhões de euros emprestados à Grécia como parte do segundo resgate, juntamente com a extensão das maturidades por mais dez anos, significa que o actual governo e os seguintes não deverão estar sob muita pressão para pedir empréstimos a investidores a partir deste momento e até 2032, permitindo ao país que reentre no mercado de obrigações.

Além disso, o retorno de 4,8 mil milhões de euros em lucros das obrigações gregas detidas pelos bancos centrais da zona euro (através dos instrumentos ANFA e SMP) e o desembolso de mais de três mil milhões de euros para comprar de volta alguns dos 10,4 mil milhões de euros que Atenas deve ao Fundo Monetário Internacional ajudam a aliviar o fardo nos próximos anos. Com uma almofada de liquidez de 24 mil milhões de euros, Atenas deverá estar completamente financiada até ao Verão de 2020, gerando um pouco mais de espaço para respirar enquanto sai do programa este Verão.

Não é o ideal mas a zona euro tem demonstrado ao longo dos últimos oito anos que negocia com o que é politicamente alcançável e não com o melhor cenário possível.

O acordo conseguido no Luxemburgo foi feito para permitir a todos os envolvidos alguma folga e mantém a forma fragmentada como os decisores da zona euro têm abordado os problemas, por muito frustrante e dispendiosa que seja para os países abrangidos, como a Grécia e Portugal.

Porém, existe um entendimento geral de que a questão da dívida grega terá de ser revisitada no futuro. As consequências de manterem as actuais intervenções a um nível aceitável para todos os estados-membros e os seus públicos domésticos significa que um novo grupo de decisores terá de regressar ao tema quando os pagamentos do empréstimo do segundo pacote de resgate começarem em 2033. Outra extensão, ou outra forma de ajuda, será provavelmente necessária, permitindo a Atenas ter mais tempo para cumprir os seus compromissos.

É igualmente claro que, apesar de a Grécia ser provavelmente capaz de, no máximo, gerar excedentes primários de 3,5% do PIB até 2022, atingir excedentes primários de 2,2% do PIB até 2060 é impossível.

A redução destas metas orçamentais terá também de fazer parte de qualquer discussão que envolva o futuro da Grécia.

Se mais intervenções serão feitas no futuro depende do tipo de ambiente político que prevalecer na zona euro nessa altura e de a moeda única fazer algum tipo de progresso ao tentar resolver as suas fraquezas, que foram sendo expostas desde que a Grécia se tornou o primeiro estado-membro a pedir um resgate em Maio de 2010.

Entretanto, a Grécia terá de se focar nos elementos que pode controlar, que incluem criar um ambiente mais favorável às empresas, utilizando qualquer margem de manobra

orçamental sabiamente e completando as reformas estruturais mais importantes, incluindo as que se referem à administração pública e judiciária, e que não foram devidamente abordadas nos anos anteriores.

Muitos comentadores e políticos, incluindo o primeiro-ministro Alexis Tsipras, vêem Portugal como um exemplo do que pode ser alcançado quando o programa chega ao fim. A grande diferença, porém, é que a crise da Grécia foi muito mais longa e profunda e a sua economia não é tão orientada para o exterior como a economia portuguesa.

A Grécia também está a sair do programa numa altura difícil política e economicamente. Nas últimas semanas, o rendimento das suas obrigações foi significativamente afectado pela crise política em Itália, enquanto o valor das acções bancárias gregas foram afectadas pelo nervosismo sobre a situação da Turquia.

O governo esperava emitir obrigações de longo prazo, provavelmente uma emissão a dez anos, antes do fim do programa, como parte do esforço que iniciou o ano passado para restabelecer uma relação com investidores, mas teve de adiar estes planos uma vez que as condições do mercado não têm sido favoráveis.

Foi um lembrete de como a Grécia estará vulnerável quando sair do resgate e de como continuará a haver alguma incerteza sobre o que os próximos anos terão reservado para o país.

Além de restaurar a confiança entre os *hedge fund* (fundos de alto risco) e outros mercados, existe também o problema de atrair investimento directo estrangeiro nos próximos anos. No seu mais recente Artigo IV sobre a Grécia, o FMI sugeriu que a economia grega não pode esperar, realisticamente, crescer mais do que 1% em média a longo prazo, mesmo que as restantes reformas urgentes sejam cumpridas. Crescimento de 1% não será suficiente para sarar as profundas feridas sociais que foram geradas pela crise e a má gestão, tanto a nível nacional como europeu.

Para alterar esta dinâmica, a Grécia terá de atrair níveis muito mais altos de investimento estrangeiro. Tal envolve uma mudança na mentalidade da classe política grega, que demonstrou muitos defeitos ao longo do desenvolvimento da crise e durante os últimos oito anos. É aqui que o material para o próximo capítulo da história será encontrado.

UK's summer of discontent: Conservative grassroots can't stand PM's Brexit plan

Over wet grilled sausages and red wine on a rainy British weekend, an evening garden gathering of ageing Conservative Party members seems an unlikely setting for subversion.

But that is what is happening here and in dozens of other gardens and village halls across the country, a phenomenon that could tip the scales in a parliamentary vote on how Britain leaves the European Union.

In the crowded kitchen in Beaconsfield — an affluent commuter town outside London and Conservative stronghold — there was angry talk about how Prime Minister Theresa May had sold short Leavers' dreams of making a clean break with the EU and reclaiming Britain's sovereignty.

"She has misled the country by giving the impression that we are leaving when we are not," Roger Kendrick, an investor in small businesses, told Reuters at the meeting, a fundraiser for the Campaign for Conservative Democracy.

"She is lying to the country and thinks she can get away with it," he said as he ate from a paper plate. "We are being conned."

Kendrick's opinion matters. The party's 124,000 rank-and-file members, mainly volunteers but also paid local councillors, play a meaningful role under the UK's political system, raising funds and rallying the local vote on election day.

If grassroots pressure can persuade just a handful of lawmakers to vote against May, they could kill the plan she is currently negotiating in Brussels.

With less than seven months to go until "exit day" on March 29, the future relationship between Britain's \$2.6 trillion economy and the world's largest trading bloc is at stake.

The country remains divided on the issue - the result in the June 2016 referendum was 52 to 48 percent - and so is the Conservative Party, which called the vote.

Interviews in person and by phone with more than 25 party members across Britain show divisions between the grassroots in the counties and the leadership in London may go deeper than Brexit.

"We've been moving to this point for 20 years. Brexit is the issue that has brought it to a head," said John Strafford, the host of the Beaconsfield barbecue.

“You end up with the parliamentary party 60 to 70 percent in favor of ‘Remain’, and the voluntary party 60 to 70 percent to ‘Leave’ - and that clash is actually going to be the end of the Tory Party.”

CHEQUERS PLAN

May’s “business-friendly” plan - named Chequers after the country house where it was agreed in July - prioritizes the smooth flow of goods and services with the EU over a clean break from Brussels’ rules and regulations.

The EU says further concessions are necessary; hopes for an agreement in October have been pushed back to November.

May has pledged that whatever emerges will go to parliament for approval, probably before Christmas.

If she loses that vote, she will face the possibility of Britain leaving the EU without a deal, a prospect that would likely spark a crisis of confidence and probably cost her the premiership. It could even force an early election.

Her working majority of 13 members in the 650-seat parliament - 316 Conservative lawmakers, plus a Northern Irish party with 10 and minus MPs who don’t vote - only works if her lawmakers are united behind her. At the moment that’s a big if, as shown most recently in July when 12 pro-EU lawmakers voted against her on a piece of Brexit-related legislation.

The grassroots plays a key role here by holding lawmakers’ “feet to the fire”, said Tim Bale, professor of politics at Queen Mary University of London.

“So if they have committed to a hard Brexit it makes it difficult for them to renege on that commitment.”

Some, like Chris Green, a Conservative MP from Bolton West, have already been turned.

Green resigned from a junior role in the transport department in July because of his opposition to the Chequers deal, and plans to vote against the proposal if it comes to parliament.

Lying just a few miles north west of Manchester, his constituency has traditionally been viewed as bellwether of national political trends and voted 56 percent for Brexit.

Green, who won his seat by just 936 votes at the last election in 2017, is concerned that his supporters will desert him to join the eurosceptic UK Independence Party (UKIP).

“The views on the proposed deal have been almost universally negative and there is an element on despair creeping in,” he said. “We have a clear instruction from the British people and any deviation from that will cause problems and divisions.”

A regular party meeting in August near the south coast city of Southampton to discuss health and social policy was swamped by members wanting to talk about Chequers and Brexit.

According to two of those present, the meeting, which usually attracts a dozen diehard members to feed policy ideas to the leadership, drew more than 50 people. Only two supported the Chequers plan versus leaving without a deal, according to minutes of the meeting.

Relaying the findings to party headquarters, the meeting’s chair, Allan Glass, wrote in a letter seen by Reuters: “Implicit in our observations is that the Chequers proposals are wholly misconceived and undesirable, and the government should drop them as soon as parliament reconvenes.”

Bob Perry, chairman of the Conservative association in Hornchurch and Upminster, east of London, said around 10 of his group’s 160 to 170 members had resigned or declined to renew their membership since the Chequers agreement was unveiled.

“She (May) needs to listen to the grassroots because we are at the end of the day the foot soldiers, the people who pound the streets, knock the doors, deliver the leaflets, and if you can’t get them behind you then you are going to have a problem.”

In Beaconsfield, Trafford has started a petition to stop the sitting MP, Dominic Grieve, from running as the party’s candidate at the next election scheduled for 2022, mainly because Grieve led several pro-EU rebellions in parliament.

Grieve declined to comment on the petition.

Kendrick says he can’t remember a time in the 30 years he has been a member of the Conservatives when there have been such deep divisions among members and such a disconnect between the leadership and rank and file.

BEYOND BREXIT

While polling shows the Conservatives neck and neck with the opposition Labour Party nationally, a Sky Data poll in August said that among the party's voters, 59 percent are unhappy with May's performance in Brexit negotiations.

Potential successors to May are waiting in the wings, including former foreign minister Boris Johnson, who resigned days after the Chequers deal was announced and is actively campaigning against it.

For many at the grassroots, Johnson's leading role in the 2016 Brexit campaign and his mix of humor and common man's touch makes him an ideal replacement.

John Thorne, a local councillor in the southwestern county of Somerset who wants May to be removed, supports Johnson.

"People love Boris. He is the sort of guy you imagine sitting down in the pub and having a pint with," Thorne said.

"I have confidence in him to deliver Brexit and he speaks the language of ordinary people."

The overwhelming majority of party members interviewed saw little future for May even if she manages to scrape by as their leader beyond March.

Britain's role in Europe helped sink the country's last three Conservative leaders: David Cameron, John Major and Margaret Thatcher.

Now some wax nostalgic for Thatcher, including Glass, who attended the gathering in Beaconsfield.

"I just wish she could be a bit more like Maggie, and go over there and give them a good handbagging," Glass said, holding court under a dripping umbrella as Strafford's sausages smoked in the rain.

Texto C₂

Estes conservadores também odeiam o "Brexit" de Theresa May

Um pouco por todo o país, militantes de base do Partido Conservador britânico unem esforços contra os planos da primeira-ministra. Dizem-se enganados por Theresa May e temem que o seu pior pesadelo esteja a ganhar forma: a permanência na UE.

Um encontro num jardim entre membros do Partido Conservador, com salsichas grelhadas e vinho tinto num chuvoso fim-de-semana britânico, é um cenário improvável para uma revolta. Mas é isso que está a acontecer aqui, em Beaconsfield, e em outras

dezenas de espaços espalhados pelo país, num fenómeno que poderá influenciar o voto no Parlamento sobre como irá o Reino Unido sair da União Europeia (UE).

Nesta cozinha cheia de gente em Beaconsfield — uma próspera cidade-dormitório junto a Londres e um bastião conservador — houve discursos de descontentamento sobre como a primeira-ministra, Theresa May, menosprezou os sonhos de uma ruptura total com a UE.

“Ela tem enganado o país ao dar a impressão de que vamos sair, quando na verdade não vamos”, disse Roger Kendrick, um investidor de pequenas empresas filiado no Partido Conservador. “Estamos a ser enganados. Ela está a mentir ao país e pensa que pode ficar impune.”

A opinião de Roger Kendrick conta muito. Os 124 mil militantes de base do partido — a maior parte voluntários, mas também responsáveis locais remunerados — têm um papel fundamental no sistema político do Reino Unido, porque angariam fundos e mobilizam o voto em dia de eleições.

E se a pressão destes militantes de base consegue persuadir meia dúzia de deputados do Partido Conservador a votarem contra a sua primeira-ministra, também é capaz de estragar os planos que Theresa May está a negociar com Bruxelas.

A pouco mais de seis meses do “dia de saída”, marcado para 29 de Março, a futura relação entre a poderosa economia britânica e o maior bloco comercial do mundo está em risco. O país continua dividido — o resultado do referendo de Junho de 2016 foi de 52% contra 48% — e o Partido Conservador também.

Crise para além do “Brexit”

Entrevistas com membros do partido espalhados por todo o país mostram que as divisões entre os militantes de base e a liderança vão muito além do “Brexit”.

“Há 20 anos que caminhamos nesta direcção. O ‘Brexit’ foi a gota de água”, disse John Trafford, o anfitrião do churrasco em Beaconsfield. “Se o partido no Parlamento votar 60% a 70% a favor de ficar na UE, e se as bases votarem 60% a 70% para sair, essa discórdia será o fim do partido.”

O plano “amigo dos negócios” de May — conhecido como “Chequers” por ser o nome da casa de campo onde o acordo foi alcançado, em Julho — dá prioridade ao fluxo de bens e serviços com a UE e não rompe com as regras e os regulamentos de Bruxelas. Ainda assim, a UE exige mais concessões, e a esperança num acordo tem sido adiada.

Por seu lado, May prometeu que levará ao Parlamento britânico o resultado das negociações com a UE, provavelmente ainda antes do Natal, seja qual for esse resultado. Se perder a votação, a primeira-ministra corre o risco de o Reino Unido sair da UE sem acordo, um cenário que iria originar uma crise de confiança e possivelmente forçar eleições antecipadas.

Os militantes de base têm um papel essencial para manterem os legisladores no seu lugar, disse Tim Bale, professor de Política na Universidade Queen Mary, em Londres. “Por isso, se se comprometeram com um *“hard Brexit”*, essa pressão das bases torna mais difícil que mudem de posição.”

Um exemplo dessa pressão das bases é o trajecto do deputado conservador Chris Green, de Bolton West. Green demitiu-se de um cargo no Departamento de Transportes em Julho, devido à sua oposição ao acordo de Chequers, e planeia votar contra a proposta de saída, se esta chegar ao Parlamento.

A poucos quilómetros a norte de Manchester, o seu círculo eleitoral tem sido visto como um guia para as tendências políticas nacionais: 56% do eleitorado votou a favor do “Brexit”. Green, que ganhou o seu lugar com apenas 936 votos de diferença na última eleição, em 2017, tem receio de que os seus apoiantes o abandonem para se juntarem ao radical UKIP (Partido para a Independência do Reino Unido).

“As opiniões sobre o acordo proposto têm sido maioritariamente negativas e existe um certo desespero no ar”, disse o deputado. “Temos instruções claras por parte do povo britânico e qualquer desvio provocará problemas e divisões.”

Divisões profundas

Em Agosto, um encontro do Partido Conservador para discutir políticas de saúde, perto da cidade costeira de Southampton, foi invadido por apoiantes que queriam falar sobre o acordo de Chequers e o “Brexit”. Segundo a acta da reunião, apenas duas pessoas entre as 50 presentes manifestaram apoio ao plano Chequers, em vez de uma saída da UE sem qualquer acordo.

No relatório com as conclusões desse encontro que foi enviado para a sede do Partido Conservador, o dirigente Allan Glass escreveu: “Ficou implícito nas nossas observações que as propostas de Chequers estão mal concebidas e são indesejáveis, e que o Governo devia desistir delas.”

Bob Perry, líder da associação de conservadores em Hornchurch e Upminster, a este de Londres, disse que dez pessoas do seu grupo de 170 renunciaram ou declinaram renovar os seus lugares de sócio desde que o acordo de Chequers foi revelado.

“Ela [Theresa May] tem de ouvir os militantes de base, porque no fim de contas nós somos os soldados rasos, as pessoas que andam nas ruas, que batem às portas, que distribuem os panfletos. E se não os consegues pôr do teu lado, então vais ter um problema”, disse Perry.

John Strafford, o anfitrião do churrasco em Beaconsfield, lançou uma petição para impedir que o deputado Dominic Grieve seja o candidato do Partido Conservador às eleições de 2022, porque Grieve liderou várias revoltas pró-UE no Parlamento britânico.

E Roger Kendrick, também presente em Beaconsfield, diz que não é capaz de se lembrar de uma época nos seus 30 anos como membro do Partido Conservador com divisões tão profundas e com tanto afastamento entre a liderança em Londres e os militantes de base.

As sondagens mostram que os conservadores e os trabalhistas estão muito próximos na corrida à liderança do próximo governo, mas uma sondagem da Sky Data, realizada em Agosto, mostra que entre os eleitores do Partido Conservador há uma profunda divisão: 59% estão descontentes com o desempenho de Theresa May nas negociações do “Brexit”.

Potenciais sucessores de May espreitam a oportunidade, incluindo o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Boris Johnson, que se demitiu depois do acordo de Chequers.

Para muitos dos militantes presentes em Beaconsfield, o papel fundamental de Boris Johnson na campanha do “Brexit” em 2016, e o seu misto de humor e ar de homem comum, fazem dele o substituto ideal.

John Thorne, um conselheiro local no condado de Somerset, quer o afastamento de Theresa May e apoia Johnson. “As pessoas adoram o Boris. É o tipo de homem com que nos imaginamos sentados num bar a beber uma cerveja”, disse.

A esmagadora maioria dos membros do Partido Conservador que foram entrevistados não vêem um futuro para Theresa May, mesmo que a primeira-ministra consiga sobreviver como líder para além de Março do próximo ano.

O papel do Reino Unido na Europa ajudou a afundar David Cameron, John Major e Margaret Thatcher. Mas agora muitos sentem saudades de Thatcher, incluindo Glass, que esteve no encontro em Beaconsfield. “Apenas queria que May fosse um pouco como a Maggie, e que chegasse lá e os destruísse”, disse Glass.

Texto D₁

Trump doesn't need to use the n-word

It is often said of President Donald Trump that he is careless in his use of language.

What an underestimation that is of a man who shows a fighter pilot's precision at waging racist and sexist attacks. His words have a clear effect - stirring and normalizing bigotry - while preserving a veneer of deniability for himself and the followers who take up his call.

That is why, in some ways, it is almost irrelevant whether there is any truth to his former aide Omarosa Manigault Newman's explosive contention in her new book that Trump has used the n-word and that there is a recording of it somewhere. (Trump denied it on Twitter, but his press secretary Sarah Huckabee Sanders said she "cannot guarantee" no such tape exists.)

Trump doesn't have to say it, when he can employ so many other expressions that will unleash the same ugly forces.

Consider the language the president chose on Tuesday morning to describe Manigault Newman herself, a notorious contestant on "The Apprentice" who became his most prominent African American hire at the White House.

"When you give a crazed, crying lowlife a break, and give her a job at the White House, I guess it just didn't work out. Good work by General Kelly for quickly firing that dog!" Trump tweeted to his 53.8 million followers.

That dog.

Those two words evoke centuries of disgraceful history in which dark-skinned human beings were spoken of as animals.

Trump's defenders will surely point to the fact he has used canine comparisons when talking about white men. But that has been in similes about their failures or their transgressions: Mitt Romney "choked like a dog" when he ran for president; journalist David Gregory, commentator Erick Erickson, television host Glenn Beck all were fired "like" dogs. They did not become them.

This is the difference when his target is a woman or a nonwhite person: Trump so often transforms them into something less than human. MS-13 gang members are "animals," whose acts are amplified into a reason to fear all undocumented immigrants. Former Miss Universe Alicia Machado said he called her "Miss Piggy" when she gained weight after the pageant.

Similarly, when Trump is criticized by an African-American, his first reflex is often to disparage their intellect. Rep. Maxine Waters, D-Calif., he tells us over and over, is "very low IQ."

This month, Trump tweeted about a segment he had seen on CNN, featuring two black men: "Lebron James was just interviewed by the dumbest man on television, Don Lemon. He made Lebron look smart, which isn't easy to do." He also called Manigault Newman "not smart."

In and of themselves, his words are slippery enough to discourage anyone who might pin the most shameful of labels on the man who utters them.

During the 2016 campaign, I put the question to Hillary Clinton directly at a Democratic debate: Is Donald Trump a racist?

She deflected: "People can draw their own conclusions about him."

His apologists will argue that all of these comments do not reveal anything more sinister than a combative nature. "The president's an equal-opportunity person that calls things

like he sees it. He always fights fire with fire," Sanders said. But it is hard to make that case when you consider how many decades Trump has made nonwhite people The Other and stoked racial division to further his own ambitions.

In 1989, as he was pondering a run for mayor of New York, the city was shocked by the rape and beating of a white investment banker while she was jogging in New York. The real estate magnate ran full-page ads in the city's four major newspapers calling for the death penalty for the five teenage boys - four black and one Hispanic - who had been accused of the crime. After years in prison, their convictions were vacated, but Trump has never apologized or shown any second thoughts about his own assumptions of their guilt.

"Donald Trump, he was the fire starter," one of the wrongfully imprisoned men, Yusuf Salaam, later said.

Similarly, Trump began his rise to the presidency by leading a campaign to slander the nation's first African-American president, demanding a birth certificate as proof that he was actually born in this country.

And then, there was the most disgraceful comment of a presidency that has seen more than its share of them: Trump's declaration that "both sides" were to blame for the deadly violence that occurred last year when white nationalists marched in Charlottesville and one of them allegedly plowed a speeding car into a crowd of people who had been protesting their racist display, killing a woman.

Last weekend, Trump marked the anniversary of that tragedy with a tweet condemning "all types of racism."

It was another telling choice of words, because racism needs no such qualifier. There is, in the end, only one type of racism. It just finds many ways to express itself.

Texto D₂

Trump nem precisa de usar a palavra "preto" para ser racista

É quase irrelevante se é verdade ou não a revelação da antiga assessora do Presidente dos EUA Omarosa Manigault Newman de que Trump teria utilizado a palavra "preto", quando ele pode usar tantas outras palavras que provocam as mesmas reacções.

Diz-se muitas vezes que o Presidente Trump é descuidado com o uso que faz da linguagem. Isso é subestimar um homem que demonstra a precisão de um piloto de combate quando faz ataques racistas e sexistas. As suas palavras têm um efeito claro – estimular e normalizar o preconceito – enquanto garante uma fachada de negação para si mesmo e para quem o apoia.

É por isso que, de certa forma, é quase irrelevante se é verdadeira ou não a revelação estrondosa que a sua antiga assessora Omarosa Manigault Newman fez no seu novo livro de que Trump teria utilizado a palavra preto (que nos EUA é insulto racial utilizado para se referir a pessoas de pele negra) e de que existe uma gravação disso algures. Trump negou-o no Twitter, mas a sua porta-voz Sarah Huckabee Sanders disse “não poder garantir” que tal gravação não existe.

O Presidente Donald Trump não precisa de usar esta palavra em específico, quando pode utilizar tantas outras que provocarão as mesmas reacções.

Consideremos a linguagem utilizada pelo presidente na terça-feira de manhã para descrever Manigault Newman, uma célebre concorrente do concurso *The Apprentice* e que se tornou a contratação afro-americana mais proeminente da Casa Branca de Trump.

“Quando se dá uma oportunidade a uma louca chorona e lhe damos um emprego na Casa Branca, parece que simplesmente não resulta. O general Kelly fez um óptimo trabalho ao despedir aquele cão!”, escreveu Trump na sua conta do Twitter, com 53,8 milhões de seguidores.

Aquele cão.

Estas duas palavras evocam séculos de vergonhosa história em que pessoas de pele negra eram tratadas como animais.

Os defensores de Trump irão certamente dizer que ele já usou comparações com cães quando se referia a homens brancos. Mas isso foi sempre ao falar sobre os seus falhanços ou transgressões: Mitt Romney “engasgou-se que nem um cão” quando concorreu à presidência; o jornalista David Gregory, o comentador Erick Erickson e o apresentador de televisão Glenn Beck foram todos despedidos “como” cães. Eles não eram cães.

Esta é a diferença quando o seu alvo é uma mulher ou uma pessoa não-branca: Trump transforma-os muitas vezes em algo menos do que pessoas. Os membros do gangue latino MS-13 são “animais”, cujos actos são amplificados para que se receiem todos os

imigrantes ilegais. A antiga Miss Universo Alicia Machado disse que Trump lhe chamou “Miss Piggy” quando ganhou peso depois do concurso.

Se Trump é criticado por um afro-americano, a sua primeira reacção é atacar o seu intelecto. Quando se refere à congressista democrata Maxine Waters, Trump salienta vezes e vezes que a mesma tem “um QI muito baixo.”

Este mês, Trump tweetou sobre uma entrevista que viu na CNN, cujos protagonistas eram dois homens negros: “Lebron James acabou de ser entrevistado pelo homem mais burro da televisão, Don Lemon. Ele fez com que Lebron parecesse inteligente, o que não é tarefa fácil.” Também disse que Manigault Newman “não é esperta.”

As palavras são por si próprias evasivas o suficiente para desencorajar qualquer pessoa de atribuir o mais vergonhoso rótulo à pessoa que as utiliza.

Durante a campanha de 2016, perguntei directamente a Hillary Clinton durante um debate democrata: Donald Trump é racista?

Ela respondeu evasivamente: “As pessoas podem tirar as suas próprias conclusões sobre ele.”

Os seus defensores irão argumentar que todos estes comentários não revelam nada mais sinistro do que uma natureza defensiva. “O Presidente procura estar em igualdade e diz as coisas como elas são. Combate fogo com fogo,” disse Sanders. Mas é difícil argumentar tal coisa, quando se avalia há quantas décadas Trump faz das pessoas não-brancas “Os Outros” e alimenta a divisão racial para alcançar as suas ambições.

Em 1989, enquanto Trump ponderava concorrer a *mayor* de Nova Iorque, a violação e agressão de uma mulher branca, banqueira de investimentos, enquanto corria, chocou a cidade. O magnata do ramo imobiliário publicou anúncios de página inteira em quatro jornais importantes da cidade, exigindo a pena de morte para os cinco adolescentes – quatro negros e um hispânico – que tinham sido acusados do crime. Depois de anos na prisão, as suas condenações acabaram por ser anuladas, mas Trump nunca pediu desculpa ou mostrou arrependimento das suas presunções.

“Donald Trump foi o instigador de tudo,” disse Yusuf Salaam, um dos homens erradamente condenados.

Trump começou a sua corrida à presidência da mesma forma, liderando uma campanha para difamar o primeiro Presidente afro-americano do país, ao exigir a certidão de nascimento para provar se teria realmente nascido nos EUA.

E o comentário mais lamentável de uma presidência que tem feito bastantes: a afirmação de Trump de que “ambos os lados” tinham culpa da violência e morte em Charlottesville no ano passado, quando nacionalistas brancos se manifestaram na cidade e um deles atropelou mortalmente uma mulher, que fazia parte dos grupos que ali se tinham juntado para protestar contra a marcha de extrema-direita.

No último fim-de-semana, Trump assinalou o aniversário da tragédia com um *tweet* onde condenava “todos os tipos de racismo.”

Esta foi outra escolha interessante de palavras, uma vez que o racismo não precisa de tal qualificador. No fim, só existe um tipo de racismo. Apenas encontra muitas formas de se expressar.

Texto E₁

Bangladesh protests spur cabinet to toughen punishment for traffic deaths

Bangladesh’s cabinet on Monday approved raising the maximum jail time for rash driving deaths to five years from three, the law minister said, as students protested for a ninth day over the deaths of two teenagers killed by a speeding bus in Dhaka.

Prime Minister Sheikh Hasina, who faces an election due by the end of the year, has accused her political rivals of trying to stir up anti-government sentiment using the deaths as a pretext. The opposition has denied involvement.

The crowded capital of 18 million has been paralyzed by angry students demanding changes to transport laws following the July 29 deaths after the driver of a privately operated bus lost control and ran over a group of college students in an alleged race for passengers with another bus.

“As per the proposed law, an accused has to face five years of jail for negligent driving (leading to death),” Law Minister Anisul Huq told reporters after a cabinet meeting chaired by Hasina.

The deliberate running over of people will draw murder charges and carry the death sentence, he added. Parliament's approval for the proposal to become law is seen as a formality, since Hasina's ruling Awami League has an overwhelming majority.

Defying government warnings to end the protests, some university students on Monday threw bricks at police and others tried to take processions through the city.

Police fired tear gas and used water cannon to disperse protesters, as students have stopped vehicles, demanding to check drivers' licenses and their vehicles' roadworthiness.

Police said they were still investigating Sunday's attack on a car carrying the U.S. ambassador by a group of armed men, some riding motorcycles. There were no injuries but two vehicles were damaged.

The U.S. embassy said it was not in a position to comment until the investigation was complete. Ambassador to Bangladesh Marcia Bernicat was returning from dinner at the time of the attack.

Earlier the embassy had criticized the police crackdown on the protesters, whom it described as having "united and captured the imagination of the whole country".

Last week police beat some students in their efforts to disperse them.

ARREST

Police have arrested social activist and photographer Shahidul Alam who had posted comments that a student wing of Hasina's ruling party was trying to attack the protesters.

Alam's organization, Drik Picture Library, said 30 to 35 men in plainclothes swept into his Dhaka apartment building, saying they were police detectives, and took him into custody.

Alam was screaming as he was forced into a car, it quoted security guards at the building as saying.

Dhaka's additional deputy commissioner of police, Obaidur Rahman, said Alam was arrested on charges of spreading rumors on social media, aiming to incite violence.

Rights group Amnesty International called for Alam's immediate and unconditional release, saying he was held after an interview to Al-Jazeera English on the Dhaka protests.

“There is no justification whatsoever for detaining anyone for solely peacefully expressing their views,” Omar Waraich, Amnesty’s deputy South Asia director, said in a statement.

“The Bangladeshi government must end the crackdown on the student protesters and people speaking out against it.”

Traffic laws are poorly enforced and the students blame the private bus network for mishaps in a city choked by massive traffic jams.

Road accidents kill 12,000 people and cause 35,000 injuries in Bangladesh each year, says the Accident Research Institute of state-run Bangladesh University of Engineering and Technology.

Sheikh Shafi, a polytechnic student injured in a protest on Saturday, said one problem was that bus drivers must work long hours as they do not receive monthly salaries but are paid commissions based on passenger numbers instead.

“Our demand is that the owners must appoint them and they will work a maximum of 10 hours. The commission-based system must be eliminated,” said Shafi, whose brother died in a road accident in 2015.

Texto E₂

Governo do Bangladesh muda lei para punir condutores que matam

Após nove dias de manifestações na rua que paralisaram capital de 18 milhões de habitantes, por causa do atropelamento mortal de dois estudantes, haverá mexidas na legislação.

O Governo do Bangladesh aprovou esta segunda-feira o aumento da pena máxima de prisão por condução negligente de três para cinco anos, após nove dias de protestos de estudantes contra a morte de dois adolescentes por um autocarro em excesso de velocidade em Daca, a capital.

A primeira-ministra Sheikh Hasina, que enfrentará eleições no fim do ano, acusou os seus rivais políticos de tentarem provocar um sentimento anti-governo, utilizando as mortes como pretexto. A oposição negou qualquer envolvimento.

A populosa capital de 18 milhões ficou paralisada por estudantes furiosos, que exigem alterações às leis dos transportes, depois das mortes de 29 de Julho. O motorista de um

autocarro privado perdeu o controlo do veículo e atropelou um grupo de estudantes universitários, quando alegadamente disputava passageiros com outro autocarro.

“De acordo com a lei proposta, a condução negligente (provocando a morte) pode ser condenada com pena até cinco anos de prisão,” disse o ministro da Justiça, Anisul Huq, aos jornalistas, após uma reunião do governo dirigida por Hasina.

O atropelamento premeditado implicará acusações de homicídio e a pena de morte, acrescentou. A aprovação da proposta pelo Parlamento é vista como uma formalidade, uma vez que a Liga Awami de Hasina possui uma esmagadora maioria.

Desafiando os avisos do Governo para cessar os protestos, alguns estudantes universitários na segunda-feira atiraram tijolos à polícia e outros tentaram fazer procissões pela cidade.

A polícia utilizou gás lacrimogénico e canhões de água para dispersar os manifestantes, depois de os estudantes terem parado veículos, exigindo ver a documentação dos condutores e dos automóveis.

A polícia disse ainda estar a investigar o ataque de domingo a um veículo que transportava a embaixadora dos Estados Unidos, por um grupo de homens armados, alguns em motociclos. Não houve feridos mas dois veículos ficaram danificados.

A Embaixada dos Estados Unidos afirmou não estar em posição de comentar até que a investigação esteja concluída. A embaixadora no Bangladesh Marcia Bernicat regressava do jantar na altura do ataque.

Anteriormente, a Embaixada havia criticado a repressão policial dos manifestantes, que descreveu como tendo “unido e capturado a imaginação do país”.

Na semana passada, a polícia agrediu alguns dos estudantes na tentativa de os dispersar.

As regras de trânsito não são muito aplicadas e os estudantes culpam a rede de autocarros privados de incidentes numa cidade sufocada por enormes filas de trânsito.

Os acidentes rodoviários matam 12000 pessoas e provocam 35.000 feridos anualmente no Bangladesh, de acordo com o Accident Research Institute da Universidade de Engenharia e Tecnologia, gerida pelo Governo do Bangladesh.

Sheikh Shafi, um estudante do politécnico ferido num protesto no sábado, disse que um dos problemas são as muitas horas que os motoristas trabalham por não receberem salários mensais mas sim comissões conforme o número de passageiros.

“A nossa exigência é que os proprietários os contratem e estabeleçam um máximo de dez horas de trabalho. O sistema baseado em comissões deve ser eliminado”, disse Shafi, cujo irmão morreu num acidente rodoviário em 2015.

Texto F₁

‘People actually laughed at a president’: At U.N. speech, Trump suffers the fate he always feared

President Trump has long argued that the United States has been taken advantage of by other nations — a “laughing stock to the entire World,” he said on Twitter in 2014 — and his political rise was based on the premise that he had the strength and resolve to change that.

But at the U.N. General Assembly on Tuesday, Trump got a comeuppance on the world’s biggest stage. Delivering a speech that aimed to establish U.S. “sovereignty” over the whims and needs of other nations, the president’s triumphant moment was marred in the first minute when he was met by laughter — at his expense.

The embarrassing exchange came when Trump boasted that his administration had accomplished more over two years than “almost any administration” in American history, eliciting audible guffaws in the cavernous chamber hall.

The president appeared startled. “Didn’t expect that reaction,” he said, “but that’s okay.”

Members of the audience chuckled again — perhaps this time in sympathy.

Trump continued his address, which lasted an additional 34 minutes, but the moment marked a pointed rejoinder from the international community to a president who has delighted in poking traditional U.S. allies and partners in the eye on trade, security alliances and general diplomatic bonhomie.

“He has always been obsessed that people are laughing at the president. From the mid-’80s, he’s said: ‘The world is laughing at us. They think we’re fools,’” said Thomas Wright, a Europe analyst at the Brookings Institution. “It’s never been true, but he’s said it about every president. It’s the first time I’m aware of that people actually laughed at a president. I think it is going to drive him absolutely crazy. It will play to every insecurity he has.”

For Trump, the moment wasn’t just embarrassing. It also punctured one of the core fabulist assertions of a president who has, according to Washington Post fact-checkers, made more than 5,000 false or misleading statements since taking office.

As the midterm elections approach, Trump has begun boasting of a long list of accomplishments for his administration, at one point reciting them at a recent campaign rally from two pieces of paper that he pulled from his suit jacket.

In doing so, the president typically has claimed sweeping success and placed himself favorably in historical comparison to the nation's greatest leaders. At a rally in Springfield, Mo., last week, Trump was wrapping up an hour-long address to supporters with some flowery teleprompter prose about the courage of America's founders when he strayed from the script to assert that his election in 2016 was "the greatest movement in the history of our country."

At the United Nations, Trump's claim to have done more in less than two years than most of the 44 previous administrations defied any bounds of reality — or hubris. The difference was that he was not talking to a room full of excited, red-hat-wearing "MAGA" supporters who cheer him on.

"On one hand, you feel, 'Oh, God, how awful that the American president is being laughed at on the world stage,' " said Julie Smith, who served as deputy national security adviser to Vice President Joe Biden.

"But on the other hand, you kind of feel good that Trump was finally escaping the bubble of political rallies that continually gives him the impression that everyone agrees with the false claims he is making," said Smith, who watched Trump's speech from Berlin, where she is spending a year as a fellow at the Bosch Academy. "There was a moment I thought to myself, 'This is good that the president is being exposed to how the rest of the world sees him.' "

Though the world leaders' laughter at the United Nations was spontaneous, there might have been a bit of extra feeling behind it among some of the delegates in the room. TV cameras caught German diplomats chuckling — perhaps a form of release after relations between Trump and Chancellor Angela Merkel got off to a bad start and have continued to devolve.

Last year, Germans attending a conference at the Economic Council of the Christian Democratic Union in Berlin laughed and applauded after Commerce Secretary Wilbur Ross's microphone was cut off in mid-sentence after he spoke past his allotted time via video feed. Merkel then rebutted parts of his remarks in her own speech.

On social media, Trump's critics quickly mocked him on Tuesday.

"American Presidents used to set the global agenda at the UNGA. Now Trump gets laughed at," tweeted Ben Rhodes, who as a top national security aide to President Barack Obama helped craft U.N. speeches.

"The world just laughed @realDonaldTrump," comedian Wanda Sykes tweeted. Referring to the famed theater in Harlem in which the audience boos and heckles bad performers offstage, she added, "Stay tuned, they might go full 'Showtime at the Apollo' on him."

By the afternoon, Trump was projecting an air of nonchalance, telling reporters that his boast in the speech "was meant to get some laughter." But most observers weren't buying

it from a president who seldom laughs at himself and whose default expression is an unsparing glare.

“It’s got to hurt,” said Wright, the Brookings Institution analyst. “It was on camera and it was spontaneous. It was on one of the biggest stages in the world.”

Texto F₁

E o mundo riu-se na cara de Donald Trump

A gargalhada colectiva na imensa sala onde decorria a última Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas não foi só um momento embaraçoso para Donald Trump. Foi uma reacção generalizada do mundo aos discursos pomposos do presidente dos EUA. E foi também um ataque a uma das afirmações principais e fantasiosas de um presidente que, de acordo com o Washington Post, fez mais de 5 mil declarações falsas ou enganadoras desde que chegou ao poder, em Janeiro de 2017.

Há já muito tempo que o presidente Trump argumenta que os outros países se têm aproveitado dos Estados Unidos – “o alvo de chacota do mundo inteiro”, publicou no Twitter em 2014 – e a sua ascensão política baseou-se na premissa de que ele teria a força e a determinação para mudar isso.

Mas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas da última terça-feira, Donald Trump foi castigado no maior palco do mundo. Com um discurso que tinha como objectivo estabelecer a soberania dos EUA sobre as vontades e necessidades das outras nações, o momento triunfante do presidente ficou marcado logo no primeiro minuto, quando a audiência se riu – à sua custa.

O momento embaraçoso aconteceu quando Donald Trump se vangloriou de que a sua administração fez mais em dois anos do que “qualquer outra administração” na história americana, o que despertou risadas na enorme sala.

O presidente dos EUA pareceu ter ficado surpreendido. “Não estava à espera desta reacção”, disse, “mas tudo bem.” E a audiência que o ouvia riu-se novamente – desta vez, talvez por simpatia.

Donald Trump continuou o seu discurso, que se prolongou por mais 34 minutos, mas o momento marcou a reacção da comunidade internacional a um presidente que tem

adorado “picar” aliados dos EUA em assuntos como o comércio, alianças de segurança e os bons costumes diplomáticos em geral.

“[Trump] Sempre teve uma obsessão com as pessoas a rirem-se do presidente. Desde meados dos anos 1980 que ele diz: ‘O mundo ri-se de nós. Pensam que somos idiotas’”, disse Thomas Wright, um analista europeu da Brookings Institution. “Não é verdade, mas ele tem dito o mesmo sobre todos os presidentes. Que saiba, é a primeira vez que alguém realmente se riu de um presidente. Acho que isto o vai levar à loucura. Vai ao encontro de todas as suas inseguranças.”

Para Donald Trump, o momento não foi só embaraçoso. Foi também um ataque a uma das afirmações principais e fantasiosas de um presidente que, de acordo com factos apurados pelo *Washington Post*, fez mais de 5 mil afirmações falsas ou enganadoras desde que chegou ao poder.

À medida que as eleições intercalares se aproximam, Trump começou a vangloriar-se de uma longa lista de feitos da sua administração, chegando a recitá-los num comício de campanha recente através de duas folhas de papel que retirou do bolso do casaco.

Assim, o presidente dos Estados Unidos tem clamado um sucesso esmagador e comparou-se a si mesmo, favoravelmente, aos maiores líderes da nação. Num comício em Springfield, Missouri, na semana passada, Trump discursava para os seus apoiantes e preparava-se para terminar com uma prosa floreada no teleponto sobre a coragem dos fundadores da América quando se desviou do guião para afirmar que a sua eleição em 2016 foi “o maior movimento da história” dos EUA.

Nas Nações Unidas, a reivindicação de Trump de que fez mais em menos de dois anos do que as 44 administrações anteriores desafiou todos os limites da realidade – ou arrogância.

“Por um lado, pensas ‘Oh, meu Deus, coitado do presidente americano, todos se riem dele no palco do mundo’”, disse Julie Smith, que trabalhou para o vice-presidente Joe Biden como vice-conselheira de segurança nacional. “Mas por outro lado, sentes-te contente que Donald Trump tenha finalmente saído da bolha dos comícios políticos que continuamente lhe dão a impressão de que todos concordam com as suas falsas afirmações”, disse Smith, que viu o discurso de Trump a partir de Berlim, onde está a

passar um ano como bolseira na Academia Bosch. “Houve um momento em que pensei para mim mesma, ‘Ainda bem que o presidente está ser exposto ao que o resto do mundo pensa dele.’”

Apesar de o riso dos líderes mundiais nas Nações Unidas ter sido espontâneo, pode ter havido algum aproveitamento por parte de algumas das delegações. As câmaras televisivas apanharam alguns dos diplomatas alemães a rirem-se — talvez uma forma de aliviar a tensão depois das relações entre Trump e a chanceler Angela Merkel terem começado com o pé errado e assim têm continuado.

No ano passado, os alemães presentes na conferência do Conselho Económico da União Democrata Cristã, em Berlim, riram-se e aplaudiram depois de ter sido cortada a palavra ao secretário do Comércio dos EUA, Wilbur Ross, quando este ultrapassou o tempo destinado ao seu discurso. Merkel respondeu depois aos comentários de Ross ao longo do seu discurso.

Nas redes sociais, os críticos de Trump não perderam tempo e gozaram com ele. “Os presidentes americanos costumavam estabelecer a agenda global na Assembleia Geral das Nações Unidas. Agora riem-se de Trump”, publicou no Twitter Ben Rhodes que, como assessor de segurança nacional para Comunicações Estratégicas, ajudou o Presidente Barack Obama a escrever discursos das Nações Unidas.

“O mundo acabou de se rir de @realDonaldTrump”, publicou, por sua vez, a comedianta Wanda Sykes no Twitter. Referindo-se ao famoso teatro em Harlem onde a audiência vaia e interpela os maus actores, acrescentou, “Mantenham-se sintonizados, pode ser que façam como no programa *Showtime at the Apollo*.”

Na tarde de terça-feira, Donald Trump emanava um ar de indiferença, dizendo aos repórteres que aquela parte do discurso tinha como objectivo “suscitar o riso”. Mas alguns dos espectadores não acreditaram, uma vez que o presidente raramente ri de si mesmo e a sua expressão típica é um olhar furioso que não poupa ninguém.

“Teve de doer”, disse Wright, o analista da Brookings Institution. “Foi filmado e foi espontâneo. Foi num dos maiores palcos do mundo.”

Texto G₁

Former Trump manager Manafort to plead guilty in Mueller probe - court documents

U.S. President Donald Trump's former campaign chairman Paul Manafort has agreed to plead guilty to two criminal counts as part of a deal with Special Counsel Robert Mueller, court documents showed on Friday in what could be a blow to Trump in the long-running investigation of Russian election influence.

As part of the deal, Manafort, 69, could be required to cooperate with Mueller's probe into Russia's role in the 2016 presidential election and whether Trump's campaign colluded with Russia in the 2016 election.

Details of the deal were likely to emerge in a plea agreement hearing scheduled for 11 a.m. ET (1500 GMT) in the federal court.

Manafort will plead guilty to one count of conspiracy against the United States and one count of conspiracy to obstruct justice, according to documents filed in the U.S. District Court for the District of Columbia. Five other charges were dropped in the new court filing.

A Virginia jury convicted Manafort last month on bank and tax fraud charges.

Jury selection was due to begin on Monday in a second trial on charges including conspiring to launder money, conspiring to defraud the United States, failing to register as a foreign agent and witness tampering.

Manafort's decision could be a blow to Trump, who last month praised his former aide for not entering into an agreement with prosecutors, as the president's former personal lawyer Michael Cohen had.

Writing on Twitter on Aug. 22, Trump said, "Unlike Michael Cohen, he refused to 'break' - make up stories in order to get a 'deal. Such respect for a brave man!"

According to the court filing, the charge of conspiracy against the United States includes money laundering, tax fraud, failing to disclose his foreign bank accounts, and acting as an unregistered lobbyist for pro-Russian politicians in Ukraine. The second count, for conspiracy to obstruct justice, relates to attempts to tamper with witnesses related to his foreign lobbying.

Texto F₂

Manafort vai colaborar com a investigação sobre a suspeita de interferência russa

O antigo director de campanha de Trump vai declarar-se culpado, como parte do seu acordo com a Justiça.

Paul Manafort, ex-director de campanha de Donald Trump, vai declarar-se culpado em duas acusações como parte de um acordo com o procurador especial Robert Mueller, segundo documentos de um tribunal federal divulgados esta sexta-feira. Manafort deverá comparecer em tribunal hoje.

Segundo os documentos, Manafort vai declarar-se culpado numa acusação de conspiração contra os Estados Unidos e noutra, por obstrução à justiça, segundo os autos do tribunal distrital de Columbia. Outras cinco acusações foram retiradas do novo processo do tribunal.

Manafort, um operacional político com vasta experiência em Washington e amplas ligações a oligarcas ucranianos e russos, foi alvo de um primeiro julgamento em no mês passado, em que um juiz do estado da Virgínia o condenou por fraude fiscal e bancária.

Este poderá vir a ser um golpe contra Trump na longa investigação sobre a suspeita de influência russa nas eleições presidenciais de 2016, escreve a Reuters.

Como parte do acordo, poderá ser pedido a Manafort, de 69 anos, que colabore com a investigação de Mueller sobre o papel da Rússia nas eleições presidenciais de 2016 e se a campanha de Trump conspirou com aquele país.

De acordo com os documentos do tribunal, a acusação de conspiração contra os Estados Unidos inclui lavagem de dinheiro, fraude fiscal, falta de declaração das suas contas bancárias no estrangeiro e agir como um lobista não registado a favor de políticas pró-russas na Ucrânia.

A segunda acusação, de conspiração de obstrução à justiça, está relacionada com as suas alegadas tentativas de manipular testemunhas.

Trump elogiou Manafort

A decisão de Manafort poderá ser um golpe contra Trump, que no mês passado elogiou o seu antigo funcionário por não entrar em acordo com os procuradores, como o ex-advogado pessoal de Trump, Michael Cohen, fez.

A 22 de Agosto, Trump escreveu no Twitter: “Ao contrário de Michael Cohen, recusou-se a ceder – inventar histórias para conseguir um acordo. Tenho muito respeito por um homem tão corajoso!”

Texto H₁

Questions to Mr. Karmenu Vella

Across the world, plastics make up 85% of beach litter, as the European Commission says. EU is a diverse reality with small countries with large coastal areas, big countries with small ones, and noncoastal countries. Lots of beach litter arriving to Portugal come from other countries. How will the effort of cleaning oceans and beaches be shared?

Beach clean-ups are a great way of sensitizing people to the scale of the problem, and I encourage everyone who can to take part in one. At the moment, these beach clean-ups are often a cost for public authorities and the tourism sector. Our proposal would change that, and ensure that the businesses that produce the plastic items that most commonly

wind up as marine litter would share in this effort. This 15 September is global clean-up day, and I'm sure it will be followed widely in Portugal.

But clean-ups won't get to the heart of the problem. We have to attack the root causes, and that's what we are doing with the plastics strategy and the initiative on single-use plastics. When we cut unsustainable plastic use, we cut the amount of plastic entering the ocean, and start to turn the situation around.

As you say, this is a global problem, so we are using our international network to spur change across the world. A mix of stronger engagement in international fora, and hands-on support to projects, as we did with the clean-up of the Ganges River in India, for example. We are working with our partners in East and South- East Asia, in the Mediterranean region and in major world river basins to prevent plastic waste and marine litter. And we will step up enforcement of the EU rules on waste shipments to ensure that exported plastic waste is adequately treated. The result should be more global solutions and higher international standards on sorted plastic waste and recycled plastics.

Extended producer responsibility makes producers responsible for managing plastic litter from fishing gear. EC says producers will help cover the costs of waste management and clean-up, as well as awareness raising measures for food containers, packets and wrappers (such as for crisps and sweets), drinks containers and cups, tobacco products with filters (such as cigarette butts), wet wipes, balloons, and lightweight plastic bags. Will it be a tax? How much will they pay? How will it work?

What we are really doing here is extending existing schemes. They are already well established for packaging, where producers agree to contribute to waste management costs. So why should a yoghurt cup be covered by an EPR scheme, but not a cigarette butt or a balloon? That's what needs to change, in line with the "polluter pays" principle, which has always been a fundamental element in the EU Treaties.

Best of all, EPR schemes are a mechanism that rewards products that are more circular. The new minimum requirements for EPR schemes adopted this year will require producers' fees to be based on their products' potential for re-use and recycling potential, encouraging investment in making products more circular and rewarding those that do that with lower fees.

Not everything can be recycled (like wet wipes and cigarettes, for example) and you can't always have separate collection, so the main costs are linked to incineration, disposal or clean-up costs. In line with the polluter pays principle, these costs should be born by the polluters not the general public or a specific business sector such as tourism. So producers will contribute and they can decide whether or not they will pass on costs of the scheme to consumers.

In general, sectors where competition is healthy and fair absorb the costs. That seems to be case for the producers and vendors of the products we are addressing with this proposal.

On the other hand, there is nothing wrong for a price signal to direct a consumer to a more sustainable alternative.

The industry will also be given incentives to develop less polluting alternatives for these products. Can you explain what kind of incentives?

The biggest incentive I can think of for any manufacturer is first mover advantage. What we are proposing isn't a few isolated national schemes – it's for the whole of the single market, an enormous trading block. So if you develop a new technology to replace plastic straws or drinks stirrers, that is a massive opportunity on your doorstep.

Europe is quite literally leading the world with these measures, and there is every chance that much of the rest of the world will follow. We have always been leaders in green technology, and this is another opportunity for Europe to press home that advantage.

If you mean direct incentives, then for example Member States can provide additional financial support to further incentivise a maximum return rate for fishing gear to shore. That would be quite possible:

Are fishing gear producers also responsible?

Yes. Strangely enough, although there are plenty of measures in place to ensure better performance in returning gear to shore, none of these measures actively promotes the specific handling of fishing gear waste once it is landed in port.

Fishing gear is quite specific as a material and its plastic components are of high quality and worth recycling. So we are proposing an Extended Producer Responsibility Scheme that will put the producers of plastic fishing gear material back into the loop, while also reducing any potential extra cost for fishermen that might result from the increased

development of port reception facilities, especially in small fishing ports. Handling fishing gear waste costs through an EPR scheme would reduce the costs for ports, which would obviously be better for fishermen as well.

How much will the new costs represent for plastic producers? And for fishermen? Will coastal fishermen and artisanal makers of fishing gear be included?

These materials are eminently recyclable, so for producers, the long-term profits should more than make up for any short-term costs. The aim is avoid any extra cost for fishermen – they need incentives to recycle, not punishment. So in the proposal, fishing operators themselves are specifically excluded from the EPR scheme: the target of the EPR must be the producers of the plastic material.

It's important to look at the big picture here. Fishermen already pay the costs of marine pollution, when they fish litter instead of fish, when propellers are damaged by floating litter and so on. Plastic litter also affects biodiversity, and microplastics are found in fish and shellfish, affecting consumer confidence. Yearly costs of marine litter to fisheries in the EU are estimated to be 57 million euros. This legislative proposal will halve plastic marine litter, to the benefit of the whole industry.

EU focuses on recyclability. Europeans generate 25 million tonnes of plastic waste, but less than 30% is collected for recycling. How can you ensure that the EM countries will have 100% plastic waste recycling rate, including fishing gear, by 2030?

Actually, we aren't looking for a 100 % plastic recycling rate – by 2030, all Member States should recycle 55% of their plastic packaging, and by that date, all plastic packaging should be easily reusable or recyclable. Of course it's ambitious, so we want to introduce new rules for packaging by 2020 which must be complied with before packaging is placed on the EU market. It's already having an effect, and businesses are taking proactive initiatives by themselves. This will help Member States reach the 55% recycling target more easily.

I am optimistic about improving recycling rates. If we look back at the recent past, we see EU recycling rates for municipal waste increasing from 37% to 46% between 2008 and 2016. Five Member States recycle more than half of their municipal waste, while some countries are approaching the recently agreed binding recycling target of 55 % to be attained in 2025.

Between 2008 and 2015, the recycling rates for packaging waste also increased in the EU, from 62 % to 66 %. It increased in almost all Member States, and in 2015 almost all Member States had met the 2008 target of 55 %. If this positive trend continues, the recently agreed binding recycling targets of 65 % by 2025 and 70 % by 2030 should be met as well.

While the targets are challenging for some Member States, the Commission is there to help. We have a wide range of tools, including structural funds, peer-to-peer learning, compliance promotion and exchange of best practices. After the summer we will publish a report on the implementation of the 2020 targets and I will personally visit a number of MS later this and next year to encourage them and help them close the gaps.

European Union is asking governments to ban plastic cutlery, plastic plates, plastic straws, plastic stirrers and cotton buds. Do you believe this voluntary approach will deliver on time, i.e., that ten million tonnes of recycled plastics find their way into new products on the EU market by 2025 and all plastic packaging on the EU market will be recyclable by 2030? How?

It's not just a voluntary approach - what we are proposing is a broad range of measures. Some of it will be awareness-raising measures, some of it will be labelling requirements, some will be extended producer responsibility, but some of it will be traditional legislation as well including bans. It's very carefully tailored to deal with each facet of the problem on its own terms.

As regards recycled content in products, we do indeed have a voluntary approach towards businesses; we encouraged them to make ambitious pledges by end of September.

Encouraging Member States is very important, but it won't always be enough. We need some stronger action as well. That's why the proposals include bans on some items, and that's why the legislation also requires each Member State to bring in dissuasive measures as well, to ensure that the laws are obeyed.

We are bringing in these proposals now because we feel Europeans are ready. Eurobarometer surveys have found that 87% of citizens are concerned about the impact everyday plastic products have on the environment, and they want to see change.

So I am confident about the pace of change, because these proposals will make it easier for people to do the things they say they want to do anyway.

Fishermen are already obliged to retrieve, or report lost gear. Do they really do it in a large extent?

Very few losses are reported, so there is clearly a problem here. We spent a lot of time analysing this, and there is no doubt that a significant amount of fishing gear is lost in EU waters every year, because around one third of the marine litter in Europe is fishing gear, corresponding to over 11 000 tons per year. All stakeholders, including fishermen, agree that there is a problem, and that it needs to be tackled as a priority.

Which are the main aspects Portuguese government should pay attention on marine litter and “ghost fishing”?

The Portuguese authorities have indicated that they will make use of funding from the European Maritime and Fisheries Fund to support six projects for the collection of waste by fishermen from the sea such as the removal of lost fishing gear and marine litter in the period 2014-2020. It will be important to share information about their experience in implementing these projects with other countries who are doing similar operations in order to develop best practice. There is a great variety in the efficiency of such operations and it would be very useful to understand the factors that lead to these differences.

Secondly, as I said, the Commission has proposed that fishing gear be subject to extended producer responsibility, which means that the producers of fishing gear will be responsible for setting up schemes to collect the damaged and end-of-life gear and transport it to facilities for appropriate treatment, preferably recycling. The Portuguese Government should begin consultations on how this could be done.

On its biannual report on the state of the world’s fisheries, UN FAO estimates that one in three fish caught never makes it to the plate: they are thrown back overboard or rotting before it can be eaten. As EU has a strategy for marine litter what are the measures for a more sustainable fishery in EU? How fishery waste should be penalized, or efficient fishery should be encouraged?

The new Common Fisheries Regulation adopted in 2013 introduced the landing obligation, i.e. the obligation to retain on board, record, land and count against the quotas where applicable, all catches subject to catch limits and in the Mediterranean, all catches subject to minimum sizes.

This has entered into force progressively since 1 January 2015, and it will cover all related species from 1 January 2019. In addition, in order to reach the objective of progressively

restoring and maintaining populations of fish stocks above biomass levels capable of producing maximum sustainable yield (MSY), this Regulation set as an objective that all fishing stocks will have to be exploited at the maximum sustainable yield level at the latest by 2020.

Is there a map of waste fishery of EU?

If you mean for discarded fish, there are specific provisions in the Common Fisheries Policy inviting Member States to produce a “discard atlas” showing the levels of discards in different fisheries and areas. To date, discard atlas have been produced for Western Waters and the North Sea. In addition, the EC funded FP8 research programme, “DiscardLess” has also produced an [online discard atlas](#) covering all sea basins. This is based on publicly accessible data which is provided annually by Individual Member states supported by the EU Data Collection Framework.

But if you mean abandoned, lost or otherwise discarded fishing gear, there is as yet no fully-developed map of these, although work is ongoing to present information in a common format in the framework of the EU’s European Marine Observation and Data Network and the [European Atlas of the Seas](#). Information from beach surveys is already available and several datasets on marine litter in general do exist (see e.g. <https://odims.ospar.org/maps/361> for seabed litter in the North-East Atlantic). For the European Atlas of the Seas, it is also in the pipeline to develop one based on the data available on EMODnet. Some of the layers about litter are already available: http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/atlas/maritime_atlas/#lang=EN;p=w;bkgd=5;theme=906:0.75,454:0.75,775:0.75;c=-1048417.0743614035,4802573.984773021;z=4

Portugal is about to get sea jurisdiction 41 times bigger than India, with extension of continental shelf. It will be a huge task with diverse consequences. Will that mean increased responsibilities for Portugal on cleaning ocean pollution? If yes, can you explain them?

The extension requested relates only to the continental shelf, i.e. the seabed floor, beyond 200 nautical miles. It does not relate to the water column above. In line with the provisions of the UN Convention on the Law of the Sea (UNCLOS), this means that Portugal will have sovereign rights for the purpose of exploring the continental shelf and exploiting its natural resources (as defined under the UNCLOS). However, this does not mean increased responsibilities for Portugal on cleaning ocean pollution.

The new Directive on Port Reception Facilities regulates discharges of waste from all ships at sea, now with a special focus on addressing marine litter from sea-based sources. It requires EU Member States to provide for adequate port reception facilities, and ships to deliver their waste to these facilities before departure from the port. Will EU Member States have to invest in new facilities? And in Portugal too?

The requirement of providing for adequate Port Reception Facilities already applies under the current Directive (2000/59/EC) in view of the type of ships normally visiting the ports. The proposed new Directive is more specific on compliance with EU waste legislation, such as separate collection of waste from ships, and also requires Port Reception Facilities to be provided for waste from scrubbers. Some additional investments may be needed in those areas, but separate collection in principle is already required under EU Waste legislation. So we expect additional investments to be limited, and in line with what is already legally required and planned for.

It also requires Member States to set up cost recovery systems, which must provide no incentive for ships to discharge their waste at sea. Can you explain?

All ships will be required to pay an indirect (waste) fee, which is to be paid irrespective of delivery, i.e. de-coupled from the volumes of waste delivered. This should incentivise ships to deliver their waste on shore, and remove any incentive to discharge waste at sea. For oily waste and sewage the indirect fee shall be at least 30% of all costs of Port Reception Facilities (the remainder may be covered by direct fees), whereas for other waste the indirect fee will be 100% of the costs. This 100% indirect fee, which should also apply to fishing gear and passively fished waste, provides ships with a ‘right of delivery’, i.e. no additional direct fees will be due based on volumes delivered.

The more ambitious approach proposed by the Commission for waste, which should maximise delivery in ports, is justified given the harmful effects of marine litter on the marine environment. Revenues from alternative financing systems (such as extended producer responsibility schemes, or fishing for litter), can also be used to offset any potential increase of the indirect fee due to including waste streams such as old/derelict fishing gear and passively fished waste.

Texto H₂

Europa lança taxas sobre navios para tirar lixo do fundo do mar

Três meses depois ter apresentado novas regras para reduzir o lixo marinho plástico e que dão mais responsabilidade aos produtores destes materiais, Bruxelas espera que as empresas apresentem “objectivos ambiciosos” até ao fim deste mês.

O comissário europeu do Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella, afirma que as autoridades portuguesas vão utilizar o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para apoiar seis projectos para a recolha de lixo do mar por pescadores e também para a remoção de material de pesca perdido e lixo marinho entre o período de 2014-2020.

Em entrevista por email ao PÚBLICO, Karmenu Vella aconselha o Governo a partilhar informação com outros países para “desenvolver melhores práticas” e reduzir a “discrepância” nos resultados destas operações.

No mundo inteiro, 85% do lixo na praia é plástico, de acordo com a Comissão Europeia. A UE é uma realidade diversa com países pequenos com grandes zonas costeiras, outros com pequenas ou sem costa. Muito do lixo que chega às praias portuguesas vem de outros países. Como será repartido o esforço de limpar os oceanos e as praias?

A limpeza das praias é uma óptima forma de alertar as pessoas para a dimensão do problema, e encorajo toda a gente a participar numa. A limpeza das praias é frequentemente uma despesa para as autoridades públicas e o sector do turismo. A nossa proposta [apresentada em Maio passado] mudará essa realidade e garantirá que as empresas que produzem os artigos de plástico que mais acabam como lixo marinho participariam neste esforço.

Dia 15 de Setembro é o dia da limpeza mundial e tenho a certeza que terá muita participação em Portugal. Mas as limpezas não são suficientes para resolver o problema. Temos de atacar o problema desde a raiz e é isso que estamos a fazer com a estratégia para os plásticos e a iniciativa sobre plásticos de uso único [descartáveis]. Quando diminuirmos o uso insustentável de plástico, reduziremos a quantidade de plástico que acaba no oceano e começaremos a reverter a situação.

Este é um problema global e por isso utilizamos a nossa rede internacional para promover a mudança pelo mundo inteiro, a combinação de um maior envolvimento em instâncias internacionais e apoio prático em projectos, como fizemos com a limpeza do rio Ganges

na Índia, por exemplo. Estamos a trabalhar com os nossos parceiros no leste e sudeste da Ásia, na zona do Mediterrâneo e em grandes bacias hidrográficas para prevenir os resíduos de plástico e lixo marinho.

Os produtores passaram a ser responsáveis por gerir o respectivo lixo plástico, através do chamado princípio da responsabilidade alargada do produtor [RAP, na terminologia inglesa]. A Comissão Europeia diz que os produtores ajudarão a cobrir os custos da gestão de resíduos e limpeza, e também na consciencialização com mais medidas para recipientes, pacotes e embalagens de comida, recipientes de bebidas e copos, produtos do tabaco com filtro, toalhitas, balões e sacos de plástico. Existirá um imposto? Quanto irão pagar? Como funcionará?

O que estamos realmente a fazer é prolongar os mecanismos já existentes. Já estão bem estabelecidos para o embalamento, em que os produtores concordam em contribuir para os custos da gestão de resíduos. Então porque deve estar um iogurte sujeito ao Princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor, mas as beatas e os balões não? É isso que tem de mudar, em conjunto com o princípio “poluidor- pagador”, que sempre foi um elemento fundamental nos Acordos da UE.

O melhor de tudo é que o Princípio RAP é um mecanismo que premeia produtos mais circulares. Nos novos requisitos mínimos para o Princípio RAP adoptados este ano as taxas aos produtores dependem do potencial que os seus produtos têm para ser reutilizados ou reciclados, o que encoraja o investimento na produção de produtos mais circulares e premeia os que fazem isso com taxas mais baixas.

Nem tudo pode ser reciclado (como as toalhitas ou as beatas, por exemplo) e nem sempre se pode ter recolha diferenciada, por isso os principais custos estão ligados à incineração, eliminação ou limpeza. Juntamente com o princípio do poluidor-pagador, estes custos deveriam ser suportados pelos poluidores e não pelo público em geral ou sectores empresariais em específico, como o turismo. Por isso os produtores irão contribuir e decidir se, depois, irão ou não transferir esses custos para os consumidores.

Em geral, os sectores onde a competição é saudável e justa absorvem os custos. Este parece ser o caso para produtores e vendedores dos produtos que visamos com esta proposta.

Por outro lado, não há nada de errado com um sinal de preço que redirecciona os consumidores para alternativas mais sustentáveis.

Os produtores de material de pesca também são responsáveis?

Sim. Apesar de existirem várias medidas que asseguram o regresso do material a terra, nenhuma delas promove activamente o tratamento dos resíduos do material de pesca quando chega ao porto.

Como material, as artes de pesca são muito específicas e os seus componentes plásticos são de alta qualidade e valem a pena ser reciclados. Por isso propomos um Princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor que colocará no lugar certo os produtores de material plástico para equipamentos de pesca, e reduzirá também qualquer potencial custo extra para os pescadores que poderá vir do aumento do desenvolvimento das instalações de recepção portuária, em particular em pequenos portos de pesca.

Quanto irão representar os novos custos para os produtores de plástico?

Esses materiais são eminentemente recicláveis, por isso, para os produtores, os benefícios a longo prazo mais do que deverão compensar pelos custos a curto prazo. O objectivo é evitar custos extras para os pescadores – precisam de incentivos para reciclar e não de penalizações. Assim na proposta, os operadores de pesca estão especificamente excluídos do Princípio RAP: os alvos da RAP deverão ser os produtores de material plástico.

É importante que olhemos para as coisas de uma perspectiva geral. Os pescadores já pagam o preço pela poluição marinha, quando pescam lixo em vez de peixe, quando as hélices ficam danificadas por lixo flutuante e outras situações. O lixo plástico também afecta a biodiversidade e microplásticos são encontrados no peixe e moluscos, o que afecta a confiança dos consumidores. Os custos anuais gerados pelo lixo marinho para as pescarias na UE estão estimados em 57 milhões de euros. Esta proposta legislativa irá reduzir para metade o lixo marinho de plástico, o que beneficiará toda a indústria.

Os europeus geram 25 milhões de toneladas de lixo plástico, mas menos de 30% é recolhido para reciclagem. Como pode garantir que os países membros terão uma taxa de reciclagem de plástico de 100%, incluindo o material de pesca?

Actualmente, não pretendemos uma taxa de reciclagem de plástico de 100% - em 2030, todos os Estados-membros deverão reciclar 55% das suas embalagens de plástico e, nessa data, todas as embalagens de plástico deverão ser facilmente reutilizadas ou recicladas. Claro que é ambicioso e por isso queremos introduzir novas regras para as embalagens até 2020 que deverão ser cumpridas antes das embalagens irem para o mercado da UE.

Já está a ter efeito, e as empresas estão a tomar medidas proactivas por vontade própria. Tal ajudará a que os Estados-membros atinjam a meta dos 55% mais facilmente.

Estou optimista sobre melhorar as taxas de reciclagem. Se olharmos para o passado recente, as taxas de reciclagem da UE para resíduos urbanos subiram de 37% para 46% entre 2008 e 2016. Cinco Estados-membros reciclam mais de metade dos resíduos urbanos, enquanto alguns países estão quase a atingir a recentemente acordada taxa de 55% que deverá ser alcançada em 2025.

Entre 2008 e 2015, as taxas de reciclagem de embalagens também aumentou na UE, de 62% para 66%. Aumentou em quase todos os Estados-membros e em 2015 quase todos também tinham atingido a meta de 2008 de 55%. Se esta tendência positiva continuar, as metas acordadas recentemente de 65% em 2025 e de 70% em 2030 também deverão ser atingidas.

Depois do Verão publicaremos um relatório sobre a implementação das metas para 2020 e visitarei pessoalmente alguns Estados-membros no fim do ano e no início do próximo para os encorajar e ajudar.

A União Europeia pede aos governos que proíbam os talheres, os pratos e as palhinhas de plástico, agitadores de bebida e cotonetes. Acredita que esta estratégia voluntária trará frutos, ou seja, que dez milhões de toneladas de plásticos reciclados farão parte de novos produtos no mercado da UE até 2025 e todas as embalagens de plástico no mercado da UE será reciclável em 2030? Como?

Não é apenas uma estratégia voluntária – o que estamos a propor é um vasto leque de medidas. Algumas serão medidas de sensibilização, outras serão requisitos de rotulagem, outras de responsabilidade alargada do produtor, mas algumas serão medidas de legislação tradicionais e outras incluirão proibições. A proposta foi construída de forma cuidadosa para que pudesse lidar com todos os lados do problema.

Em relação ao conteúdo reciclado nos produtos, temos realmente uma estratégia voluntária no que diz respeito às empresas; encorajámo-las a que fizessem compromissos ambiciosos até ao fim de Setembro.

Encorajar os Estados-membros é muito importante, mas não será sempre o suficiente. Precisamos de acções mais fortes. É por isso que as propostas incluem a proibição de alguns artigos e a legislação também exige que cada Estado-membro introduza medidas dissuasoras para que as leis sejam cumpridas.

Estamos a introduzir estas propostas agora porque achamos que os europeus estão prontos. Sondagens do Eurobarómetro concluíram que 87% dos cidadãos estão preocupados com o impacto diário que os produtos de plástico têm no ambiente e querem ver mudança.

Os pescadores já são obrigados a recolher ou reportar equipamento perdido. Eles fazem-no realmente a grande escala?

Muito poucas perdas são reportadas, o que indica que existe de facto um problema. Passámos muito tempo a analisar a questão e não há dúvida que uma quantidade significativa de material de pesca fica perdida nas águas da UE todos os anos, dado que um terço do lixo marinho na Europa é material de pesca, o que corresponde a onze mil toneladas por ano. Todos os interessados, incluindo os pescadores, concordam que existe um problema e que é uma prioridade.

Quais são os aspectos fundamentais a que o governo português deveria dar atenção em relação ao lixo marinho e à “pesca fantasma”?

As autoridades portuguesas disseram que farão uso dos recursos do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para apoiar seis projectos para a recolha de lixo do mar por pescadores e também para a remoção de material de pesca perdido e lixo marinho entre o período de 2014-2020. Será importante partilhar informações sobre a experiência de implementar estes projectos com outros países que estejam a fazer operações semelhantes de forma a desenvolver melhores práticas. Existe uma grande discrepância na eficiência destas operações e seria extremamente útil perceber que factores originam estas discrepâncias.

Além disso, como disse, a Comissão propôs que o material de pesca fique sujeito à responsabilidade alargada do produtor, o que significa que os produtores de material de pesca serão responsáveis por criar sistemas de recolha do material danificado e em fim de vida e transportá-lo para instalações para o tratamento apropriado, preferencialmente a reciclagem. O governo português deve começar a pesquisar como tal pode ser feito.

No seu relatório bianual sobre o estado das pescas no mundo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura estima que um em cada três peixes capturados nunca chega ao prato: são atirados borda fora ou apodrecem antes de serem comidos. Uma vez que a UE tem uma estratégia para o lixo marinho,

quais são as medidas para uma pesca mais sustentável na UE? Como poderiam os resíduos de pesca ser penalizados ou a pesca eficiente ser encorajada?

A nova Política Comum de Pescas adoptada em 2013 introduziu a obrigação de desembarque, isto é, a obrigação de reter a bordo, registar, desembarcar e contar imputando às cotas quando aplicável, todas as capturas sujeitas a limite de captura e no Mediterrâneo, todas as capturas sujeitas a tamanho mínimo.

A política entrou em vigor a 1 Janeiro 2015 e incluirá todas as espécies previstas a partir de 1 Janeiro de 2019. Adicionalmente, para alcançar o objectivo de progressivamente repor e manter populações de recursos marinhos em níveis de biomassa capazes de produzir o rendimento máximo sustentável, este regulamento impõe como objectivo que todos os recursos marinhos sejam explorados apenas até ao rendimento máximo sustentável o mais tardar até 2020.

Existe um mapa dos resíduos de pesca da UE?

Se quer dizer peixe descartado, existem medidas específicas na Política Comum de Pescas que propõem aos Estados-membros criar um “atlas do descarte” que demonstre o nível de descarte nas diferentes pescarias e zonas. Até à data, os atlas do descarte foram feitos para as águas ocidentais e o Mar do Norte. A Comissão Europeia financiou o programa de investigação FP8 e o *Discardless* também criou um atlas do descarte online que abrange todas as bacias marítimas. Tal baseia-se em dados públicos acessíveis que são providenciados anualmente por cada Estado-membro apoiado pela Data Collection Framework da União Europeia.

Mas se quer dizer material de pesca abandonado, perdido ou eliminado, ainda não existe um mapa completamente desenvolvido, se bem que existam esforços para apresentar informação num formato comum no âmbito da Rede Europeia de Observação e de Dados Marinhos (EMODnet) e do Atlas Europeu dos Mares. A informação de estudos das praias já está disponível e já existem várias bases de dados sobre lixo marinho. O Atlas Europeu dos Mares está também em fase de preparação para desenvolver um mapa com a informação disponível na EMODnet. Alguns aspectos sobre lixo já estão disponíveis.

Portugal está prestes a ter uma zona marítima 41 vezes maior que a Índia sob sua jurisdição, com a extensão da plataforma continental. Querera isto dizer que Portugal terá mais responsabilidades em limpar os oceanos?

A extensão requerida diz respeito apenas à plataforma continental, isto é, o fundo marinho, além das 200 milhas náuticas. Não diz respeito à coluna de água por cima. De acordo com as medidas da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (UNCLOS), isto significa que Portugal terá direito soberano se pretender explorar a plataforma continental e os seus recursos naturais (como definido pela UNCLOS). Porém, isto não quer dizer que Portugal terá responsabilidades acrescidas em limpar o oceano.

A nova Directiva sobre Instalações de Recepção Portuária regulamenta as descargas de resíduos de todos os barcos no mar, agora com um novo enfoque no lixo marinho oriundo de fontes marinhas. Exige que os Estados-membros providenciem instalações de recepção portuária adequadas e que os navios entreguem os seus resíduos a estas instalações antes de saírem do porto. Terão os Estados-membros de investir em novas instalações? E em Portugal também?

A exigência de providenciar Instalações de Recepção Portuária adequadas já se aplica de acordo com a Directiva actual (2000/59/EC) tendo em conta o tipo de navios que normalmente visitam os portos. A nova Directiva proposta é mais específica de acordo com a legislação sobre resíduos da UE, como a recolha diferenciada de resíduos dos navios e também requer que as Instalações de Recepção Portuária sejam providenciadas para os resíduos de filtros. Alguns investimentos adicionais poderão ser necessários nessas áreas, mas a recolha diferenciada em princípio já é exigida pela legislação sobre resíduos da UE. Por isso espera-se que os investimentos adicionais sejam limitados, e de acordo com o que já é legalmente exigido e o que foi planeado.

Também exige que os Estados-membros estabeleçam sistemas de recuperação de custos, que não deverão proporcionar qualquer incentivo para que os navios deitem o seu lixo ao mar. Pode explicar?

Será exigido a todos os navios que paguem uma taxa (de resíduos) indirecta, que deverá ser paga independentemente da entrega, ou seja, dissociada dos volumes de lixo entregues. Tal deverá incentivar os navios a entregar o seu lixo na costa e remover qualquer incentivo para que deitem o lixo ao mar. Para resíduos oleosos e efluentes a taxa indirecta deverá ser pelo menos 30% dos custos totais das Instalações de Recepção Portuária (o resto deverão ser taxas directas), e para outros tipos de resíduos a taxa indirecta deverá ser 100% dos custos. Esta taxa indirecta de 100%, que também deverá ser aplicada a material de pesca e lixo pescado passivamente, dá aos navios um “direito de entrega”, isto é, as taxas directas adicionais não se basearão nos volumes entregues.

A medida mais ambiciosa proposta pela Comissão para os resíduos, que deverá maximizar as entregas nos portos, é justificada dados os efeitos nocivos do lixo marinho no ambiente marinho.

Texto I1

Britain's 'no deal' Brexit plans spell out trade disruption for firms

British firms trading with the European Union will face a tangle of red tape, possible delays at the border and cashflow disruption if the government is unable to negotiate an exit deal with Brussels before it leaves the bloc next March.

The government published a series of notes advising people and businesses how to protect themselves from the potential disruption of a "no deal" break with the E.U. on Thursday, from stockpiling drugs to new paperwork for trade.

Britain has yet to reach a divorce agreement with the EU with little more than seven months to go until March 29 when it leaves the bloc. Prime Minister Theresa May's plan for a "business-friendly" deal has failed to impress negotiators in Brussels and has been heavily criticised at home.

Nevertheless, both sides maintain they are aiming to reach a deal in time.

Brexit minister Dominic Raab said he wanted to make sure Britain "goes from strength to strength, even in the unlikely event that we do not reach a negotiated deal with the European Union."

"I'm confident that a good deal is within our sights. That remains our top priority, that remains our overriding priority," he said at a speech marking the release of the papers.

However, the government's guidance make it clear that companies trading with Europe would face new paperwork to cover customs and safety declarations in the event of no deal, paperwork that is currently not required.

Businesses would also have to apply the same customs and excise rules to goods moving between Britain and the EU as currently apply when goods move between Britain and a country outside of the EU. Value Added Tax could also be required to be paid up front.

If the UK left the EU in March 2019 without a deal "the free circulation of goods between the UK and EU would cease," the guidance said.

In total around 80 technical notices are expected over the coming weeks. They will be closely scrutinised by industry to see how well prepared Britain is for an outcome many employers have warned will be hugely disruptive.

The government has maintained throughout the negotiation process that it is preparing for all possible outcomes, including ‘no deal’.

Several ministers have warned that the risk of leaving without an agreement has increased. Earlier this month trade minister Liam Fox put the chances at 60-40.

Many economists say failure to agree exit terms would seriously damage the world’s fifth-largest economy as trade with the EU, Britain’s largest market, would become subject to tariffs.

Supporters of Brexit say there may be some short-term pain for the economy, but that long-term it will prosper when cut free from the EU.

The Labour party’s Brexit spokesman Keir Starmer said the talks with the EU were “going badly” and the publication of the documents on how to prepare for a no deal is a sign the government is “moving into panic mode”.

Texto I₂

Governo May divulga plano para “Brexit” sem acordo

Alguns ministros afirmaram que o risco de sair sem acordo aumentou. Há muito que May diz que o país tem que estar preparado para ambos os cenários.

Empresas britânicas que negociam com a União Europeia irão enfrentar um emaranhado de burocracia, possíveis atrasos nas fronteiras e quebras no fluxo de caixa, se o Governo não for capaz de negociar um acordo de saída com Bruxelas antes de sair do bloco, em Março de 2019.

O Governo de Theresa May divulgou nesta quinta-feira uma série de notas sobre o cenário de saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo em que aconselha pessoas e empresas a protegerem-se dos potenciais transtornos. As notas vão desde guardar medicamentos a documentos relacionados com o comércio.

O Reino Unido ainda não chegou a um acordo de divórcio com a UE, com pouco mais de sete meses a faltar até dia 29 de Março, quando sai do bloco. O plano da primeira-ministra

no sentido de ser alcançado um acordo “amigável” não impressionou os negociadores em Bruxelas e foi extremamente criticado no país. Ainda assim, ambos os lados afirmam que pretendem chegar a acordo dentro do prazo.

“[Queremos garantir que o Reino Unido] fique cada vez mais forte, mesmo que, hipótese improvável, não cheguemos a acordo com a União Europeia”, disse o ministro britânico para o “Brexit”, Dominic Raab. “Estou confiante de que um bom acordo esteja nos nossos horizontes. Essa é a nossa prioridade, é o nosso objectivo”, disse num discurso que marca a divulgação dos documentos sobre o cenário “*hard Brexit*”. Porém, os conselhos do Governo demonstram que as empresas que negociam com a Europa poderão enfrentar novas burocracias relativas a alfândegas e declarações de segurança no caso de não haver acordo, e que não são actualmente exigidas.

As empresas teriam também de aplicar as mesmas regras alfandegárias e fiscais a bens movimentados entre o Reino Unido e a UE, tal como fazem actualmente com bens movimentados entre o Reino Unido e países fora da UE. O imposto sobre o valor acrescentado poderia também ter de ser pago previamente.

Se o Reino Unido sair da UE em Março de 2019 sem um acordo, “a circulação livre de bens entre o Reino Unido e a UE acaba”, dizia a directriz.

Espera-se que cerca de 80 notificações técnicas sejam publicadas nas próximas semanas. Serão analisadas detalhadamente pela indústria para verificar se o país está preparado para um resultado que muitos empregadores vêem como prejudicial.

Durante o processo de negociação, o Governo disse que é preciso estar preparado para todos os cenários, incluindo o de não-acordo.

Vários ministros afirmaram que o risco de sair sem acordo aumentou. No início do mês, o ministro Liam Fox disse que as probabilidades eram de 60-40 por cento.

Muitos economistas dizem que não chegar a acordo sobre as condições da saída poderá prejudicar seriamente a quinta maior potência económica mundial, uma vez que as trocas com a UE, o maior mercado do Reino Unido, ficariam sujeitas a taxas.

Apoiantes do “Brexit”, por seu lado, dizem que poderá haver penalizações para a economia a curto prazo, mas que a longo prazo a economia prosperará quando estiver livre da UE.

O porta-voz para o “Brexit” do Partido Trabalhista, Keir Starmer, disse que as negociações com a UE estão a “correr mal” e que a publicação dos documentos sobre a saída sem acordo é um sinal de que o Governo está “a entrar em pânico”.

Texto J₁

Factbox: European companies respond to latest Iran sanctions

New U.S. sanctions against Iran took effect on Tuesday, and President Donald Trump, who defied Washington’s allies to impose them, pledged that companies doing business with Tehran would be barred from doing business with the United States.

Following are comments and responses from companies in Europe which last year did far more business with Tehran than U.S. firms did:

DAIMLER

German car and truck manufacturer Daimler has dropped plans to expand its Iran business.

“We have ceased our already restricted activities in Iran in accordance with the applicable sanctions”, Daimler said.

In early 2016, Daimler established a joint venture with vehicle manufacturer and dealer Iran Khodro Co to make and distribute Mercedes-Benz trucks in the country.

PSA and RENAULT

Peugeot manufacturer PSA began taking steps in June to suspend its joint venture activities in Iran while rival Renault has said it will adhere to the U.S. sanctions regime.

Both had until Aug 6 to wind down their operations.

A Renault spokesman said the company had no comment to make beyond what Chief Operating Officer Thierry Bollore said in July, when he told analysts: “As we comply fully with U.S. sanctions, it’s likely that our development would be put on hold.”

After the nuclear accord was agreed in 2015 both PSA and Renault moved swiftly to sign new production deals to upgrade their pre-sanctions partnerships in Iran.

PSA signed production deals worth 700 million euros, while Renault announced a new plant investment to increase production capacity to 350,000 vehicles a year.

TOTAL

Total has said it will quit the multibillion-dollar South Pars gas project if it cannot secure a waiver from the U.S. sanctions – a request French Finance Minister Bruno Le Maire said last month had been rejected along with others by French corporations.

Total signed a contract in 2017 to develop Phase II of the South Pars field with an initial investment of \$1 billion and has not yet said what it will do with its 30 percent stake should it pull out. It has until Nov 4 to wind down its Iran operations, barring any surprise exemption.

ATR

Turboprop aircraft maker ATR on Aug 6 confirmed it had delivered five more planes to IranAir shortly before Washington imposed new sanctions but still faces difficulties obtaining U.S. permission to hand over another seven on order.

SANOFI

Drugmaker Sanofi said it was premature to say if there will be any impact on its operations in Iran.

Sanofi announced in early 2016 that it had signed an MoU with Tehran aimed at bolstering its presence in Iran. Medicines were exempted from the original nuclear sanctions although shipping drugs into the country was difficult.

ROCHE

“We will continue to monitor the situation closely, assess the impact of the recently reintroduced economic sanctions and continue to work to ensure that patients in Iran can be provided with our innovative medicines, diagnostics and diabetes products,” the Swiss drugs company said.

NESTLE

Nestle sees no direct fallout from renewed U.S. sanctions on Iran.

Nestle Iran has its headquarters in Tehran and two factories: one in Qazvin that produces infant cereals and infant formula, and a bottled water factory in Polour.

The company has 818 employees and imports a limited range of Nestle products from abroad, it said.

Texto I₂

Empresas europeias de saída do Irão, apesar de proibição da UE

As empresas europeias com investimentos iranianos poderão vir a pedir indemnizações por eventuais prejuízos que tenham devido à entrada em vigor das sanções norte-americanas.

Os Estados Unidos repuseram as sanções contra o Irão esta terça-feira, depois de se retirarem do acordo sobre o nuclear e o Presidente Donald Trump declarou, desafiador, que quaisquer empresas estrangeiras que mantiverem negócios com Teerão ficariam impedidas de manter actividades comerciais com os Estados Unidos.

Em resposta, e tal como tinha prometido, a União Europeia accionou o estatuto de bloqueio, um mecanismo elaborado em 1996 e que foi actualizado para continuar a apoiar o Irão: as empresas europeias que estão no Irão poderão vir a pedir indemnizações à UE por eventuais prejuízos que tenham devido à entrada em vigor das sanções norte-americanas.

Proíbe ainda cidadãos da União Europeia de cumprirem as sanções dos EUA ao Irão, a não ser que tenham uma autorização expressa para o fazer da Comissão Europeia.

Mas muitas multinacionais europeias anunciaram já a intenção de sair do Irão, como se pode verificar neste apanhado feito pela Reuters.

Daimler

O fabricante de carros e camiões alemão Daimler pôs de lado o seu plano de expandir os seus negócios no Irão. “Cessámos as nossas já reduzidas actividades no Irão, de acordo com as sanções aplicáveis”, disse a empresa, em comunicado.

No início de 2016, a Daimler tinha estabelecido uma parceria com o fabricante e vendedor de veículos Iran Khodro Co para produzir e distribuir camiões da Mercedes-Benz no país.

PSA e Renault

O fabricante da Peugeot, PSA, começou em Junho a tomar medidas para suspender as suas parcerias no Irão, enquanto a rival Renault anunciou que irá aderir ao regime de sanções dos Estados Unidos. Ambas tinham até 6 de Agosto para reduzir as suas actividades.

Um porta-voz da Renault disse que a empresa não tinha mais comentários para além do que o director de operações Thierry Bolloré disse em Julho aos analistas: “Como cumprimos as sanções dos Estados Unidos, é provável que o nosso desenvolvimento fique suspenso.”

Depois do acordo nuclear em 2015, a PSA e a Renault rapidamente se movimentaram para assinar novos acordos de produção para melhorar as suas parcerias pré-sanções com o Irão.

A PSA assinou acordos de produção no valor de 700 milhões de euros, enquanto a Renault anunciou um novo investimento em fábricas para aumentar a capacidade de produção para 350 mil veículos por ano.

Total

A Total disse que irá desistir do seu projecto de gás natural multimilionário de South Pars se não conseguir uma isenção das sanções norte-americanas – um pedido que, segundo disse o ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, no mês passado, foi rejeitado juntamente com pedidos de outras empresas francesas.

A Total assinou um contrato em 2017 para desenvolver a Fase II do campo de gás South Pars com um investimento inicial de mil milhões de dólares e ainda não disse o que irá fazer com a sua participação de 30%, no caso de se retirar. Tem até 4 de Novembro para reduzir as suas actividades no Irão, sem qualquer excepção.

ATR

O fabricante de aeronaves turbo-hélice ATR confirmou a 6 de Agosto que entregou mais cinco aviões à Iran Air pouco antes de Washington impor novas sanções, mas ainda enfrenta dificuldades em obter a permissão dos Estados Unidos para entregar sete outros aviões encomendados.

Sanofi

A empresa farmacêutica Sanofi afirmou ser cedo para dizer se haverá qualquer impacto nas suas actividades no Irão.

A Sanofi anunciou no início de 2016 ter assinado um memorando de entendimento com Teerão com o objectivo de aumentar a sua presença no Irão. Os medicamentos estavam

isentos nas sanções iniciais, apesar de o envio de medicamentos para o Irão ser complicado.

Roche

“Iremos monitorizar a situação de perto, avaliar o impacto das sanções económicas reintroduzidas e continuar a trabalhar para assegurar que os pacientes no Irão tenham acesso aos nossos produtos inovadores a nível de fármacos, de diagnóstico e da diabetes,” disse a farmacêutica suíça.

Nestlé

A Nestlé não vê consequências directas das renovadas sanções dos Estados Unidos no Irão.

A Nestlé Irão tem sede no Teerão e duas fábricas: uma em Qazvin, que produz cereais infantis e leite para bebé, e uma em Polour, que produz água engarrafada.

A empresa tem 818 trabalhadores e importa uma quantidade limitada de produtos Nestlé, segundo a mesma.

Texto K₁

Bangkok street vendors: from Michelin star to fighting eviction

When Jay Fai, a 70-year-old street food seller in Bangkok known for her crab omelettes, won a Michelin star last year at the launch of the city's first restaurant guide, few locals were surprised.

"Auntie Fai" is as renowned for the ski goggles she wears to protect her eyes from hot oil splashing, as she is for her thick crab curry and dry congee that customers, including many who drive up in luxury cars, swear by.

But the afterglow from the global adulation was short-lived, as city officials soon resumed a drive to "return the pavement to pedestrians" evicting hundreds of vendors selling food, clothing and trinkets, for greater "order and hygiene".

Earlier this month, hundreds of hawkers marched to city hall following a daytime ban on vending on the sidewalks of Khao San road, a favourite haunt of backpackers.

What began as disparate protests by vendors facing marching orders has now morphed into an organised citywide movement that has also won support from academics and other public figures against the perceived heavy-handedness of officials.

"Street vending occupies an important space in Thai culture and history, helping to build community bonds, enabling women to work, innovating in Thai cuisine, and enriching families with no opportunity otherwise," said Chawadee Nualkhair, a food blogger.

"Shepherding them into 'centres' or eradicating them completely leaves a huge hole in the city's ecosystem."

"This hole will inevitably be filled by big corporations" like food companies and department stores, she added.

The crackdown on street vendors is part of a wider effort by Thailand's military government, which came to power in a 2014 coup, to impose order in a city famous for its vibrant nightlife and cheap and varied street food.

Authorities are also removing shanties along the Chao Phraya River to build a promenade, and have forced out a community near an old fort to make way for a public park.

Civic groups say the evictions mostly target poor residents who have little legal recourse, as they have no formal rights.

"A war is being waged against the city's own people, the poorest and most vulnerable," said Poonsap Tulaphan, director of HomeNet Thailand, which supports informal workers.

"Many of these vendors have been selling in the same spot for decades, and rely on their earnings to support themselves and their families. Without that, they have nothing," she said.

EYES AND EARS

Across Asia, governments keen to modernise booming cities increasingly view street vendors as a hindrance, and as usurpers of public spaces meant for formal businesses and wealthy residents.

But hawkers enhance the business environment, make localities more dynamic and walkable, and help deter crime by being the "eyes and ears" of the neighbourhood, said Narumol Nirathron, a professor at Bangkok's Thammasat University.

From Bangkok's older floating markets to an estimated 240,000 street vendors today, they also contribute to a functioning food system with cheap meals and snacks, particularly for less well-to-do residents, Narumol said.

Narumol's research showed that 87 percent of Bangkok's residents buy food or other items from street vendors.

Of the more than one-quarter of residents who buy from them every day, many earn less than 9,000 baht a month (\$275).

Of the vendors themselves, more than 70 percent are women, and more than two-thirds are over the age of 40 and have little education, making them particularly vulnerable, Narumol said.

The recent crackdown has hit them hard: licensed vendors are down by thousands, and tens of thousands more may be banned in 683 spots in the city, said Rewat Chobtham, president of the Network of Thai Vendors for Sustainable Development.

"This is the most devastating policy of the government," he said.

"The cancellation of licences and evictions have resulted in vendors losing their life savings, pulling their children out of school, and losing assets such as homes and vehicles," he said.

They are not alone.

Street vendors are facing animosity everywhere, as officials try to make their cities look like those in the United States or Europe, said Sarah Reed of Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), an advocacy group.

"Let's call it what it is: elitism and corporate gentrification," she told the Thomson Reuters Foundation.

"This is particularly misguided given that many of the cities they seek to emulate are now striving to attract vendors and street markets to create the kind of street life that Southeast Asian cities like Bangkok have in abundance."

MESSENGER GROUP

Bangkok's street vendors, unlike the city's "motorbike taxis" who are also facing increasing restrictions, had not organised into a unified lobbying group before.

That changed following vendor evictions in 2016 and 2017. As group leaders from across the city met at forums and at government agencies, they began to chat and coordinate their actions via messenger apps, said Rewat.

The Network of Thai Vendors for Sustainable Development, established in April, has more than 7,500 members from 25 districts of the city, he said.

They are being backed by academics and lawyers, who have asked Prime Minister Prayuth Chan-ocha to reconsider vending regulations.

In an open letter handed to the prime minister and to city officials earlier this month, the network demanded that those evicted be allowed to return to their old spots.

They also asked for formal recognition of their right to earn livelihoods, and to be allowed to participate in decision-making on vending.

"We will consider their requests seriously and decide on a course of action," said a government spokesman.

A new committee, with vendor representatives as well as officials from the Bangkok metropolitan authority and the traffic police, will be set up within 30 days, he said.

A new vending law is needed to address issues like hygiene, stall regulation and taxes, said Rewat.

"We need a strategy that does not evict street vendors. Ending this crisis is urgent and critical," he said.

Texto K₂

Vendedores de rua de Bangucoque: da estrela Michelin à luta contra o despejo
“Tia Fai” tornou-se uma sensação mundial, mas isso não demove as autoridades de a querer tirar da rua. O governo deseja “ordem e higiene” e declarou guerra aos vendedores de rua.

Quando Jay Fai, uma vendedora de comida de rua conhecida pelas suas omeletes de caranguejo, ganhou uma estrela Michelin no ano passado, no lançamento do primeiro guia de restaurantes da cidade, a surpresa entre os locais não foi muita.

“Tia Fai”, com 70 anos, é conhecida pelos óculos de ski que usa para proteger os olhos dos salpicos de óleo quente, mas também pelo seu caril de caranguejo cremoso e pelo seu congee (papa de arroz tradicional na Ásia) e que muitos clientes, incluindo os que aparecem em carros de luxo, adoram.

Mas o êxtase depois da adoração global foi curto. Pouco tempo depois, funcionários da câmara de Bangucoque, na Tailândia, emitiram uma ordem para “devolver o passeio aos

pedestres”, expulsando centenas de vendedores de comida, vestuário e bugigangas. Querem garantir “ordem e higiene”.

Um “vazio” no “ecossistema”

No início do mês, centenas de vendedores ambulantes marcharam até à câmara municipal depois de terem sido banidas as vendas durante o dia nos passeios junto à estrada Khao San, um dos sítios predilectos dos turistas.

O que começou como manifestações dispersas por parte de vendedores que tinham recebido ordens de saída transformou-se num movimento organizado generalizado, apoiado por académicos e outras figuras públicas que vêem a ordem dos funcionários como muito severa.

“As vendas de rua são muito importantes para a cultura e história tailandesas, ajudando a construir laços entre a comunidade, permitindo às mulheres que trabalhem, originando inovação na cozinha tailandesa e gerando dinheiro para famílias que não o conseguiriam de outra forma”, afirma Chawadee Nualkhair, que tem um blogue sobre comida.

“Empurrá-los para centros ou erradicá-los completamente gera um grande vazio no ecossistema da cidade”, escreveu. “Este vazio será eventualmente preenchido” por grandes empresas de produtos alimentares ou supermercados.

“Guerra” contra os cidadãos

As acções contra os vendedores de rua fazem parte de um esforço por parte do governo militar tailandês, que chegou ao poder através de um golpe de estado em 2014, para impor a ordem numa cidade famosa pela sua vida nocturna animada e comida de rua variada e barata.

As autoridades também estão a remover as barracas junto ao rio Chao Phraya para construir um passeio ao longo do rio e expulsaram uma comunidade que residia junto a um antigo forte para poderem construir um jardim público.

Grupos de cidadãos dizem que os despejos afectam principalmente residentes pobres com poucos recursos jurídicos, já que não têm direitos formais.

“Foi declarada uma guerra contra os próprios cidadãos desta cidade, os mais pobres e vulneráveis”, afirma Poonsap Tulaphan, directora da HomeNet Tailândia, que apoia os trabalhadores informais.

“Muitos destes vendedores vendem no mesmo local há décadas e dependem dos seus rendimentos para se sustentarem a si próprios e às suas famílias. Sem isso, eles não têm nada”, denuncia.

Olhos e ouvidos

Por toda a Ásia, os governos apostados em modernizar as cidades em crescimento veem cada vez mais os vendedores de rua como um problema e como usurpadores de espaços públicos destinados a empresas formais e residentes abastados.

Mas os vendedores ambulantes melhoram a vertente económica, tornam os locais mais dinâmicos e atractivos e ajudam a prevenir a criminalidade por serem os “olhos e ouvidos” da vizinhança, afirma Narumol Nirathron, professora da Universidade Thammasat em Bangucoque, que conduziu um estudo sobre o tema.

Os mercados flutuantes de Bangucoque e os 240 mil vendedores de rua contribuem também para um sistema com refeições baratas e petiscos, aos quais os residentes mais pobres conseguem ter acesso, defende Narumol.

Um estudo conduzido por Narumol demonstrou que 87% dos residentes de Bangucoque compram comida e outros itens aos vendedores de rua.

Mais de um quarto dos residentes compra comida aos vendedores todos os dias, com muitos deles a receber menos de 9 mil baht (235 euros) por mês.

Mais de 70% dos vendedores são mulheres e mais de dois terços têm mais de 40 anos e um baixo nível escolar, o que os torna particularmente vulneráveis, aponta Narumol.

A ordem para “devolver o passeio aos pedestres” afectou-os seriamente: os vendedores licenciados diminuíram aos milhares e outros dezenas de milhares poderão ainda ser banidos de 683 locais na cidade, afirma Rewat Chobtham, presidente da Rede de Vendedores Tailandeses para o Desenvolvimento Sustentável.

“Esta é a política mais devastadora do governo”, disse.

“O cancelamento das licenças e os despejos fizeram com que os vendedores ficassem sem as suas economias, retirassem os seus filhos das escolas e perdessem bens como as suas habitações e os seus veículos”, acrescentou.

Para a activista Sarah Reed, da Mulheres em Trabalho Informal: Globalização e Organização, os vendedores de rua enfrentam animosidade em todo o lado porque os

funcionários do governo tentam que as suas cidades se pareçam com as cidades dos Estados Unidos ou da Europa.

“Chamemos as coisas pelos nomes: elitismo e gentrificação empresarial”, disse à Thomson Reuters Foundation.

“Esta ideia é errada dado que muitas das cidades que pretendem copiar tentam agora atrair vendedores e mercados de rua para criar o estilo de vida que cidades no sudeste da Ásia, como Bangucoque, têm.”

Texto L₁

Lesbian 'witches' chained and raped by families in Cameroon

During a dreary Sunday morning church service, 14-year-old Viviane - tired of wrestling with her sexual attraction to girls - resigned herself to an unhappy conclusion: she was bewitched.

At school and at church in Cameroon's capital, Yaounde, she had long been told that liking someone of the same sex was not only a sin, but could also be a sign that a sinister spell had been cast on you.

"I didn't see girls like everyone else - I thought it was a bad spirit that had invaded me," she told the Thomson Reuters Foundation with a rueful laugh by phone from France, where she sought asylum last year with her girlfriend's help.

"So I started praying to make it go away."

But her prayers failed. Four years later, Viviane was chained to the wall and violently raped by a man who her family forced her to marry after discovering that she was a lesbian.

From South Africa to India and Ecuador, gay people are subjected to 'corrective rape' by their families, strangers and vigilantes who believe that homosexuality is a mental illness that needs to be 'cured'.

Sometimes it is done under the cover of darkness or when the pounding of rain on tin roofs muffles the screams, gay Cameroonians told the Thomson Reuters Foundation.

Other times, it is arranged by family members who regularly take the law into their own hands, torturing, raping and murdering gay and lesbian relatives that they are convinced are witches or have been cursed.

Belief in witchcraft is widespread in Cameroon. Even though it is illegal to practice black magic, authorities do little to stop families consulting sorcerers who perform ritual sacrifices to 'cure' their relatives of homosexuality.

Same-sex relationships are taboo across Africa, which has some of the world's most prohibitive laws against homosexuality. Gay people are routinely blackmailed, assaulted and or raped, with criminal punishments ranging from imprisonment to death.

A 2017 report by the International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) found 33 African countries out of a total of 54 nations criminalise same-sex relations.

Homosexual acts attract a five-year jail term in Cameroon, with at least 50 people convicted for crimes ranging from cross-dressing to a man texting "I love you" to another man between 2010 and 2014, according to CAMFAIDS, an LGBT+ advocacy group.

"The (anti-LGBT+) violence is getting worse," said Michel Engama, head of CAMFAIDS, whose predecessor, Eric Ohena Lembembe was found dead in 2013, with his neck broken and his face burned with an iron, according to Human Rights Watch.

Almost 600 homophobic attacks and violations were reported in Cameroon last year, according to Humanity First Cameroon, an LGBT+ umbrella organisation, with one in five lesbians and one in 10 gay men reporting that they had been raped.

Campaigners say the true scale of the problem is likely to be much worse as most attacks go unreported.

CLEANSING

Viviane's family beat and lashed her after they discovered explicit text messages she had sent to her girlfriend.

Her aunt and brothers then took her to their village where the local witch doctor forced her to drink concoctions made of chicken blood and inserted hot pepper up her anus, justifying it as a "cleansing" ritual.

Finding a husband who was a church pastor was a chance to clear the family name, she explained. The fact that he had two wives and was more than 30 years older was not a consideration.

"There was no discussion about it," she said, adding that her family received the dowry from the pastor even before they informed her of the arrangement.

"To them, I was like a necklace they sold."

Though rape is a crime in Cameroon, there was no question that such a charge could ever be levelled at her husband, Viviane said.

"A pastor in Cameroon is like a god. God can't rape. And if you accuse him of rape, you're the devil," she said.

While Viviane felt her best option was to flee Cameroon, Frederique spoke out after she was gang raped in 2016 by a taxi driver after leaving an LGBT+ workshop in Yaounde.

The driver stopped to pick up another man and took her to a deserted part of town, where they both raped her, taunting her with accusations of being a lesbian and a witch.

"They kept shouting that I deserved this punishment, that they were correcting me," said the 33-year-old, who has told her story to hundreds of girls in sexual health awareness and LGBT+ workshops in Cameroon.

"If I had reported it, I would've been seen not as a victim but rather as someone who deserved what had happened."

She believes that her decision to speak out saved her life.

"I had a friend who had also been raped, and she felt completely alone, isolated, depressed. She had almost killed herself," Frederique said, pausing to fight back her tears.

"I thought of doing the same ... But I was also so angry. I didn't want other girls to go through this, for them to be a victim like me. I wanted to denounce the perpetrators so that it stops."

It is not easy, she said. Lesbians in Cameroon live with secrecy and caution every day, communicating via code names and frequently changing the public places where they gather.

"We continue to fight on, even though we're doubly discriminated – first as women, secondly as lesbians," she said.

But Engama of CAMFAIDS knows that such precautions cannot guarantee safety, highlighting how 20-year-old Kenfack Tobi Aubin Parfait was beaten to death last month by his older brother who believed he was gay.

"It's a real war waged against us," said Engama, who regularly receives death threats.

"But we will keep fighting until they are tired ... No one will give us freedom. We have to take it."

Texto L₂

"Bruxas" lésbicas acorrentadas e violadas pelas famílias nos Camarões

"Curas", feitiços, rituais de purificação com sangue e pimenta no ânus, violações. "A violência anti-LGBT+ é cada vez maior" nos Camarões e noutros países africanos.

Durante um serviço religioso num domingo sombrio, Viviane, de 14 anos – cansada de lutar contra a sua atracção sexual por raparigas – resignou-se a uma conclusão infeliz: estava enfeitiçada.

Na escola e na igreja na capital dos Camarões, Iaundé, sempre lhe disseram que gostar de alguém do mesmo sexo não só era pecado, mas que também podia ser um sinal de que um terrível feitiço teria sido lançado sobre ela.

“Eu não via as raparigas como os outros as viam – pensava que um espírito mau me possuía”, disse pelo telefone à Thomson Reuters Foundation, com um riso pesaroso, desde França, onde procurou asilo no ano passado com a ajuda da sua namorada.

“Então comecei a rezar para que desaparecesse.”

Mas as orações falharam. Quatro anos depois, Viviane foi acorrentada à parede e violada violentamente pelo homem com quem a sua família a obrigou a casar, depois de descobrirem que era lésbica.

Desde a África do Sul à Índia e Equador, os homossexuais são submetidos a “violações correctivas” pelas suas famílias, estranhos e “justiceiros” que acreditam que a homossexualidade é uma doença mental que precisa de ser “curada”.

Por vezes, as violações acontecem escondidas na escuridão ou quando o ruído da chuva nos telhados de metal é tanto que disfarça os gritos, disseram à Thomson Reuters Foundation homossexuais dos Camarões.

Outras vezes, são orquestradas por familiares que muitas vezes fazem cumprir a lei por si próprios, torturando, violando e assassinando familiares homossexuais que pensam ser bruxos ou estar amaldiçoados.

Acreditar em bruxaria é comum nos Camarões. Apesar de ser ilegal praticar magia negra, as autoridades pouco fazem para impedir as famílias de recorrer a feiticeiros que fazem sacrifícios para “curar” a homossexualidade dos seus familiares.

As relações entre pessoas do mesmo sexo são tabu em África, continente que tem algumas das leis mais proibitivas em relação à homossexualidade no mundo inteiro. Os homossexuais são frequentemente chantageados, agredidos e/ou violados. O castigo penal pode ir desde a prisão à morte.

Presos por dizerem “amo-te”

Um relatório feito em 2017 pela Associação Internacional Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo concluiu que 33 dos 54 países africanos criminalizam as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Nos Camarões, os actos homossexuais podem levar a uma pena de prisão de cinco anos. Entre 2010 e 2014, pelo menos 50 pessoas foram condenadas por crimes desde vestir-se como o sexo oposto a homens que enviaram mensagens de texto a dizer “amo-te” a outros homens, de acordo com a Camfaids, uma associação de defesa dos direitos LGBT+.

“A violência anti-LGBT+ é cada vez maior”, disse Michel Engama, presidente da Camfaids, cujo antecessor, Eric Ohena Lembembe, foi encontrado morto em 2013, com o pescoço partido e a cara queimada por um ferro, de acordo com a Human Rights Watch.

No ano passado, registaram-se quase 600 ataques e infracções homofóbicas, com uma em cada cinco lésbicas e um em cada dez homossexuais a denunciar que foram violados, de acordo com a Humanity First Cameroon, uma organização LGBT+ a que pertencem várias associações.

Os activistas dizem que provavelmente a dimensão do problema é muito maior, uma vez que muitos ataques não são denunciados.

Purificação

Viviane foi agredida e chicoteada pela família depois de terem descoberto mensagens explícitas que enviara à sua namorada.

A sua tia e irmãos levaram-na depois para a aldeia onde viviam para que a curandeira local a pudesse obrigar a beber misturas feitas a partir de sangue de galinha e inserir pimenta quente no seu ânus, dizendo que fazia parte de um ritual de “purificação”.

Encontrar um marido que era pastor da igreja foi uma oportunidade de limpar o nome da família, disse. O facto de ele ter duas esposas e ter mais de 30 anos nem foi tido em consideração.

“Não houve discussão sequer”, disse, acrescentando que a família recebeu o dote ainda antes de a informarem do acordo. “Para eles, eu era como um simples colar que iam vender.”

Apesar de as violações serem crime nos Camarões, não há dúvida de que o seu marido nunca seria acusado, diz Viviane.

“Nos Camarões, um pastor é como um deus. Deus não pode violar. E se o acusares de violação, és o diabo”, afirma.

Enquanto Viviane achou que a sua melhor hipótese era fugir dos Camarões, Frederique optou por falar sobre a sua experiência, depois de ter sido violada em grupo em 2016, após uma acção de formação LGBT+, em Yaoundé.

Foi violada pelo motorista de um táxi, que parou para apanhar outro homem e a levou para uma parte deserta da cidade, onde ambos a violaram, provocando-a ainda com acusações sobre ser lésbica e uma bruxa.

“Gritavam que eu merecia este castigo, que estavam a corrigir-me”, disse a mulher de 33 anos, que já contou a sua história a centenas de raparigas em acções de formação para a consciencialização para a saúde sexual e LGBT+ nos Camarões.

“Se tivesse denunciado, não me teriam visto como vítima, mas sim como alguém que merecia o que lhe aconteceu.”

Frederique acredita que a sua decisão de contar o que aconteceu lhe salvou a vida. “Tive uma amiga que também foi violada e ela sentia-se sozinha, isolada, deprimida. Tentou matar-se”, afirma, enquanto tenta não chorar.

“Pensei fazer o mesmo... Mas também estava zangada. Não queria que mais nenhuma rapariga passasse por isto, que fossem vítimas como eu. Queria denunciar os agressores para que isto parasse.”

Viver em segredo

Não é fácil, diz. Nos Camarões, as lésbicas vivem em segredo e com receio todos os dias, comunicando com nomes de código e mudando frequentemente os seus pontos de encontro.

“Continuamos a lutar, mesmo que sejamos duplamente discriminadas. Primeiro como mulheres e depois como lésbicas”, diz.

Mas Engama, da Camfaids, sabe que tais precauções podem não ser sinónimo de segurança, lembrando o caso de Kenfack Tobi Aubi Parfait, de 20 anos, que no mês passado foi espancado até à morte pelo seu irmão que pensava que ele era gay.

“Existe realmente uma guerra contra nós”, sublinha Engama, que recebe com regularidade ameaças de morte.

“Mas iremos lutar até que se cansem... Ninguém nos dará liberdade. Temos de conquistá-la.”

Texto M₁

Yemen war a 'living hell' for children: UNICEF

In the malnutrition ward of a hospital in the Yemeni capital Sanaa, doctors weigh toddlers with protruding rib cages and skeletal limbs.

Twenty children, most under the age of two, being treated at the ward in Sab'een Hospital are among hundreds of thousands of children suffering from severe malnutrition in the impoverished country that has been ravaged by a more than three years of war.

“The conflict has made Yemen a living hell for its children,” Meritxell Relano, UNICEF Representative in Yemen, told Reuters.

She said more than 11 million children, or about 80 percent of the country's population under the age of 18, were facing the threat of food shortages, disease, displacement and acute lack of access to basic social services.

“An estimated 1.8 million children are malnourished in the country. Nearly 400,000 of them are severely acute malnourished and they are fighting for their lives every day.”

A coalition of Sunni Muslim Arab states, led by Saudi Arabia and the United Arab Emirates, intervened in Yemen's war in 2015 against the Iranian-aligned Houthis after they drove the internationally recognized government out of the capital Sanaa.

The war has unleashed the world's most urgent humanitarian crisis in the nation of 28 million, where 8.4 million people are believed to be on the verge of starvation and 22 million people are dependent on aid.

The coalition has imposed stringent measures on imports into Yemen to prevent the Houthis from smuggling weapons but the checks have slowed the flow of commercial goods and vital aid into the country.

Saudi Arabia and the UAE say they are providing funds and supplies to support aid efforts in Yemen. The Houthis blame the coalition for choking off imports into the country.

In Sab'een hospital a toddler in diapers lay wrapped in blankets with a tube inserted in the child's nose. Another child cried while being lowered naked unto a scale to be weighed.

The families of the children declined to speak to the media.

“The situation of the families without jobs, without income and in the middle of the war, is catastrophic,” Relano said.

She said UNICEF had provided more than 244,000 severely malnourished children under the age of five with therapeutic treatment since the beginning of 2018, in addition to micronutrient treatment to over 317,000 children under five.

“The human cost and the humanitarian impact of this conflict is unjustifiable,” U.N. humanitarian coordinator Lise Grande said in a statement on Thursday.

“Parties to the conflict are obliged to do absolutely everything possible to protect civilians and civilian infrastructure and ensure people have access to the aid they are entitled to and need to survive.”

UN says Yemen situation worsening fast amid risk to hundreds of thousands

Yemen’s humanitarian situation has worsened rapidly since U.N. peace talks collapsed and fighting resumed in the port city of Hodeidah, where hundreds of thousands of lives hang in the balance, the top U.N. aid official in Yemen said on Thursday.

“The situation has deteriorated dramatically in the past few days. Families are absolutely terrified by the bombardment, shelling and airstrikes,” U.N. humanitarian coordinator Lise Grande said in a statement.

“The mills in Hodeidah feed millions of people. We’re particularly worried about the Red Sea mill, which currently has 45,000 metric tonnes of food inside, enough to feed 3.5 million people for a month. If the mills are damaged or disrupted, the human cost will be incalculable,” she said.

Texto M₂

A guerra no Iémen é um inferno para as crianças

Na unidade de desnutrição de um hospital em Sanaa, a capital do Iémen, médicos pesam bebés com as costelas salientes e membros esqueléticos.

Vinte crianças estão a ser tratadas na unidade do hospital Sab’een. Quase todas têm menos de dois anos e fazem parte das centenas de milhares de crianças que sofrem de desnutrição severa no Iémen, país árabe assolado por uma guerra que dura há mais de três anos.

“O conflito transformou o Iémen num inferno para as crianças”, disse Meritxell Relano, a representante da UNICEF no Iémen, à Reuters.

Mais de 11 milhões de crianças, ou cerca de 80% da população com menos de 18 anos, enfrentam a ameaça da falta de alimentos, doenças, deslocamento e uma grave falta de acesso a serviços básicos sociais.

“Estima-se que existam 1,8 milhões de crianças subnutridas no país. Quase 400 mil estão gravemente subnutridas e lutam todos os dias pelas suas vidas”, disse.

Uma coligação de países sunitas muçulmanos, liderada pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes Unidos, interveio na guerra do Iémen em 2015 contra os houthis, que

têm laços com o Irão, depois de estes terem expulsado o governo reconhecido internacionalmente da capital do país.

A guerra provocou a mais grave crise humanitária na nação de 28 milhões de habitantes. Cerca de 8,4 milhões de pessoas correm o risco de morrer à fome e 22 milhões dependem de ajuda humanitária.

A coligação impôs medidas severas para as importações no Iémen para evitar que os houthis consigam transportar armamento, mas o controlo tem dificultado a entrada de bens comerciais e de ajuda vital no país.

Cenário catastrófico

No hospital Sab'een, um bebé de fralda está deitado enrolado em cobertores — tem um tubo inserido no nariz. Outra criança chora quando é pousada nua numa balança.

As famílias recusaram falar com os meios de comunicação.

“A situação das famílias sem emprego, sem rendimentos e que se encontram no meio da guerra é catastrófica”, disse Relano.

Esta responsável afirmou que a UNICEF prestou cuidados terapêuticos a mais de 244 mil crianças com menos de cinco anos severamente desnutridas desde o início de 2018, para além das 317 mil crianças com menos de cinco anos que tiveram acesso a tratamentos de micronutrientes.

“O custo humano e o impacto humanitário deste conflito é injustificável”, disse Lise Grande, coordenadora humanitária da ONU, num comunicado divulgado esta quinta-feira

“Os participantes do conflito são obrigados a fazer o máximo possível para proteger civis e infra-estruturas civis e garantir que as pessoas têm acesso à ajuda a que têm direito e da qual necessitam para sobreviver.”

ONU preocupada

A situação humanitária no Iémen piorou rapidamente desde que as conversações para a paz da ONU caíram por terra e os conflitos regressaram à cidade portuária de Hodeidah, onde centenas de milhares de vidas estão em risco, disse na terça-feira a coordenadora da Organização das Nações Unidas no Iémen.

“A situação deteriorou-se drasticamente nos últimos dias. As famílias estão completamente aterrorizadas com os bombardeamentos”, disse a coordenadora humanitária Lise Grande num comunicado.

“Os silos em Hodeidah alimentam milhões de pessoas. Estamos particularmente preocupados com o silo do Mar Vermelho que actualmente contém 45 mil toneladas de comida, o suficiente para alimentar 3,5 milhões de pessoas durante um mês. Se os silos ficarem danificados, o custo humano será incalculável.”

Texto N₁

GOP gets help from Trump's use of government power

President Donald Trump is mobilizing the vast powers of the military and other parts of the federal government to help bolster Republican election efforts, using the office of the presidency in an attempt to dictate the campaigns' closing themes and stoke the fears and anxieties of his supporters ahead of Tuesday's midterm elections.

Trump in recent days has made aggressive moves aimed at pushing policies that could boost Republicans next week - deploying thousands of troops to the U.S.-Mexico border in the largest such operation since the Mexican Revolution, floating the idea ending birthright citizenship and warning he intends to halt the caravan of Central American migrants.

The president has also moved to lower Medicare drug prices and suggested the idea of a 10 percent tax cut for the middle class, sending administration and congressional officials scrambling to assemble a new tax policy.

The cumulative acts reflect the extent to which Trump has transformed parts of the federal bureaucracy into a factory of threats, directives and actions - an outgrowth of a campaign strategy which the president and his political advisers settled on as their best chance to hold the Republican congressional majorities.

"This is the most focused and concerted effort to use all of the powers of the presidency to shape a midterm election that I have ever seen," said William Galston, a senior fellow at the Brookings Institution's Governance Studies Program and a former domestic policy adviser in the Clinton White House.

"President Trump is pushing every button on the console and he is mobilizing all of the power, including the communications power, of the federal government on behalf of his party's campaign in this midterm," Galston added.

The president and his political advisers have decided that a base turnout strategy is the best way to preserve the GOP's Senate and House majorities, with Trump wielding the polarizing issue of immigration as a cudgel in an attempt to motivate his 2016 supporters to vote.

Trump suggested in an interview with Axios released Tuesday that he intends to end the constitutional right to U.S. citizenship for children born in the United States to noncitizens. Many legal experts as well as House Speaker Paul Ryan, R-Wis., said the

president does not have such unilateral authority. Still, Trump's move seemed designed to revive the "anchor baby" debate that he helped lead en route to his victory in the 2016 Republican presidential primaries.

For days, Trump has been warning of "an invasion" of Central American migrants, even though they are traveling by foot in caravans, their population is dwindling and they are not expected to reach the border for several weeks. The administration announced Monday it was sending 5,200 troops, military helicopters and giant spools of razor wire to the southern border. And Trump has dispatched top administration officials, including Homeland Security Secretary Kirstjen Nielsen, on a media tour to echo his hard-line position and draw attention to the caravan.

In addition, Trump has been preparing a major immigration policy rollout - initially scheduled for Tuesday but postponed in the wake of the Pittsburgh synagogue massacre - that is expected to include the call to temporarily shut the border to the migrants and deny them the opportunity to seek asylum.

Within in the White House and Trump's broader orbit, the president's advisers and confidants are sensitive to the suggestion that he is leveraging the government to advance his political aims. Instead, they argue, Trump's long-held beliefs and policy prescriptions on immigration align with current events while also politically benefiting the Republican Party.

"This is not a case where Trump is just politically calculating policies to fit what he wants done politically," said one former White House official, who like some others interviewed spoke on the condition of anonymity to discuss internal deliberations. "It's a case where what helps him politically also matches up perfectly with where he is policy-wise."

Vice President Mike Pence said Tuesday that the troop deployment was not a political ploy but rather an appropriate and necessary response to the "crisis on our southern border."

"I can tell you, being out among the American people, there's great concern, great alarm among many Americans to see this vast throng of people coming up for the express purpose of coming into our country illegally," Pence said at a Politico Playbook event. "The president is simply determined to make sure that we've got the manpower on the border."

Sam Nunberg, a former Trump campaign adviser, said the president's recent moves on immigration are politically savvy.

"The optics of the president sending troops to the border along with having Homeland Security Secretary Nielsen announce that none of the illegal immigrants are getting through once again makes this a top issue which will increase base turnout this last crucial week," Nunberg said.

Trump has sought to make the midterm elections a referendum on himself, believing his supporters will only turn out to support Republican lawmakers if they think his presidency is at stake.

"I'm not on the ticket, but I am on the ticket," Trump said at a rally this month in Southaven, Mississippi. "I want you to vote. Pretend I'm on the ballot."

In recent weeks, Trump has sought to take action in other areas as well to show progress and motivate voters. He teased a 10 percent tax cut for middle-income families - and said Congress would take action on it before the elections, even though there is no official proposal and lawmakers are not scheduled to be in session until after the midterms.

But Trump has focused mostly on hammering the issue of immigration, the most animating theme of his 2016 campaign. By doing so, he is effectively putting his name and agenda on the ballot, in spirit if not in letter. As a second former White House official put it, "immigration gives some of that 2016 flair" to the midterms.

With Trump heading to the campaign trail on Wednesday for 11 "Make America Great Again" rallies in the final six days before the elections, immigration has become a core theme of his stump speeches.

"We can't let people break in and assault our country," Trump said Saturday in Murphysboro, Illinois. "You saw the caravan. I mean, you look at it. Sometimes it is massive. How the hell can we take everyone in? And some of these people are people that we don't want."

Polling consistently shows that immigration is an especially trenchant issue for Republican voters. Three-quarters of registered Republicans ranked immigration as "one of the single most important" issues or a "very important" issue driving their midterm votes, just behind the economy and taxes, according to an early October Washington Post-ABC News poll.

"Immigration is obviously an important issue. There's no question about that," GOP pollster David Winston said. "Trump clearly believes this was a key part of how he succeeded in the Republican primary. As a result, it's an issue he is particularly comfortable with introducing when he feels it's needed. Having said that, what's central to where Republicans are at the moment is how the economy's doing."

Immigration is a powerful motivating issue for Republican voters in many of the Senate battlegrounds - red states including Indiana, Missouri, North Dakota, Tennessee and West Virginia, where Trump is popular. But Trump's focus on the topic presents complications for vulnerable House Republicans struggling to fend off Democratic challenges in suburban districts in states such as California, Florida and Pennsylvania.

But unlike in 2016, when the GOP was more divided over how closely to hew to Trump's immigration rhetoric and policies, the party largely has fallen in line behind the president.

A slew of Republican Senate and gubernatorial candidates are parroting Trump's talking points on immigration in their advertising. Republican Rep. Marsha Blackburn, who is running for Senate in Tennessee, is airing an ad about the caravan in which a narrator says the caravan includes "gang members, known criminals, people from the Middle East, possibly even terrorists." Trump last week drew widespread criticism for tweeting without evidence that "criminals and unknown Middle Easterners are mixed in," later admitting he had no proof for the latter.

Jennifer Duffy, senior editor at the Cook Political Report, said she has been struck by how pervasive Trump's language on immigration has been in the campaign's final stretch.

"Fear is a pretty powerful emotion and thus a pretty powerful motivator," Duffy said. "Is there a downside? Policy-wise, yes. Politically, no."

Texto N2

Trump recorre a todo o seu poder para tentar garantir um Congresso republicano

“Não estou no boletim, mas estou no boletim”, diz o Presidente, que transformou as eleições intercalares de dia 6 de Novembro num referendo à sua presidência. Numa tentativa de repetir o seu sucesso de 2016, fez da imigração o tema único da recta final da campanha.

O Presidente Donald Trump está a mobilizar os vários poderes do governo federal, incluindo os militares, para redobrar os esforços eleitorais dos republicanos. Numa

tentativa de impor os temas finais da campanha, avançou com propostas dirigidas aos medos e ansiedades dos seus apoiantes.

Nos últimos dias, Trump anunciou medidas drásticas que têm como objectivo fazer aprovar políticas que ajudem os candidatos republicanos antes das eleições intercalares de terça-feira: anunciou que enviará milhares de militares para a fronteira com o México (na maior operação deste tipo desde a Revolução Mexicana); propôs acabar com o direito à cidadania de filhos de imigrantes nascidos no país e avisou repetidas vezes que fará tudo para travar a caravana de imigrantes oriundos de diferentes países da América Central que pretende chegar aos Estados Unidos.

“Esta é a tentativa mais focada e estruturada de usar todos estes poderes da presidência para moldar uma eleição intercalar que já vi”, diz William Galston, veterano analista do Programa de Estudos de Governação da Brookings Institution e antigo conselheiro de política interna na Casa Branca de Bill Clinton.

O Presidente tomou também medidas para reduzir o preço dos medicamentos da Medicare (programa de seguros de saúde) e propôs um corte de 10% nos impostos da classe média, o que pôs a sua própria Administração e os responsáveis do Congresso em alvoroço para conseguirem conceber uma nova política fiscal.

No conjunto, estas medidas reflectem até que ponto Trump transformou partes da burocracia federal numa fábrica de ameaças, ordens executivas e acções – é o resultado da estratégia que o Presidente e os seus conselheiros concluíram ser a melhor hipótese para assegurar a maioria republicana no Congresso.

“O Presidente Trump está a puxar todos os cordelinhos e a mobilizar por inteiro o poder do governo federal, incluindo o das comunicações, em nome da campanha do seu partido para estas eleições”, acrescentou Galston.

A ideia é apostar em conseguir a participação eleitoral dos militantes de base e dos apoiantes que reuniu em 2016, considerada a melhor forma de preservar a maioria no Senado e na Câmara dos Representantes. Daí a obsessão com o tema da imigração.

Numa entrevista ao *site* Axios, divulgada na terça-feira, o Presidente sugeriu que pretende acabar com o direito constitucional à cidadania para crianças nascidas nos Estados Unidos, mas filhas de imigrantes em situação irregular.

Vários especialistas em Direito e até o porta-voz da Câmara dos Representantes, o republicano Paul Ryan, avisaram já que o Presidente não tem autoridade para avançar sozinho com esta alteração. Não faz mal: a sugestão tem o propósito de reavivar o debate sobre os “*anchor baby*” (expressão que muitos consideram pejorativa para referir filhos de mães que residem irregularmente nos EUA) que ajudou Trump a ganhar as eleições primárias e a ser o candidato à presidência do Partido Republicano.

A “invasão”

Trump tem passado o tempo a alertar para uma “invasão” de imigrantes da América Central, apesar de estes viajarem a pé, serem cada vez menos e estarem a semanas de alcançar a fronteira.

A Administração anunciou na segunda-feira que quer enviar 5200 militares, helicópteros e arame farpado para a fronteira. Trump destacou ainda funcionários de topo, incluindo a secretária para a Segurança Interna, Kirstjen Nielsen, para que façam a ponte com os media e sublinhem a sua posição rígida sobre o assunto, chamando assim a atenção para a caravana.

Entretanto, Trump tem estado a preparar uma nova política de imigração – que esperava anunciar com estrondo na terça-feira, mas teve de adiar por causa do massacre numa sinagoga em Pittsburgh – que deverá incluir a possibilidade de fechar temporariamente a fronteira e de negar a imigrantes a oportunidade de pedir asilo.

No interior da Casa Branca e entre as pessoas próximas de Trump, conselheiros e confidentes opõem-se às sugestões de que o Presidente está a usar o governo para alcançar os seus objectivos políticos. Em vez disso, dizem, o que acontece é que as políticas de imigração de Trump e aquilo em que ele acredita desde há muito vão ao encontro de acontecimentos actuais, ao mesmo tempo que beneficiam politicamente o Partido Republicano.

“Esta não é uma situação em que Trump esteja a fazer cálculos políticos para políticas que encaixem no que ele quer que seja feito”, diz um antigo funcionário da Casa Branca que, como outros, só aceitou ser entrevistado na condição de permanecer anónimo. “Pura e simplesmente, o que o ajuda politicamente está em perfeita sintonia com as suas políticas.”

Como um candidato

No mesmo sentido, o vice-presidente Mike Pence defendeu na terça-feira que o destacamento de militares não é uma manobra política, é sim uma resposta apropriada e necessária à “crise na fronteira a sul”.

“Posso dizer-lhe que, depois de ter ouvido muitos americanos, existe uma grande preocupação e alarme, e que veem este grupo enorme de pessoas a dirigir-se para cá com o único propósito de entrar no nosso país ilegalmente”, disse Pence durante um evento da *newsletter Politico Playbook*. “O Presidente só está determinado em garantir que temos pessoal na fronteira.”

Sam Nunberg, antigo assessor de campanha de Trump, diz que as medidas mais recentes para a imigração são politicamente inteligentes. “O facto de o Presidente enviar militares para a fronteira e ter a secretária de Segurança Interna a anunciar que nenhum dos imigrantes ilegais irá conseguir atravessar torna este assunto algo da máxima importância, o que irá aumentar a participação eleitoral dos apoiantes nesta última e crucial semana”, defende Nunberg.

Trump tem tentado tornar as intercalares num referendo sobre si próprio, acreditando que os seus apoiantes só irão votar nos candidatos republicanos se acharem que a sua presidência está em risco.

“Não estou no boletim, mas estou no boletim”, disse num comício este mês em Southhaven, no Mississippi. “Eu quero que votem. Finjam que faço parte da votação.”

Nas últimas semanas, Trump também tentou anunciar medidas noutras áreas para mostrar progresso e motivar os eleitores. Sugeriu o corte de 10% nos impostos das famílias de classe média – e garantiu que o Congresso negociaria a medida antes das eleições, apesar de não existir nenhuma proposta de lei oficial e de não estar previsto que os congressistas se reúnam antes das intercalares.

Mas Trump tem-se focado maioritariamente na imigração, o tema mais discutido durante a sua campanha em 2016. Ao fazê-lo, está claramente a pôr o seu nome e os seus planos no boletim, não por escrito, mas em espírito. Como um outro funcionário da Casa Branca diz, “a imigração dá um certo toque de 2016” às intercalares.

Com Trump a juntar-se à campanha eleitoral para participar ainda em onze comícios (depois de já ter passado por alguns estados chave) com o tema *Make America Great*

Again nos seis dias antes da votação, a imigração tornou-se no tema central de todos os seus discursos.

“Não podemos deixar que invadam e ataquem o nosso país”, disse no sábado em Murphysboro, Illinois. “Vocês viram a caravana. Quer dizer, olhem para aquilo. Às vezes é enorme. Como poderemos aceitá-los a todos? E algumas daquelas pessoas são pessoas que não queremos cá.”

E economia?

As sondagens demonstram sistematicamente que a imigração é uma questão especialmente crítica para os eleitores republicanos. Para três quartos dos republicanos recenseados é mesmo “um dos assuntos mais importantes” ou “um assunto muito importante” para as suas escolhas nas intercalares (com esta preocupação a ser só ultrapassada pela economia e os impostos), de acordo com uma sondagem realizada no início de Outubro pelo jornal *Washington Post* e a ABC News.

“A imigração é claramente um tema importante. Não há dúvidas sobre isso”, afirma o perito em sondagens do Partido Republicano David Winston. “Trump acredita claramente que esta foi uma peça essencial para o seu sucesso nas primárias republicanas. Por isso, é um assunto onde se sente particularmente à vontade e sempre que acha necessário volta a introduzi-lo. Posto isto, o que é importante para a posição dos republicanos neste momento é o estado da economia.”

A imigração é um assunto poderoso e capaz de mobilizar os eleitores republicanos em muitos dos campos de batalha do Senado – estados onde costumam vencer os republicanos, como o Indiana, Missouri, Dakota do Norte, Tennessee e Virgínia, zonas onde Trump é popular. Mas o seu foco neste tópico também traz complicações aos republicanos da Câmara dos Representantes vulneráveis e que têm dificuldades em defender-se dos desafios democratas em distritos suburbanos de estados como a Califórnia, a Florida ou a Pensilvânia.

O poder do medo

Mas ao contrário de 2016, quando o Partido Republicano estava indeciso sobre que distância deveria manter da retórica Trump, o partido agora está largamente em linha com o Presidente.

Muitos dos candidatos republicanos ao Senado e a governadores têm replicado a narrativa de Trump nas suas campanhas. A republicana Marsha Blackburn, que concorre ao Senado

no Tennessee, por exemplo, tem um anúncio de campanha centrado na caravana de imigrantes onde um narrador afirma que o grupo inclui “membros de gangues, criminosos conhecidos, pessoas do Médio Oriente, e se calhar até terroristas” [a caravana começou nas Honduras, formada por pessoas que fogem precisamente da violência de gangues].

A semana passada, Trump foi bastante criticado por ter publicado *tweets* garantindo que há “criminosos e pessoas do Médio Oriente na multidão” – admitiu mais tarde não ter como provar o que escrevera.

Jennifer Duffy, editora da *newsletter Cook Political Report*, admite estar admirada por ver a retórica de Trump sobre a imigração tão disseminada na recta final da campanha. “O medo é uma emoção muito poderosa e, por isso, um motivador muito poderoso”, diz Duffy. “Existe alguma desvantagem? A nível das políticas, sim. A nível político, não.”

Texto O₁

People are destroying their Nike gear to protest Colin Kaepernick’s ‘Just Do It’
campaign

Some sliced the swooshes right out of their socks. Others lit their shoes aflame and filmed while they burned in their yards. All had strong feelings about Nike’s new “Just Do It” campaign and one of its newest faces: Colin Kaepernick.

Nike revealed Monday that Kaepernick - the out-of-work NFL quarterback who generated controversy for kneeling during the national anthem to protest racial injustice and police brutality - would be featured in its 30th anniversary “Just Do It” campaign.

“Believe in something. Even if it means sacrificing everything,” read a teaser for an ad Kaepernick tweeted.

The ad stood out as a bold statement on racial justice from Nike and as the latest demonstration of the company’s values, experts said. While companies often steer clear of taking any firm stance on race relations, experts said Nike has claimed the fight for racial equality as a tenet of its mission.

Some Kaepernick critics took that to mean sacrificing their Nike products.

Immediately, people began posting pictures of socks and shoes they had defaced or destroyed, or declaring they would be soon switching allegiances to Adidas, Brooks or Converse. (Never mind that Nike owns Converse.)

Country star John Rich showed off a pair of Nike logos that had been removed from his sound man's socks.

A video of a pair of shoes that had been set on fire went viral.

The anti-Nike puns came next.

"Just Don't," posted one Instagram user.

"Just Blew It," posted another.

President Donald Trump has been persistently critical of NFL players protesting during the national anthem, a movement Kaepernick launched. Trump and others have frequently mischaracterized Kaepernick's protests as being against the anthem or the American flag.

In an interview with Fox News last year, Trump told Sean Hannity he thought Kaepernick should have been suspended after his first protest.

"I watched Colin Kaepernick, and I thought it was terrible, and then it got bigger and bigger and started mushrooming, and frankly the NFL should have suspended him for one game, and he would have never done it again," Trump told Hannity, to cheers from a live audience watching the interview. "I will tell you, you cannot disrespect our country, our flag, our anthem. You cannot do that."

Trump weighed in on the Nike campaign Tuesday, telling the Daily Caller that he thought Nike was sending "a terrible message" using Kaepernick in the ads. Still, he acknowledged the company's right to take a stance.

"As much as I disagree with the Colin Kaepernick endorsement, in another way ... it is what this country is all about, that you have certain freedoms to do things that other people think you shouldn't do, but I personally am on a different side of it," Trump told the Daily Caller.

Meanwhile, the hashtag #NikeBoycott was trending on Twitter.

In trading Tuesday, Nike shares closed down more than 3 percent.

Nike did not respond to a request for comment.

ESPN reporter Darren Rovell, who broke the news Monday, reported Nike's new "Just Do It" campaign would target 15- to 17-year-old teenagers and also include professional athletes Odell Beckham Jr., Shaquem Griffin, Lacey Baker, Serena Williams and LeBron James. Rovell tweeted Tuesday that the NFL did not respond to a request for comment on Nike's decision. In March, Nike and the NFL announced they had extended their longtime partnership for game apparel until 2028.

Late Tuesday afternoon, the NFL released a statement saying the league "believes in dialogue, understanding and unity."

"We embrace the role and responsibility of everyone involved with this game to promote meaningful, positive change in our communities," NFL spokeswoman Jocelyn Moore said. "The social justice issues that Colin and other professional athletes have raised deserve our attention and action."

As The Washington Post's Mark Maske reported, Kaepernick last fall filed a grievance against the NFL, alleging multiple teams colluded to keep him out of the league because of his protests during the national anthem.

The irony of people discarding or defacing their Nike merchandise to protest something they disagreed with was not lost on those who supported Kaepernick and his protests. Many poked fun at the boycott, even filming satirical videos of themselves "destroying" their own Nike gear in ludicrous ways. Others vowed to wear their Nike apparel more frequently or to buy Nike gear to make up for the boycott attempt.

Companies are often pushed to respond to negative publicity or public pressure. But in Nike's case, the Kaepernick ad sends a proactive message on social and racial justice, said Anthony Johndrow, a corporate reputation adviser. The default is to shy away from campaigning on racial issues because companies fear that their own internal ranks may not "stand up to the scrutiny that will come if we take a stance on this," Johndrow said.

Johndrow said there is a perception that "you've got to keep your house in order first" and that companies "can't go proactive unless they're pristine." But Nike is charting another path, he said, not because the company lacks issues of its own but because it has historically engaged with hot-button issues in its advertising.

In 1995, for example, Nike looked to its "Just Do It" slogan to raise awareness of women's rights in sports. That same year, the company featured Los Angeles marathon runner Ric Munoz, who was HIV-positive.

Companies decide to take on issues based on how they define their mission, said Sonya Grier, a marketing professor at American University. With that comes the risk of losing those with different views. But that's an inevitable cost of taking on social justice causes, she said. It isn't always as complicated for a company to take a stance on issues like climate control.

But Nike's ad "wades into different water," Grier said.

Joe Holt, an expert on business ethics at the University of Notre Dame, said there is an important moral difference to companies promoting their views "because you have to" versus "because you want to." He said one true test of a company's values is if that company is willing to stick to them even at a financial cost. Nike's use of Kaepernick in the "Just Do It" ad seems to affirm that dedication, Holt said, because it will inevitably alienate some customers.

The Kaepernick ad is not only about racial justice, Holt said, but also tackles civil engagement. He pointed to a meeting between Kaepernick and Nate Boyer, a former Green Beret and football player, after Boyer wrote an open letter critical of Kaepernick's seated protest. Kaepernick invited him to talk.

Boyer explained that soldiers kneel at the graves of their fallen comrades out of respect. Kaepernick said he would kneel instead of taking a full seat to protest police brutality and the police-involved killings of unarmed black men.

"That is badly needed in our polarized society," Holt said. "For the most part, people on opposite sides of political questions are talking at each other but not to each other."

Texto O2

Produtos da Nike destruídos em protesto contra anúncio de Kaepernick

Depois do boicote ao jogador, acusado erradamente de desrespeitar a bandeira e o hino americanos, agora é a Nike a ser penalizada por ir ter o quarterback na nova série da campanha "Just do it". Mas a empresa mantém-se fiel aos seus princípios e o anúncio "está noutra liga".

Alguns cortaram os símbolos das suas meias. Outros pegaram fogo aos ténis e filmaram enquanto estes ardiam nos quintais. Todos tinham emoções fortes em relação à nova campanha do seu lema "Just Do It" da Nike e uma das caras que a vai representar: Colin Kaepernick.

A Nike revelou na segunda-feira que Kaepernick – o *quarterback* da NFL desempregado que gerou a controvérsia por se ter ajoelhado durante o hino nacional como forma de protesto contra a injustiça racial e a violência policial – fará parte da campanha que assinala o 30.º aniversário do *slogan* “Just Do It”. *Quarterback* é um jogador da linha avançada da equipa e a NFL é a liga nacional de futebol americano.

“Acredita em alguma coisa. Mesmo que isso signifique sacrificar tudo”, podia ler-se num *teaser* de um anúncio que Kaepernick publicou no Twitter.

O anúncio impôs-se como uma afirmação ousada a favor da justiça racial por parte da Nike e como a mais recente demonstração dos valores da empresa, dizem os especialistas. Por norma, as empresas abstêm-se de fazer qualquer afirmação sobre as relações raciais, mas os especialistas dizem que a Nike reivindicou a luta pela igualdade racial como um dos fundamentos da sua missão.

Alguns críticos de Kaepernick viram na decisão da empresa um sinal para sacrificarem os seus produtos da Nike.

De forma quase imediata, algumas pessoas começaram a publicar fotografias de meias ou de ténis que tinham estragado e destruído, ou afirmaram que em breve passariam a sua lealdade para marcas como a Adidas, a Brooks ou a Converse. (Por acaso a Converse pertence à Nike.)

A estrela de música *country* John Rich mostrou um par de logótipos da Nike que cortou de umas meias. O vídeo de uns ténis a arder tornou-se viral.

Os trocadilhos anti-Nike foram o passo seguinte: “Just Don’t”, publicou um utilizador do Instagram; “Just Blew It”, publicou outro.

O Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem criticado persistentemente os jogadores da NFL que protestam durante o hino nacional, um movimento iniciado por Kaepernick. Trump e outros têm interpretado erradamente os protestos do jogador e assumido que são protestos contra o hino ou contra a bandeira americana.

Numa entrevista que deu à Fox News no ano passado, Trump disse ao apresentador Sean Hannity que considerava que Kaepernick devia ter sido suspenso logo após o seu primeiro protesto.

“Eu vi Colin Kaepernick e achei horrível, e depois o movimento cresceu e cresceu e começou a alastrar-se e francamente a NFL devia tê-lo suspenso por um jogo e ele não

teria feito aquilo outra vez”, disse Trump a Hannity, com direito a aplausos da audiência no estúdio. “Deixa-me dizer isto, não podes desrespeitar o nosso país, a nossa bandeira, o nosso hino. Não podes.”

Trump deu a sua opinião sobre a campanha da Nike na terça-feira, dizendo ao jornal *Daily Caller* que a Nike está a passar “uma mensagem terrível” ao usar Kaepernick nos seus anúncios. Ainda assim, reconheceu o direito da empresa de tomar uma posição.

“Por muito que discorde do apoio a Kaepernick, é isto que faz o nosso país ser o que é: haver certas liberdades para fazer coisas que outras pessoas pensam que não devias fazer. Mas pessoalmente estou do lado oposto a isto”, disse Trump ao *Daily Caller*.

Entretanto, a hashtag NikeBoycott (Boicotar a Nike) tornou-se famosa no Twitter.

E na terça-feira, as acções da Nike caíram mais de 3%. A Nike não respondeu ao pedido de comentário.

O jornalista do canal de televisão de desporto ESPN Darren Rovell, que revelou a notícia na segunda-feira, disse que a nova campanha “Just Do It” da Nike tem como público-alvo adolescentes entre os 15 e os 17 anos. A campanha também inclui os atletas profissionais Odell Beckham Jr. e Shaquem Griffin, ambos jogadores de futebol americano), Lacey Baker (skater), Serena Williams (tenista) e LeBron James (basquetebol).

Na terça-feira, Rovell publicou no Twitter que a NFL não respondeu a um pedido de comentário sobre a decisão da Nike. Em Março, a Nike e a NFL anunciaram que tinham prolongado a sua parceria para os equipamentos dos jogos até 2028. No fim do dia de terça-feira a NFL emitiu um comunicado dizendo que a liga “acredita no diálogo, compreensão e união.”

“Apoiamos o papel e a responsabilidade que desempenham todos os que estão envolvidos neste jogo para promover uma mudança positiva e significativa nas nossas comunidades”, disse a porta-voz da NFL, Jocelyn Moore. “As questões sobre a justiça social que Kaepernick e outros atletas levantaram merecem a nossa atenção e acção.”

Como relatado por Mark Maske, do *The Washington’s Post*, no Outono passado, Kaepernick fez queixa da NFL, argumentando que várias equipas conspiraram para o manter fora da liga devido aos seus protestos durante o hino nacional.

A ironia de haver pessoas a deitarem fora ou estragaram produtos da Nike para protestarem contra algo com que discordam não passou ao lado dos que apoiam

Kaepernick e os seus protestos. Muitos fizeram troça do boicote e até gravaram vídeos satíricos deles próprios a “destruir” os seus produtos Nike de maneiras absurdas. Outros juraram usar com mais frequência os seus equipamentos Nike ou comprar mais produtos da Nike para compensar a tentativa de boicote.

As empresas são geralmente pressionadas a responder à publicidade negativa ou à pressão pública. Mas no caso da Nike, os anúncios de Kaepernick enviam uma mensagem pró-activa sobre justiça social e racial, disse Anthony Johndrow, um consultor especializado em reputação de empresas. A ideia pré-estabelecida é que as empresas devem evitar campanhas sobre os problemas raciais porque receiam que os seus próprios valores internos não “aguentem o escrutínio de que serão alvo se tomarem uma posição”, disse Johndrow.

Johndrow disse que há a ideia de que “tens de manter a tua casa em ordem primeiro” e que as empresas “não podem ser pró-activas a não ser que sejam intocáveis.” Mas a Nike está a traçar um novo caminho, disse, não por não ter problemas mas sim porque historicamente se tem envolvido com temas controversos através dos seus anúncios.

Em 1995, por exemplo, a Nike utilizou o *slogan* “Just Do It” para a consciencialização dos direitos das mulheres no desporto. Nesse mesmo ano, a empresa apostou também no corredor de maratonas de Los Angeles Ric Munoz, que era seropositivo.

As empresas decidem envolver-se em temas que tenham a ver com missão que definiram como sua, disse Sonya Grier, uma professora de *marketing* da American University. Com essa decisão vem o risco de perder os que têm diferentes pontos de vista. Mas esse é o custo inevitável de se envolverem em causas de justiça social, disse. Não costuma ser assim tão complicado quando uma empresa se envolve noutros temas, como o clima.

Mas o anúncio da Nike “está noutra liga”, disse Grier.

Joe Holt, especialista em ética empresarial da Universidade Notre Dame, disse que existe uma diferença moral importante entre empresas que promovem os seus pontos de vista “porque têm de o fazer” e as empresas que o fazem “porque o querem fazer”. O especialista disse que um verdadeiro teste aos valores de uma empresa é se está disposta a mantê-los mesmo que comporte um custo financeiro. A contratação de Kaepernick por parte da Nike na campanha “Just Do It” parece ser prova disso, disse Holt, porque vai inevitavelmente afastar alguns clientes.

O anúncio de Kaepernick não é apenas sobre justiça racial, disse Holt, também aborda a participação da sociedade civil. Holt menciona um encontro entre Kaepernick e Nate Boyer, um antigo Boina Verde (membro das forças especiais das Forças Armadas) e ex-jogador de futebol americano, depois de Boyer ter escrito uma carta a criticar Kaepernick por, no seu protesto, se sentar no chão. Kaepernick convidou Boyer para uma conversa.

Nessa conversa, Boyer explicou que os soldados se ajoelham nas campas dos antigos camaradas por desrespeito. Kaepernick disse que se ajoelharia em vez de se sentar para protestar contra a violência policial e contra o envolvimento policial em mortes de negros desarmados.

“E isto é extremamente necessário na nossa sociedade profundamente dividida”, disse Holt. “Na maior parte do tempo, os que estão em lados opostos nas questões políticas falam um para o outro, mas não falam um com o outro.”

Texto P₁

As Venezuela disintegrates, a new breed of pirates threatens the Caribbean

In the flickers of sunlight off the cobalt blue of the Caribbean sea, the vessel appeared as a cut on the horizon. It sailed closer. But the crew of the Asheena took no heed.

"We be lookin' for our red fish as normal, thinkin' they be fishin', too," said Jimmy Lalla, 36, part of the crew that had dropped lines in Trinidadian waters last April a few miles off the lawless Venezuelan coast.

The other vessel kept approaching. "They be needin' help?" Lalla recalled wondering as it pulled aside their 28-foot pirogue. A short, sinewy man jumped on board, shouting in Spanish and waving a pistol.

"Then we knowin'," Lalla said. "They be pirates."

Centuries after Blackbeard's cannons fell silent and the Jolly Roger came down from rum ports across the Caribbean, the region is confronting a new and less romanticized era of pirates.

Political and economic crises are exploding from Venezuela to Nicaragua to Haiti, sparking anarchy and criminality. As the rule of law breaks down, certain spots in the Caribbean, experts say, are becoming more dangerous than they've been in years.

Often, observers say, the acts of villainy appear to be happening with the complicity or direct involvement of corrupt officials - particularly in the waters off collapsing Venezuela.

"It's criminal chaos, a free-for-all, along the Venezuelan coast," said Jeremy McDermott, co-director of Insight Crime, a nonprofit organization that studies organized crime in Latin America and the Caribbean.

Comprehensive data on piracy is largely lacking for Latin America and the Caribbean. But a two-year study by the nonprofit Oceans Beyond Piracy recorded 71 major incidents in the region in 2017 - including robberies of merchant vessels and attacks on yachts - up 163 percent from the previous year. The vast majority happened in Caribbean waters.

The incidents range from glorified muggings on the high seas to barbaric attacks worthy of 17th-century pirates.

In April, for instance, masked men boarded four Guyanese fishing boats floating 30 miles off the coast of the South American nation. The crews, according to survivors' accounts, were doused with hot oil, hacked with machetes and thrown overboard, then their boats were stolen. Of the 20 victims, five survived; the rest died or were left unaccounted for.

David Granger, the president of Guyana, decried the attack as a "massacre." Guyanese authorities have suggested that it could have been linked to gang violence in neighboring Suriname.

"They said they would take the boat and that everyone should jump overboard," survivor Deonarine Goberdhan, 47, told Reuters. After being beaten and thrown in the sea, he said, "I tried to keep my head above water so I could get air. I drank a lot of salt water. I looked to the stars and moon. I just hoped and prayed."

There have been reports of piracy over the past 18 months near Honduras, Nicaragua, Haiti and St. Lucia. But nowhere has the surge been more notable, analysts say, than off the coast of Venezuela.

An economic crisis in the South American country has sent inflation soaring toward 1 million percent, making food and medicine scarce. Malnutrition is spreading; disease is rampant; water and power grids are failing from a lack of trained staff and spare parts. Police and military are abandoning their posts as their paychecks become nearly

worthless. Under the socialist government of President Nicolás Maduro, repression and corruption have increased.

The conditions are compelling some Venezuelans to take desperate action.

One Venezuelan port official, who spoke on the condition of anonymity to address official corruption, said that Venezuelan coast guard officers have been boarding anchored vessels and demanding money and food. He said commercial ships, in response, are increasingly anchoring farther off the coast, and turning off their motors and lights to avoid being seen at night.

It doesn't always work.

In July, one vessel from the local company Conferry, which offers freight services to nearby Venezuelan islands, was raided by three men brandishing knives and guns near the port of Guanta. Four crew members were left tied up for hours while food and electronics were stolen.

In January in Puerto La Cruz, also on the northeast coast, seven armed burglars boarded an anchored tanker. They tied up the vessel's guard on duty, then robbed its stores. Similar incidents have been reported in the months since, according to the Commercial Crime Services division of the London-based International Chamber of Commerce.

Trinidad and Tobago, an island nation of 1.4 million people within eyeshot of the Venezuelan coast, has long worried about crime emanating from its neighbor. Since the 1990s, drug smugglers have shipped marijuana and Colombian cocaine from Venezuelan ports to Trinidad, and from there to other Caribbean countries and beyond.

Trafficking and piracy, locals say, have recently been expanding and becoming more violent. Five Trinidadian fishermen in the southern port of Cedros, who spoke on the condition of anonymity, citing fear for their safety, said in interviews that they had witnessed a burst of Venezuelan boats arriving in recent months smuggling military-issue guns as well as drugs, women and exotic animals.

"Sometimes, those Venezuelans are willing to trade the guns and animals for food," said one 41-year-old fisherman.

Another fisherman said he was held for hours in January by Spanish-speaking pirates while his brother was contacted to pay a \$500 ransom.

A Trinidadian coast guard vessel was dispatched to patrol the waters this year after several high-profile incidents of smuggling and piracy. But locals say the criminals simply wait until the patrol passes, and then they act.

Trinidadian authorities did not respond to repeated requests for comment.

Opposition politicians, however, are decrying a surge in piracy. They also say that the flow of automatic weapons from Venezuela - some of which appear to be coming from military stores - is contributing to a swelling homicide rate in Trinidad.

"This reminds me of how the problems started off the coast of eastern Africa," said Roodal Moonilal, a lawmaker from the opposition United National Congress party, referring to a sharp rise in ship hijackings off the coast of lawless Somalia several years ago. "What we're seeing - the piracy, the smuggling - it's the result of Venezuela's political and economic collapse."

For those who make their living plying the warm waters of the Caribbean, piracy is a new source of fear. These days, locals are fishing closer to shore, and sometimes at night, to avoid the risk of attacks.

On the April afternoon when the Asheena was boarded, Lalla said, he was terrified.

"The man talkin' Spanish, he point the gun at me, then he point at the water. I be knowin'. He be wantin' that I jump," he said.

So he leaped overboard. The first mate - Narendra Sankar, 22 - followed him moments later. The men were swimming toward an offshore oil rig when Sankar suffered a cramp.

"I had already reached the rig, so I had to be jumpin' back in, to help him," Lalla said. "He was goin' to be drownin'."

They watched as the pirates seized their vessel, outfitted with two expensive outboard motors. Their captain, Andell Plummer, was still aboard. The two men were rescued from the water by a passing fishing boat. When they reported the attack to authorities, Lalla said, they were told: "We have no boat to go after them; we can do nothing."

There has been no word of Plummer since, the men say. Trinidad's Ministry of National Security did not respond to a request for comment about his case.

"My boy, they take him!" said the captain's father, Deoraj Balsingh, 58, standing by a muddy Trinidadian dock surrounded by boats.

"We don't know," Balsingh said. "We don't know if he livin' or if he dead."

Texto P2

Os (novos) piratas das Caraíbas

A crise política e económica está a espalhar-se da Venezuela para a Nicarágua, gerando anarquia e criminalidade. À medida que o Estado de Direito entra em colapso, alguns locais nas Caraíbas tornam-se mais perigosos do que foram noutros tempos.

Com os raios de sol reflectidos no azul-cobalto do Mar das Caraíbas, o navio apareceu como um corte no horizonte. Aproximava-se, mas a tripulação do Asheena não lhe prestou atenção.

“Andávamos à pesca e pensámos que andavam à pesca também,” disse Jimmy Lalla, de 36 anos, elemento da tripulação que lançara as redes nas águas de Trindade em Abril passado, a algumas milhas da costa sem lei venezuelana.

O outro navio aproximava-se. “Será que precisam de ajuda?”, lembra-se de pensar Lalla à medida que a embarcação se encostava à piroga de oito metros e meio. Um homem baixo e vigoroso saltou para bordo, gritando em espanhol e empunhando uma arma.

“Percebemos logo”, disse Lalla. “Eram piratas.”

Séculos depois de se terem silenciado os canhões de Barba Negra e de a bandeira pirata Jolly Roger ter desaparecido dos portos de rum espalhados pelas Caraíbas, a região enfrenta uma nova e menos romântica era dos piratas.

A crise política e económica está a espalhar-se da Venezuela para a Nicarágua, gerando anarquia e criminalidade. À medida que o Estado de Direito entra em colapso, alguns locais nas Caraíbas tornam-se mais perigosos do que foram noutros tempos, segundo os especialistas.

Muitas vezes, dizem testemunhas, os actos de violência parecem acontecer com a cumplicidade ou envolvimento directo de funcionários corruptos – particularmente nas águas junto à destruída Venezuela.

“É o caos delinquente, um vale tudo, junto à costa da Venezuela”, disse Jeremy McDermott, co-director da Insight Crime, uma organização sem fins lucrativos que estuda o crime organizado na América Latina e nas Caraíbas.

Existe pouca informação detalhada sobre a pirataria na América Latina e nas Caraíbas, mas um estudo feito ao longo de dois anos pela organização sem fins lucrativos Oceans Beyond Piracy registou 71 casos graves na região em 2017 – incluindo roubos de navios mercantes e ataques a iates –, numa taxa de incidência 163% mais alta que no ano anterior. A grande maioria ocorreu nas águas das Caraíbas.

As ocorrências vão desde roubos em alto mar a ataques bárbaros, dignos de piratas do século XVII.

Em Abril, por exemplo, homens mascarados entraram a bordo de quatro barcos de pesca da Guiana, a 30 milhas da sua costa. As tripulações, de acordo com os relatos de sobreviventes, foram regadas com óleo quente, atingidas com catanas e atiradas borda fora. Os barcos foram roubados. Das 20 vítimas, cinco sobreviveram. As restantes morreram ou foram dadas como desaparecidas.

David Granger, Presidente da Guiana, declarou que o ataque foi um “massacre”. As autoridades guianesas acreditam que o ataque possa estar relacionado com a violência entre gangues no vizinho Suriname.

“Disseram que iam levar o barco e que todos deviam saltar borda fora”, relatou o sobrevivente Deonarine Goberdhan, de 47 anos, à Reuters. Foi agredido e atirado ao mar. “Tentei manter a cabeça à tona para poder respirar. Bebi muita água do mar. Olhei para as estrelas e para a lua. Tive esperança e rezei.”

Ao longo dos últimos 18 meses, têm surgido testemunhos de pirataria perto das Honduras, Nicarágua, Haiti e Santa Lúcia, mas o verdadeiro aumento da pirataria, segundo os especialistas, tem acontecido junto à costa da Venezuela.

A crise económica no país da América do Sul fez com que a inflação subisse até ao milhão por cento, tornando a comida e os medicamentos difíceis de obter. A má nutrição tem-se espalhado, as doenças também, os serviços de água e electricidade falham por falta de pessoal especializado. A polícia e os militares abandonam os seus postos uma vez que os seus salários são quase inúteis. Sob o Governo socialista bolivariano do Presidente Nicolás Maduro, a opressão e a corrupção aumentam.

As condições forçam alguns venezuelanos a tomar medidas drásticas.

Um funcionário de um porto venezuelano, que falou sob anonimato sobre a corrupção, disse que guardas costeiros venezuelanos têm entrado a bordo de barcos atracados e

exigido dinheiro e alimentos. Acrescentou que os navios comerciais, como resposta, têm atracado cada vez mais longe da costa e desligado os motores e as luzes para evitarem serem vistos à noite.

Nem sempre resulta.

Em Julho, um dos barcos da empresa local Conferry, que transporta cargas para as ilhas venezuelanas mais próximas, foi atacado por três homens que empunhavam facas e pistolas, perto do porto de Guanta. Quatro membros da tripulação ficaram amarrados durante horas enquanto roubavam comida e material electrónico.

Em Janeiro, em Puerto La Cruz, também na costa nordeste, sete assaltantes armados entraram a bordo de um navio-tanque atracado. Amarraram o guarda de serviço e roubaram o armazenamento. Incidentes semelhantes foram relatados ao longo dos meses seguintes, de acordo com a Commercial Crime Services, da Câmara de Comércio Internacional, sediada em Londres.

Trindade e Tobago, país constituído por duas ilhas com 1,4 milhões de habitantes, visível da costa da Venezuela, há muito que se preocupa com a influência criminosa do país vizinho. Desde os anos 1990 que traficantes de droga levam marijuana e cocaína colombiana dos portos venezuelanos para Trindade, e daí para outros países das Caraíbas e do mundo.

Segundo os habitantes locais, o contrabando e a pirataria cresceram recentemente e tornaram-se mais violentos. Cinco pescadores no porto mais a sul de Cedros, que falaram sob anonimato por receio pela sua segurança, disseram nas suas entrevistas que têm testemunhado um aumento do número de barcos venezuelanos nos últimos meses que traficam armas militares, drogas, mulheres e animais exóticos.

“Por vezes, esses venezuelanos estão dispostos a trocar armas e animais por comida”, disse um pescador de 41 anos.

Uma embarcação da guarda costeira de Trindade foi destacada este ano para patrulhar as águas, depois de vários incidentes relevantes de roubo e pirataria. Mas os habitantes dizem que os criminosos simplesmente esperam que a patrulha passe e depois agem.

As autoridades de Trindade não responderam aos vários pedidos para comentários.

Políticos da oposição, porém, denunciavam um aumento da pirataria. Dizem também que o fluxo de armas automáticas oriundo da Venezuela – algumas parecem vir de lojas de material militar – contribui para o aumento da taxa de homicídios em Trindade.

“Isto lembra-me de como os problemas começaram na costa oriental de África”, disse Roodal Moonilal, um deputado do partido da oposição Congresso de Unidade Nacional, referindo-se ao aumento repentino de sequestros de navios na costa sem lei da Somália, há alguns anos. “O que estamos a ver – a pirataria, o tráfico – é o resultado do colapso político e económico na Venezuela.”

Para aqueles que ganham a vida nas águas quentes das Caraíbas, a pirataria é um novo motivo para ter medo. Actualmente, os habitantes pescam mais junto à costa e por vezes à noite para evitar o risco de ataques.

Na tarde de Abril em que o Asheena foi assaltado, Lalla estava aterrorizado.

“O homem falava espanhol, apontava a arma para mim, depois para a água. Eu soube. Queria que saltasse”, disse.

Então saltou borda fora. O imediato – Narendra Sankar, de 22 anos – saltou momentos depois. Os homens nadavam em direcção a uma plataforma petrolífera ao largo da costa quando Sankar teve uma câibra.

“Eu já tinha chegado à plataforma e por isso tive de saltar novamente, para o ajudar”, contou Lalla. “Ele ia afogar-se.”

Ficaram a ver enquanto os piratas roubavam o barco, com a ajuda de dois motores de fora de borda caros. O capitão do Asheena?, Andell Plummer, ainda estava a bordo. Os dois homens foram salvos por um barco de pesca que por ali passava. Segundo Lalla, quando denunciaram o caso às autoridades, responderam-lhes: “Não temos um barco para ir atrás deles, não podemos fazer nada.”

Não há sinais de Plummer desde esse dia, dizem os homens. O Ministério da Segurança Nacional não respondeu ao pedido de comentário sobre este caso.

“O meu filho, levaram-no!” disse o pai do capitão, Deoraj Balsingh, de 58 anos, numa doca lamacenta rodeada de barcos, em Trindade.

“Não sabemos – disse Balsingh –, não sabemos se está morto ou vivo.”

Texto Q1

Democrats' view of Kavanaugh shaped by bitter 2004 hearing

As Sen. Charles E. Schumer pondered the judicial nomination of Brett M. Kavanaugh, the New York Democrat could barely contain his anger. He viewed the choice as “among the most political in history” and could not think of another nominee “more designed to divide us.”

Schumer was not talking about President Trump’s nomination of Kavanaugh to be a Supreme Court justice. It was 2004, and Schumer helped lead the Democrats’ questioning of Kavanaugh to move from the George W. Bush White House to a federal circuit judgeship. Schumer and his Democratic colleagues cast him as an extreme conservative and were so effective that they blocked Kavanaugh’s nomination for three years.

Now, however, as Kavanaugh prepares for his Tuesday confirmation hearing, Democrats are still searching for a strategy that could stop his ascension to the highest court. Schumer said in an interview that his concerns from 2004 “are still the case” and have only grown as a result of Kavanaugh’s judicial rulings for 12 years.

“He has a very nice smile, but an inch below the surface, he is a hard-right warrior,” Schumer said in an interview.

Then, as now, Kavanaugh symbolizes to Democrats how partisanship has overwhelmed the process for judicial nominations. Trump’s selection of him to fill the seat vacated by Justice Anthony M. Kennedy, for whom Kavanaugh once served as a clerk, underscores a long-standing Republican goal to infuse the federal courts with judges who will strictly interpret the Constitution and seal the high court’s conservative direction on issues such as abortion and regulations.

This time, the Democrats’ stalling tactics of 2004 are unlikely to work. Schumer and his Democratic colleagues face a rules change enacted last year by Republicans under which it takes only 51 votes to stop a filibuster on a Supreme Court justice rather than the 60 votes required in the past. Republicans controlled 51 seats before the recent death of Sen. John McCain, whose replacement is expected to be named soon by Arizona’s Republican governor.

Kavanaugh in 2004: Not ‘appropriate’ to give views on Clinton impeachment

And Republicans have used their own strategies to control the flow of documents that might inform harsher questioning. The White House has said that records from Kavanaugh's time as Bush's staff secretary do not need to be released, and thousands of documents from his time in the counsel's office are being withheld by Republicans on the Senate Judiciary Committee as "committee confidential," meaning all senators may view them but cannot publicly distribute them.

The committee received 415,000 pages, of which 147,000 are being withheld. In addition, the White House said last week it will not release 101,921 pages of Kavanaugh-related records to the committee, citing the sensitivity of the communications. Democrats said the process is being manipulated by Republicans to withhold vital information and have urged that hearings be postponed until all relevant documents have been released.

When Bush in 2003 first nominated Kavanaugh to be a U.S. appellate judge, Kavanaugh's work on partisan missions put him at odds with Democrats. He worked for independent counsel Kenneth Starr and laid out the grounds in 1998 for impeaching President Bill Clinton; he acted on behalf of Bush in the Florida recount in the 2000 presidential race; he promoted conservative judicial nominees as Bush's associate counsel; and as Bush's staff secretary, he helped shape presidential policies.

"As I look through all of the different issues that you have been involved in as an attorney in public service and the private sector, it seems that you are the Zelig or Forrest Gump of Republican politics," Sen. Richard J. Durbin (D-Ill.), said at the 2004 hearing, which has received relatively little notice during the current examination of Kavanaugh's record. "You show up at every scene of the crime."

Durbin still serves on the Judiciary Committee, and for the third time will be asked to consider whether Kavanaugh should move forward for full Senate consideration. Durbin worked in 2004 with Schumer to block Kavanaugh's federal circuit court bid, and voted against Kavanaugh in 2006, when his nomination was approved.

Like Schumer, Durbin said in an interview that his concerns about Kavanaugh have only increased.

"He has Republican blood coursing through his veins," Durbin said. "Clearly he has more judicial experience than when I first ran into him," he said, but those 12 years have yielded mostly conservative decisions. "His pattern of voting is very clear," Durbin said.

Kavanaugh, at both of his prior hearings, insisted he was not an ideologue. Asked in 2004 by Durbin for an example of when he disagreed with the Republican Party, he responded that while he was a Republican, “my background has not been in party politics. I have been a lawyer for clients, working for judges.”

At another point, Kavanaugh was interrogated by Sen. Dianne Feinstein, a California Democrat who still serves on the Judiciary Committee and remains a harsh critic of the judge. Feinstein asserted her belief that Bush used a litmus test to only nominate judges who opposed abortion rights, but Kavanaugh testified that he and his colleagues at the Bush White House Counsel’s Office had never asked about a candidate’s views on abortion.

Feinstein pounced. “Could you identify five pro-choice judges that the White House sent to the Hill?” she asked.

“I don’t know whether the nominees are pro-choice or pro-life,” Kavanaugh replied.

“Four?” Feinstein countered. “Three? Two? One?”

“Senator, I’m sure there are many,” Kavanaugh responded, without giving an example.

Feinstein said in a statement to The Washington Post that Kavanaugh’s record shows he “helped select judicial nominees who were strongly opposed to women’s reproductive rights.” She wants more Bush-era records to be disclosed to reveal more about Kavanaugh’s role.

“We should take the time to understand this nominee’s full record and whether he misled the Senate under oath,” she said.

In response, the White House provided a statement to The Post from Kavanaugh’s boss in the Bush administration, then-Counsel Alberto Gonzales, who said, “We did not ask judicial nominees their views on particular matters like abortion or other policy issues. We asked about the nominee’s method of deciding cases generally, not how they would rule on a specific case or issue. To do otherwise would be entirely inappropriate. Judge Kavanaugh’s testimony reflected our consistent practice.”

Some of the Democratic arguments against Kavanaugh are no longer valid. At the time of his 2004 hearing, Democrats focused on his youth and lack of courtroom experience. He was 39 years old and had not served on any court, although he had clerked for three judges, including Justice Kennedy, whom he is now nominated to succeed. Today, he is

53 years old — considered an ideal age for someone who hopes to serve for decades on the Supreme Court — and has issued dozens of rulings for the U.S. Court of Appeals for the D.C. Circuit.

Legal scholars who have reviewed Kavanaugh's roughly 300 opinions rank him in the middle of the spectrum of other Republican-nominated judges. Adam Feldman, the founder of Empirical SCOTUS (the initialism for Supreme Court of the United States), has said that Kavanaugh's rulings put him "far to the right, but not at the edge of the spectrum."

Kavanaugh's email correspondence from his years as Bush's associate counsel shows that he was keenly aware of the politics involved in judicial nominations. One of Kavanaugh's roles was to find and vet candidates for Bush's judicial nominations. A number of Kavanaugh's favorite candidates were attacked by Democrats as extreme, and several failed to gain Senate approval. Schumer said to Kavanaugh at the 2004 hearing that "of course ideology played a role" in such selections.

In one example, Kavanaugh referenced Judge Priscilla Owen of Texas, then a Bush nominee for the U.S. Court of Appeals for the 5th Circuit. Democrats labeled her as extreme, and her nomination did not come to a floor vote.

Kavanaugh took note of the bitter outcome. In an email sent after the November 2002 elections, he forwarded a story to White House colleagues that said Owen had been defeated for partisan reasons. The story called her "an unsung winner" of the midterms because Bush had cited Democratic opposition to her as a reason to vote for Republicans. The GOP captured the Senate in the midterms. The story Kavanaugh passed along noted that the results put Feinstein and Schumer "in the minority, where their power to block nominees will be vastly reduced."

As the story predicted, Owen's nomination came up again, and she was confirmed in 2005.

Kavanaugh's own nomination was stalled until 2006, when he once again faced skeptical Democrats on the Judiciary Committee, including Schumer, Feinstein and Durbin. They once again criticized him for his inexperience and his work on Republican matters, but the main line of questioning was whether he had knowledge of Bush's torture policy and treatment of detainees. Kavanaugh, who served as associate counsel from 2001 to 2003 and then as staff secretary until 2006 testified that he was "not involved" in those policies.

That helped him win confirmation in a Republican-controlled Senate by a vote of 57 to 36 on May 26, 2006.

A year later, a story in *The Post* left some Democrats feeling misled. It reported that Kavanaugh in 2002 had been involved in at least one contentious discussion in the White House Counsel's Office during which he was asked to interpret how Justice Kennedy might view the detainee policy if it came before the court. That angered some Democrats, who believed it contradicted his assertion that he was not aware of Bush's policy.

Durbin, who said that Kavanaugh's testimony about the matter was "not accurate," said that he had asked Kavanaugh after the 2006 hearing to explain in writing how his testimony could be reconciled with the revelation of the 2002 discussion.

Durbin, who said he never received a response, plans to revisit the matter at Kavanaugh's hearing.

Texto Q2

O esforço dos democratas para impedir que Brett Kavanaugh chegue ao Supremo

A Casa Branca de Trump não permite a divulgação de mais de cem mil páginas do arquivo relativo ao juiz candidato ao Supremo e que datam do seu tempo como advogado e conselheiro de George W. Bush.

Enquanto ponderava a nomeação de Brett M. Kavanaugh, o senador democrata novaiorquino Charles E. Schumer mal conseguia conter a sua raiva. Considerou que a escolha foi "uma das mais políticas da história" e que dificilmente outro candidato seria mais perfeito "para provocar divisões".

Schumer não está a falar da actual nomeação de Kavanaugh, escolhido pelo Presidente Donald Trump para juiz do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos. Estava-se em 2004 e Schumer fazia parte dos democratas que contestavam a mudança de Kavanaugh da Casa Branca de George W. Bush para juiz do Tribunal de Recurso Federal. Schumer e os seus colegas democratas descreveram Kavanaugh como extremamente conservador e foram tão eficientes que conseguiram bloquear a nomeação durante três anos.

Agora, enquanto Brett Kavanaugh se prepara para o início da sua audiência de confirmação no Senado, na terça-feira, os democratas procuram uma estratégia para

impedir a ascensão do juiz ao Supremo Tribunal. Schumer disse numa entrevista que as suas preocupações “são as mesmas” que em 2004, e que estas aumentaram devido às decisões judiciais de Kavanaugh ao longo de 12 anos.

“Ele tem um sorriso muito bonito, mas por trás é um guerreiro da extrema-direita”, disse Schumer.

Antes, como agora, para os democratas Kavanaugh simboliza a forma como o partidarismo tem dominado o processo das nomeações judiciais. A escolha de Trump para preencher o lugar deixado vago pelo juiz Anthony Kennedy, para quem Kavanaugh trabalhou como assistente, reitera o objectivo de longa data dos republicanos de preencher os tribunais federais com juízes que irão interpretar de forma estrita a Constituição e garantir a orientação conservadora no Supremo Tribunal em assuntos como o aborto e outra legislação.

Só que, desta vez, as táticas que em 2004 não devem resultar. Schumer e os seus colegas democratas enfrentam uma alteração da legislação, promulgada no ano passado pelos republicanos, segundo a qual são precisos apenas 51 votos para impedir uma obstrução a um juiz do Supremo Tribunal Federal, em vez dos 60 votos que eram necessários anteriormente. Antes da morte do senador John McCain (que morreu na semana passada e cujo substituto, republicano, deve ser nomeado em breve pelo governador do Arizona), os republicanos controlavam 51 lugares.

E os republicanos têm as suas próprias estratégias para controlar o fluxo de documentos que poderão originar mais contestação. A Casa Branca diz que os relatórios de quando Kavanaugh era assessor de Bush não precisam de ser divulgados e milhares de documentos da altura em que fazia parte do gabinete jurídico da Casa Branca foram retidos pelos republicanos na Comissão de Justiça do Senado como “confidenciais”, o que significa que todos os senadores os podem consultar mas não divulgar.

A Comissão recebeu 415 mil páginas, das quais 147 mil estão retidas. Para além disso, a Casa Branca disse na semana passada que não irá divulgar à comissão 101,921 páginas de registos relacionados com Kavanaugh, argumentando com a sensibilidade das comunicações. Os democratas disseram que o processo está a ser manipulado pelos republicanos para ocultarem informações importantes e pediram que a audiência de confirmação, que dura quatro dias, seja adiada até que todos os documentos cruciais tenham sido divulgados.

Pouco antes do início da sessão no Senado, 42 mil páginas foram divulgadas, mas os senadores disseram que não há tempo para avaliarem este novo material.

Quando, em 2003, George W. Bush nomeou Kavanaugh para ser juiz de recurso dos EUA, o trabalho de Kavanaugh em missões partidárias pô-lo em choque com os democratas. Trabalhou para o conselheiro independente Kenneth Starr e abriu o caminho para a destituição do Presidente Bill Clinton, em 1998. Agiu depois em nome de George W. Bush na recontagem dos votos na Flórida, nas presidenciais de 2000 disputadas com o democrata Al Gore (que perdeu a recontagem e a presidência), promoveu candidatos judiciais conservadores enquanto conselheiro do Presidente e como secretário de Bush ajudou a talhar as políticas presidenciais.

“À medida que vou verificando os diferentes assuntos em que estive envolvido como advogado no serviço público e no sector privado, parece-me que és o *Zelig* ou o *Forrest Gump* da política republicana”, disse o senador Richard J. Durbin na audiência de 2004. Esta audiência passou quase despercebida na actual investigação ao currículo de Kavanaugh. “Estás em todas as cenas do crime.”

Durbin ainda faz parte da Comissão de Justiça e vai-lhe ser pedido, pela terceira vez, que pondere se Kavanaugh deve ser sujeito à consideração de todo o Senado. Em 2004 Durbin trabalhou com Schumer para travar a nomeação de Kavanaugh e votou contra ele em 2006, quando a sua nomeação foi aprovada.

Como Schumer, Durbin disse que as suas preocupações em relação a Kavanaugh só aumentaram.

“Ele tem sangue republicano nas veias”, disse Durbin. “Claramente tem mais experiência judicial agora do que quando o conheci, mas estes 12 anos foram maioritariamente compostos por decisões conservadoras. O seu padrão de voto é muito claro”, disse Durbin.

Nas suas duas audiências anteriores, Brett Kavanaugh garantiu não ser um ideólogo. Em 2004, Durbin pediu-lhe um exemplo em que a sua decisão tenha discordado da posição do Partido Republicano. Respondeu que apesar de ser republicano, o seu “enquadramento não é a política partidária - sou sim um advogado para os meus clientes, e tenho trabalhado para juízes”.

Noutra altura, Kavanaugh foi questionado pela senadora Dianne Feinstein, uma democrata da Califórnia que pertence à Comissão de Justiça e continua a ser uma grande

crítica do juiz. Feinstein estava segura de que George W. Bush utilizara um processo para nomear apenas juízes que se opunham ao aborto, mas Kavanaugh testemunhou nem ele nem qualquer colaga da equipa de conselheiros da Casa Branca de Bush perguntaram a um candidato qual a sua opinião sobre o aborto.

Feinstein atacou: “Consegue identificar cinco juízes pró-aborto que a Casa Branca tenha enviado para o Capitólio?” “Não sei se os nomeados são pró-escolha ou pró-vida”, respondeu Kavanaugh. “Quatro? Três? Dois? Um?”, insistiu ela. “Senadora, tenho a certeza que há muitos”, respondeu Kavanaugh, sem dar exemplos.

Num comunicado enviado ao *The Washington Post* Feinstein disse que os relatórios de Kavanaugh mostram que o juiz “ajudou a seleccionar candidatos [a cargos judiciais] que se opunham fortemente aos direitos reprodutivos das mulheres.” A senadora quer que mais relatórios da era Bush sejam divulgados para que se possa perceber melhor o papel de Brett Kavanaugh.

“Devíamos perder tempo a estudar os relatórios completos deste candidato para percebermos se ele enganou ou não o Senado sob juramento”, disse.

Em resposta, a Casa Branca entregou ao *Post* um comunicado do chefe de Kavanaugh durante a Administração Bush, o então conselheiro Alberto Gonzales, que diz: “Não perguntámos aos candidatos as suas opiniões sobre determinados assuntos, como o aborto e outras políticas. Fizemos perguntas sobre os seus métodos de decisão em geral, não como decidiriam num determinado caso ou tema. Fazer o contrário seria totalmente errado. O testemunho do juiz Kavanaugh reflectiu a nossa conduta consistente.”

Alguns dos argumentos democratas contra Kavanaugh já não estão válidos. Na altura da audiência de 2004, os democratas focaram-se na sua juventude e falta de experiência em tribunal. Tinha 39 anos e não trabalhara em qualquer tribunal, apesar de ter trabalhado para três juízes, incluindo o juiz Kennedy que Kavanaugh está agora nomeado para substituir. Hoje tem 53 anos – considerada a idade ideal para alguém que pretende trabalhar durante décadas no Supremo Tribunal – e emitiu dezenas de pareceres no Tribunal de Recurso Federal, no Distrito de Columbia.

Académicos da área jurídica que analisaram cerca de 300 opiniões de Kavanaugh colocam-no no meio do espectro de outros juízes republicanos nomeados. Adam Feldman, fundador da Empirical SCOTUS (empresa que avalia juízes e decisões do

Supremo Federal), disse que os pareceres de Kavanaugh o posicionam “bastante à direita, mas não no fim do espectro.”

A correspondência electrónica de Kavanaugh nos seus anos como conselheiro de George W. Bush mostra que o juiz estava ciente da política envolvida nas nomeações de juizes. Uma das suas funções era encontrar ou vetar candidatos para as nomeações judiciais de Bush. Alguns dos candidatos favoritos de Kavanaugh eram considerados extremistas pelos democratas e muitos não obtiveram a aprovação do Senado. "Claro que a ideologia tinha um papel" nestas selecções, disse Schumer a Kavanaugh na audiência de 2004.

Num exemplo que deu, Kavanaugh falou na juíza do Texas Priscilla Owen, que George W. Bush nomeou para o Tribunal de Recursos que cobre Texas, Mississippi e Louisiana. Os democratas classificaram-na como extremista e a sua nomeação não obteve votos suficientes.

Kavanaugh registou este resultado amargo. E, num email enviado depois das eleições de Novembro de 2002, encaminhou para colegas da Casa Branca um artigo que dizia que Owen tinha sido derrotada por razões partidárias. O Partido Republicano conseguiu a maioria no Senado nas intercalares e Owen foi nomeada novamente e confirmada em 2005.

A própria nomeação de Kavanaugh foi sendo adiada até 2006, quando voltou a enfrentar o cepticismo dos democratas na Comissão Judicial, incluindo o de Schumer, Feinstein e Durbin. Mais uma vez criticaram-no pela sua inexperiência e pelo seu trabalho em assuntos do Partido Republicano, mas a linha condutora doo interrogatório prendeu-se com ter ou não conhecimento das políticas de tortura da Administração Bush e do tratamento dos detidos. Kavanaugh, que trabalhou com conselheiro entre 2001 e 2003, e depois como assessor até 2006, disse que “não estava envolvido” nesses assuntos.

Uma resposta que ajudou que a confirmação da sua nomeação num Senado controlado pelos republicanos - a votação, a 26 de Maio 2006, foi de 57 a favor para 36 contra. Um ano mais tarde, um artigo no *Post* deixou alguns democratas a sentirem-se enganados. Dizia o texto que, em 2002, Kavanaugh tinha estado em pelo menos um debate controverso no Gabinete Jurídico da Casa Branca, tendo-lhe sido pedido para interpretar o que o juiz Kennedy poderia pensar sobre a política de detidos antes de o caso chegar a tribunal.

O artigo irritou alguns democratas que consideraram que, afinal e ao contrário do que dissera, estava a par das políticas de Bush.

Depois da audiência de 2006, Durbin, que considerou que o testemunho de Kavanaugh "não tinha sido exacto", pediu ao juiz para explicar por escrito a discrepância entre o que testemunhou e o que o jornal publicou. Nunca recebeu a resposta e, afirmou, vai voltar ao assunto na sessão que começa esta terça-feira.

Texto R₁

Bangkok street vendors: from Michelin star to fighting eviction

When Jay Fai, a 70-year-old street food seller in Bangkok known for her crab omelettes, won a Michelin star last year at the launch of the city's first restaurant guide, few locals were surprised.

"Auntie Fai" is as renowned for the ski goggles she wears to protect her eyes from hot oil splashing, as she is for her thick crab curry and dry congee that customers, including many who drive up in luxury cars, swear by.

But the afterglow from the global adulation was short-lived, as city officials soon resumed a drive to "return the pavement to pedestrians" evicting hundreds of vendors selling food, clothing and trinkets, for greater "order and hygiene".

Earlier this month, hundreds of hawkers marched to city hall following a daytime ban on vending on the sidewalks of Khao San road, a favourite haunt of backpackers.

What began as disparate protests by vendors facing marching orders has now morphed into an organised citywide movement that has also won support from academics and other public figures against the perceived heavy-handedness of officials.

"Street vending occupies an important space in Thai culture and history, helping to build community bonds, enabling women to work, innovating in Thai cuisine, and enriching families with no opportunity otherwise," said Chawadee Nualkhair, a food blogger.

"Shepherding them into 'centres' or eradicating them completely leaves a huge hole in the city's ecosystem."

"This hole will inevitably be filled by big corporations" like food companies and department stores, she added.

The crackdown on street vendors is part of a wider effort by Thailand's military government, which came to power in a 2014 coup, to impose order in a city famous for its vibrant nightlife and cheap and varied street food.

Authorities are also removing shanties along the Chao Phraya River to build a promenade, and have forced out a community near an old fort to make way for a public park.

Civic groups say the evictions mostly target poor residents who have little legal recourse, as they have no formal rights.

"A war is being waged against the city's own people, the poorest and most vulnerable," said Poonsap Tulaphan, director of HomeNet Thailand, which supports informal workers.

"Many of these vendors have been selling in the same spot for decades, and rely on their earnings to support themselves and their families. Without that, they have nothing," she said.

EYES AND EARS

Across Asia, governments keen to modernise booming cities increasingly view street vendors as a hindrance, and as usurpers of public spaces meant for formal businesses and wealthy residents.

But hawkers enhance the business environment, make localities more dynamic and walkable, and help deter crime by being the "eyes and ears" of the neighbourhood, said Narumol Nirathron, a professor at Bangkok's Thammasat University.

From Bangkok's older floating markets to an estimated 240,000 street vendors today, they also contribute to a functioning food system with cheap meals and snacks, particularly for less well-to-do residents, Narumol said.

Narumol's research showed that 87 percent of Bangkok's residents buy food or other items from street vendors.

Of the more than one-quarter of residents who buy from them every day, many earn less than 9,000 baht a month (\$275).

Of the vendors themselves, more than 70 percent are women, and more than two-thirds are over the age of 40 and have little education, making them particularly vulnerable, Narumol said.

The recent crackdown has hit them hard: licensed vendors are down by thousands, and tens of thousands more may be banned in 683 spots in the city, said Rewat Chobtham, president of the Network of Thai Vendors for Sustainable Development.

"This is the most devastating policy of the government," he said.

"The cancellation of licences and evictions have resulted in vendors losing their life savings, pulling their children out of school, and losing assets such as homes and vehicles," he said.

They are not alone.

Street vendors are facing animosity everywhere, as officials try to make their cities look like those in the United States or Europe, said Sarah Reed of Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO), an advocacy group.

"Let's call it what it is: elitism and corporate gentrification," she told the Thomson Reuters Foundation.

"This is particularly misguided given that many of the cities they seek to emulate are now striving to attract vendors and street markets to create the kind of street life that Southeast Asian cities like Bangkok have in abundance."

MESSENGER GROUP

Bangkok's street vendors, unlike the city's "motorbike taxis" who are also facing increasing restrictions, had not organised into a unified lobbying group before.

That changed following vendor evictions in 2016 and 2017. As group leaders from across the city met at forums and at government agencies, they began to chat and coordinate their actions via messenger apps, said Rewat.

The Network of Thai Vendors for Sustainable Development, established in April, has more than 7,500 members from 25 districts of the city, he said.

They are being backed by academics and lawyers, who have asked Prime Minister Prayuth Chan-ocha to reconsider vending regulations.

In an open letter handed to the prime minister and to city officials earlier this month, the network demanded that those evicted be allowed to return to their old spots.

They also asked for formal recognition of their right to earn livelihoods, and to be allowed to participate in decision-making on vending.

"We will consider their requests seriously and decide on a course of action," said a government spokesman.

A new committee, with vendor representatives as well as officials from the Bangkok metropolitan authority and the traffic police, will be set up within 30 days, he said.

A new vending law is needed to address issues like hygiene, stall regulation and taxes, said Rewat.

"We need a strategy that does not evict street vendors. Ending this crisis is urgent and critical," he said.

Texto R₂

Vendedores de rua de Bangucoque: da estrela Michelin à luta contra o despejo
“Tia Fai” tornou-se uma sensação mundial, mas isso não demove as autoridades de a querer tirar da rua. O governo deseja “ordem e higiene” e declarou guerra aos vendedores de rua.

Quando Jay Fai, uma vendedora de comida de rua conhecida pelas suas omeletes de caranguejo, ganhou uma estrela Michelin no ano passado, no lançamento do primeiro guia de restaurantes da cidade, a surpresa entre os locais não foi muita.

“Tia Fai”, com 70 anos, é conhecida pelos óculos de ski que usa para proteger os olhos dos salpicos de óleo quente, mas também pelo seu caril de caranguejo cremoso e pelo seu congee (papa de arroz tradicional na Ásia) e que muitos clientes, incluindo os que aparecem em carros de luxo, adoram.

Mas o êxtase depois da adoração global foi curto. Pouco tempo depois, funcionários da câmara de Bangucoque, na Tailândia, emitiram uma ordem para “devolver o passeio aos pedestres”, expulsando centenas de vendedores de comida, vestuário e bugigangas. Querem garantir “ordem e higiene”.

Um “vazio” no “ecossistema”

No início do mês, centenas de vendedores ambulantes marcharam até à câmara municipal depois de terem sido banidas as vendas durante o dia nos passeios junto à estrada Khao San, um dos sítios predilectos dos turistas.

O que começou como manifestações dispersas por parte de vendedores que tinham recebido ordens de saída transformou-se num movimento organizado generalizado, apoiado por académicos e outras figuras públicas que vêem a ordem dos funcionários como muito severa.

“As vendas de rua são muito importantes para a cultura e história tailandesas, ajudando a construir laços entre a comunidade, permitindo às mulheres que trabalhem, originando inovação na cozinha tailandesa e gerando dinheiro para famílias que não o conseguiriam de outra forma”, afirma Chawadee Nualkhair, que tem um blogue sobre comida.

“Empurrá-los para centros ou erradicá-los completamente gera um grande vazio no ecossistema da cidade”, escreveu. “Este vazio será eventualmente preenchido” por grandes empresas de produtos alimentares ou supermercados.

“Guerra” contra os cidadãos

As acções contra os vendedores de rua fazem parte de um esforço por parte do governo militar tailandês, que chegou ao poder através de um golpe de estado em 2014, para impor a ordem numa cidade famosa pela sua vida nocturna animada e comida de rua variada e barata.

As autoridades também estão a remover as barracas junto ao rio Chao Phraya para construir um passeio ao longo do rio e expulsaram uma comunidade que residia junto a um antigo forte para poderem construir um jardim público.

Grupos de cidadãos dizem que os despejos afectam principalmente residentes pobres com poucos recursos jurídicos, já que não têm direitos formais.

“Foi declarada uma guerra contra os próprios cidadãos desta cidade, os mais pobres e vulneráveis”, afirma Poonsap Tulaphan, directora da HomeNet Tailândia, que apoia os trabalhadores informais.

“Muitos destes vendedores vendem no mesmo local há décadas e dependem dos seus rendimentos para se sustentarem a si próprios e às suas famílias. Sem isso, eles não têm nada”, denuncia.

Olhos e ouvidos

Por toda a Ásia, os governos apostados em modernizar as cidades em crescimento veem cada vez mais os vendedores de rua como um problema e como usurpadores de espaços públicos destinados a empresas formais e residentes abastados.

Mas os vendedores ambulantes melhoram a vertente económica, tornam os locais mais dinâmicos e atractivos e ajudam a prevenir a criminalidade por serem os “olhos e ouvidos” da vizinhança, afirma Narumol Nirathron, professora da Universidade Thammasat em Bangucoque, que conduziu um estudo sobre o tema.

Os mercados flutuantes de Bangucoque e os 240 mil vendedores de rua contribuem também para um sistema com refeições baratas e petiscos, aos quais os residentes mais pobres conseguem ter acesso, defende Narumol.

Um estudo conduzido por Narumol demonstrou que 87% dos residentes de Bangucoque compram comida e outros itens aos vendedores de rua.

Mais de um quarto dos residentes compra comida aos vendedores todos os dias, com muitos deles a receber menos de 9 mil baht (235 euros) por mês.

Mais de 70% dos vendedores são mulheres e mais de dois terços têm mais de 40 anos e um baixo nível escolar, o que os torna particularmente vulneráveis, aponta Narumol.

A ordem para “devolver o passeio aos pedestres” afectou-os seriamente: os vendedores licenciados diminuíram aos milhares e outros dezenas de milhares poderão ainda ser banidos de 683 locais na cidade, afirma Rewat Chobtham, presidente da Rede de Vendedores Tailandeses para o Desenvolvimento Sustentável.

“Esta é a política mais devastadora do governo”, disse.

“O cancelamento das licenças e os despejos fizeram com que os vendedores ficassem sem as suas economias, retirassem os seus filhos das escolas e perdessem bens como as suas habitações e os seus veículos”, acrescentou.

Para a activista Sarah Reed, da Mulheres em Trabalho Informal: Globalização e Organização, os vendedores de rua enfrentam animosidade em todo o lado porque os funcionários do governo tentam que as suas cidades se pareçam com as cidades dos Estados Unidos ou da Europa.

“Chamemos as coisas pelos nomes: elitismo e gentrificação empresarial”, disse à Thomson Reuters Foundation.

“Esta ideia é errada dado que muitas das cidades que pretendem copiar tentam agora atrair vendedores e mercados de rua para criar o estilo de vida que cidades no sudeste da Ásia, como Bangucoque, têm.”

Texto S₁

Some atomic-bomb survivors still feel guilt over not saving others

Half of hibakusha survivors recently polled said they were unable to save other people in need of help at the time of the atomic bombings, with more than 70 percent of them saying they still feel guilty about it.

Ahead of the 73rd anniversary in August 6 and 9 of the atomic bombings, The Yomiuri Shimbun and Hiroshima University's Center for Peace jointly conducted a survey on 100 people who were within 2 kilometers of the hypocenters of the atomic bombings in Hiroshima and Nagasaki.

The survey revealed that the atomic bombings have distressed survivors not only through physical suffering, but also in the form of a sense of guilt later in life.

In the areas within 2 kilometers of the hypocenters, almost all buildings were destroyed and burned down in Hiroshima. In Nagasaki, which has basin-shaped terrain, about 80 percent of buildings collapsed and wide expanses were burned. In both Hiroshima and Nagasaki, the fatality rate stood at more than 80 percent within 1 kilometer of the hypocenters, 50 percent in areas from 1 to 1.5 kilometers and 20 percent to 30 percent from 1.5 to 2 kilometers. Those areas clearly showed the horror of nuclear weapons.

The survey was conducted through face-to-face interviews from April to July.

When asked if they were unable to save the lives of their families and other people close to them or those who were in need of help, 47 respondents said "Yes." Of them, 35 respondents replied, "Even now, I sometimes feel a heavy burden on my mind and feel guilty."

Many survivors revealed their grievous emotional suffering when the city was destroyed and people were lying on the ground on the brink of death. For example, an 87-year-old Nagasaki man said: "People who wanted water grabbed my foot, but I told them the lie that I would come back with water and just left."

When asked about how they deal with such feelings, an 88-year-old Nagasaki woman said, "As I felt that I had a responsibility to pass down the catastrophe on behalf of those who died, I devoted myself to activities to talk about what I experienced."

On the other hand, an 89-year-old Hiroshima woman said, “I couldn’t talk about my experiences until I turned 80 because doing so is like confessing sins, which is painful and shameful.”

According to the Health, Labor and Welfare Ministry, the number of people who have an Atomic Bomb Survivor’s Certificate stood at 154,859 as of the end of March this year, down 60 percent from the end of fiscal 1980 when the number was highest. The average age is now 82.06.

The survey also underscored that it is difficult for the severe experiences of hibakusha, who were victimized by the atomic bombings close to the hypocenters, to be passed down to the generations who do not know about the war. Conveying their experiences to the next generation is an urgent task.

A total of 64 respondents said the threat of nuclear weapons that the survivors feel is “not so much or barely” passed down to people living now. Only six respondents said the threat is well recognized among the public.

When asked if the International Campaign to Abolish Nuclear Weapons (ICAN) winning the Nobel Peace Prize last year would expedite moves to abolish nuclear weapons, many survivors were positive, with 20 respondents saying, “I strongly think so” and 47 saying, “I think so to a certain extent.”

Regarding a nuclear weapons ban treaty, which was promoted by ICAN and approved by the United Nations, 63 respondents said, “I have high expectations” for the treaty. This figure far surpassed the 13 who said “I don’t have expectations.”

Texto S2

Sobreviventes da bomba atômica sentem-se culpados por não terem ajudado outros

“Eu não era capaz de falar sobre a minha experiência até fazer 80 anos”, disse uma mulher de 89 anos que viveu o horror de Hiroxima.

Num inquérito feito aos *hibakusha* (expressão japonesa que se refere aos sobreviventes das bombas atômicas lançadas sobre Nagasáqui e Hiroxima), metade disse ter sido incapaz de salvar outras pessoas, e mais de 70% dizem que ainda se sentem culpados por isso.

Com o 73.º aniversário dos bombardeamentos atômicos norte-americanos do Japão – a 6 de Agosto, sobre Hiroxima, e 9 de Agosto sobre Nagasáqui – o Centro para a Paz da Universidade de Hiroxima e o jornal *Yomiuri Shimbun* inquiriram em conjunto 100 pessoas que estiveram a 2km dos hipocentros das bombas atômicas em Hiroxima e Nagasáqui.

O inquérito revelou que os bombardeamentos atômicos afectaram os sobreviventes fisicamente, mas também lhes infligiram um sentimento de culpa.

Em Hiroxima, nas áreas a menos de 2km dos hipocentros, quase todos os edifícios arderam e ficaram totalmente destruídos. Em Nagasáqui, onde o terreno é em forma de bacia, cerca de 80% dos edifícios ruíram e grandes extensões de terreno arderam.

Tanto em Hiroxima como em Nagasáqui, a taxa de mortalidade ultrapassou os 80% em zonas a menos de um quilómetro dos hipocentros. Em zonas até um 1,5km, a taxa de mortalidade foi de 50% e em zonas entre um quilómetro e meio e dois quilómetros, a taxa de mortalidade ficou entre os 20% a 30%. Estas percentagens mostram claramente o horror das armas nucleares.

O inquérito foi feito através de entrevistas presenciais entre Abril e Julho.

Quando questionados sobre se tinham sido incapazes de salvar a vida de entes queridos e de outras pessoas, 47 disseram “sim”. Mas entre estes, 35 responderam: “Mesmo no presente, por vezes sinto um peso na consciência e sinto-me culpado.”

Muitos sobreviventes revelaram o seu sofrimento emocional ao lembrar a cidade destruída e as pessoas caídas no chão à beira da morte. Por exemplo, um habitante de Nagasáqui de 87 anos disse: “Vi pessoas que queriam água e me agarravam no pé. Menti-lhes e disse que voltaria com a água. Apenas lhes virei costas.”

Quando lhes perguntaram como lidavam com tais sentimentos, uma mulher de 88 anos que vive em Nagasáqui respondeu: “Por sentir que tinha a responsabilidade de transmitir a dimensão da catástrofe em honra dos que morreram, dediquei-me a falar sobre o que vivi.”

Por sua vez, uma mulher de 89 anos, de Hiroxima, contou: “Eu não era capaz de falar sobre a minha experiência até fazer 80 anos, uma vez que fazê-lo é como confessar pecados, o que é doloroso e vergonhoso.”

De acordo com o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar, até Março deste ano existiam 154.859 pessoas com o certificado de sobrevivente da bomba atômica, menos 60% do que no fim do ano fiscal de 1980, quando o número atingiu o nível mais alto. A média das idades dos sobreviventes é agora de 82,06 anos.

O inquérito também sublinhou que as experiências traumáticas dos *hibakusha* são difíceis de relatar a gerações que não sabem da guerra e que transmitir as experiências à geração seguinte é urgente.

Dos inquiridos, 64 disseram que a ameaça das armas nucleares que os sobreviventes sentem “não é ou quase não é” transmitida às pessoas de agora. Apenas seis inquiridos disseram que a ameaça é reconhecida pelo público.

Quando perguntou se, como a Campanha Internacional para a Abolição de Armas Nucleares ganhou o Prémio Nobel da Paz no ano passado, o movimento para abolir as armas nucleares ganharia força, muitos dos sobreviventes concordaram. “Penso verdadeiramente que sim”, disseram 20 dos inquiridos; 47 preferiram a opção “Penso que sim, até certo ponto”.

Em relação a um acordo para banir armas nucleares, 63 responderam que tinham grandes expectativas quanto à obtenção de um acordo. Este número ultrapassa em muito os 13 que disseram não ter quaisquer expectativas.

Texto T₁

Russia must end torture, prosecute prison guards: U.N.

Russia must halt torture of detainees and prosecute the perpetrators, including prison guards caught on video beating an inmate, United Nations human rights investigators said on Friday.

The U.N. Committee against Torture, in a rare move, told Russian authorities to report back in a year on progress in holding to account guards who beat Yevgeny Makarov with truncheons and their superiors who suppressed the year-old tape, which provoked a public outcry.

Despite "numerous reliable" reports of torture, they rarely lead to prosecutions, or those responsible are charged with simple abuse of authority rather than a crime, said panel

member Claude Heller.

"The strengthening of the rule of law would be in a certain sense our main recommendation," Heller told a news briefing.

Jens Modvig, panel chairman, said: "One could get the impression that the prison system in Russia is almost a state in the state and is not really being scrutinised from the outside. The prison system should be better monitored with a view to preventing the episodes that we see repeatedly."

The Novaya Gazeta newspaper published the notorious 10-minute video clip last month and said the incident took place in June 2017 in a prison in the city of Yaroslavl, northeast of Moscow.

Russian deputy justice minister Mikhail Galperin told the committee last month that authorities would prosecute the guards. This would become a "very clear signal on the unacceptability of torture", he said.

Several officials have been removed from their jobs in connection with the case and 11 are in custody, authorities said.

Arrests in the case were a "good start", Modvig said. "Sometimes investigations are stopped or find no violations of any kind. It remains to be seen how Russia will deal with this case," he added.

The U.N. panel, composed of 10 independent experts, called on Russian authorities to protect Makarov, and his lawyer Irina Biryukova who has fled the country, against reprisals.

Russia must "combat impunity concerning torture and ill-treatment cases, including by ensuring that high-level government officials publicly and unambiguously affirm that torture will not be tolerated", it said.

The experts had received "consistent and numerous reports indicating the lack of prompt, impartial and effective investigation into allegations of torture or ill-treatment". Some 600,000 people are held in nearly 1,000 prisons and detention centres across Russia, with 4,000 deaths from various causes recorded each year, "one of the highest rates in the Council of Europe countries", Modvig said.

Texto T₂

Rússia tem de deixar de torturar prisioneiros, diz ONU

Responsáveis têm de ser responsabilizados e responder pelos seus crimes, diz painel de especialistas do Conselho de Direitos Humanos, que se pronunciou sobre caso denunciado recentemente.

A Rússia deve deixar de torturar presos e condenar criminalmente os agressores, incluindo os guardas prisionais filmados a agredir um prisioneiro, disseram investigadores de direitos humanos das Nações Unidas.

O Comité contra a Tortura das Nações Unidas, numa decisão rara, pediu às autoridades russas que dentro de um ano apresentem um relatório que demonstre os avanços em levar à justiça os guardas que agrediram com os seus bastões Ievgeni Makarov e os seus superiores que esconderam o vídeo durante um ano. A sua revelação, há cerca de um mês, pelo jornal independente russo *Novaya Gazeta*, causou grande indignação - e levou a seis prisões, 17 suspensões e relatos de que houve uma busca interna pelo autor da fuga de informação.

Apesar dos “inúmeros e fidedignos” relatos de tortura, estes raramente levam a acusações ou os culpados são simplesmente acusados de abuso de autoridade em vez de um crime, disse o membro do painel Claude Heller.

“O reforço da lei seria, de certo modo, a nossa principal recomendação,” disse Heller numa conferência de imprensa.

“Poderíamos ter a impressão que o sistema prisional russo é quase um Estado dentro de um Estado e que não está realmente a ser controlado pelo exterior. O sistema prisional devia ser melhor monitorizado para que se pudesse prevenir as situações que vimos recorrentemente”, afirmou Jens Modvig, presidente do grupo de peritos

O vídeo de dez minutos em que vários guardas batem à vez no prisioneiro será prova de um caso ocorrido em Junho de 2017, numa prisão da cidade de Iaroslavl, a Nordeste de Moscovo.

O vice-ministro da Justiça russo Mikhail Galperin disse ao Comité contra a Tortura das Nações Unidas que as autoridades iriam acusar formalmente os guardas. Vários oficiais foram removidos dos seus cargos por ligação ao caso e onze encontram-se detidos, confirmaram as autoridades.

Há cerca de 600 mil pessoas detidas nas quase mil prisões e centros de detenção espalhados pela Rússia, e 4000 mortes por várias causas todos os anos nestes

estabelecimentos. "É uma das taxas mais altas de morte na população carcerária num país pertencente ao Conselho da Europa", afirmou Modvig.

Texto U₁

The Starr Report got a president impeached 20 years ago, and Ken Starr wants to remind you why

It's the Sunday before the 20th anniversary of the Starr Report ("... she and the President kissed, and he touched her bare breasts with his hands and his mouth ...") and its author is late for church. He wears a navy suit, no tie, and gray Nikes.

"I'm gonna brush what remains of my hair," he says.

Ken Starr is a polite man. Instead of "hell," it's "you-know-what." Instead of "goodbye," he'll say "blessings!" Instead of "Putin"? "The thug." He likes his work, and his country, to "turn square corners." He does not jaywalk through life.

"As we say in the New Testament," he begins, and what follows, sincere as it may be, blends right in with the colorless mist outside his Manhattan hotel.

He's a man who still talks and looks and acts as if he's wearing a black robe. If life had gone another way - if George H.W. Bush hadn't bumped David Souter higher on his list, if the Clintons hadn't invested in riverfront property - Kenneth Winston Starr might now be rounding out his third decade on the Supreme Court, and his impact on America would be orderly, gilt-framed, suitable for the mantel, instead of how some people see it: a stain on a couch cushion that's been sheepishly flipped over.

Bimbo eruptions. Vince Foster's suicide. A bad land deal called Whitewater. Travelgate, Filegate, Troopergate. Monica Lewinsky. Perjury. Obstruction of justice. Fellatio near the Oval Office. Starr was the dogged independent counsel trying to get to the bottom of metastasizing Clinton scandals who eventually found the finger pointed back in his own direction, accompanied by accusations of a "witch hunt."

"A nightmare that won't ever go away," Starr's wife, Alice, said back then, when they were living in McLean, Virginia, under 24-hour police protection.

Trying to make sense of it all is like trying to fold a fitted bedsheet.

Bill Clinton's approval rating went up, and he retired to elder statesmanship. Hillary Clinton won the third-highest vote total in the history of the republic, well ahead of the man whom Starr voted for instead.

And now Starr, relieved that the Clintons are out of office for good, is squeezed in the last row of the sweaty balcony of Times Square Church. He sways politely to praise music. He listens to the pastor preach about King Solomon, how wisdom can decay into hubris and a man can become a god to himself.

"Oh, Jesus, let me finish well," the pastor says. "Keep me diligent. Don't let me assume everything is right." Starr applauds with the other congregants. In certain matters, he doesn't assume. He knows he's right.

He also knows that he is guilty of pride.

"As C.S. Lewis says, pride might be the most dangerous of sins," he says. "So I have many shortcomings, and most are rooted in pride."

Starr is back in his hotel room on the 43rd floor, pouring Pellegrino into a wine glass. Solomon on the brain, he mentions his love for the Book of Ecclesiastes. Wisdom. Folly. Vanity. The more knowledge, the more grief. Life: a chasing after the wind.

His jowls have matured. His hair has gone white. His vowels are pillowy. He is still professorial and preacherly, but gentler and cheerier and more likable than the needle-nosed prosecutor who appeared before the House Judiciary Committee 20 years ago this autumn. He is 72, a grandfather to seven, still practicing law, active in the realms of religious liberty and immigration. He's a mentor in the public schools of Waco, where he lives.

Lyndon Olson Jr., a Texas Democrat who was Bill Clinton's ambassador to Sweden, wasn't prepared to like Starr when they met, and told him so. But they've become "great friends," Olson says. "He's been a wonderful citizen in Waco."

Now Starr has laid out the defining saga of his life in a book. Its diligence and rectitude will surprise no one. He wants to remind us that he, the seeker of truth, is not to blame. He swats away words like "redemption" and "rehabilitation."

"I view it as not an apologia at all," he says, "but simply: Tell the story."

Born on the northern edge of Texas, the son of a preacher, Starr delivered his first sermon at 12. A Kennedy Democrat, he converted to conservatism during a Capitol Hill internship. He got a law degree at Duke, was named to the federal bench at 37 and became solicitor general under the elder Bush. He was drafted out of private practice to look into the various scandals dogging the Clintons and viewed this assignment like every phase of his career: as a calling. He didn't plan on it lasting five years and triggering a national conniption.

In the end, Starr and his team at the Office of the Independent Counsel sent a 453-page report (plus 2,000 pages of appendixes) to Congress, 20 years ago Tuesday. The bluntly sexual language - reprinted in newspapers across the country and eventually a best-selling book - was a shock. To many Republicans, it was the slingshot to take down Goliath. To others it was "a voluminous work of demented pornography," in the words of journalist Renata Adler. It triggered the first presidential impeachment in 130 years - and, in Starr's view, brought to account a president abusing his powers, along with 14 other people convicted in the probe.

Starr wrote the book to remind people of this.

"The system worked," he says.

His book is not called "Faith in the System." It does not feature the author on the cover, staring at the horizon. No, the book is called "Contempt," and the title is written in jaundiced yellow over a grayscale photo of Hillary whispering in Bill's ear.

"Neither had the character to become the leader of the free world," Starr says now. His book reminds people that Bill is the only U.S. president ever held in contempt of court and argues that Hillary deserves the public distrust that doomed her presidential chances. "Smug," "dismissive," "brittle," "aloof" and "liar" are among the words his book uses to describe her, along with "enabler," a charge that Donald Trump invoked during the 2016 campaign.

Starr assumed she would win. "I said I may have to move to Australia, because she is the commander-in-chief," Starr says, chuckling. "And she's very vindictive." (Hillary Clinton's spokesman did not respond to requests for comment.)

Whatever catharsis came from writing this book did not purge Starr of his disdain for the Clintons. Their legacy is contempt for justice, he says, and his is the pursuit of it, at any cost.

The animus remains mutual. "The American people saw through Starr's obsessive pursuit of President Clinton 20 years ago," says Bill Clinton's lawyer David Kendall, who famously sparred with Starr in front of Congress in November 1998, "and will see through his present attempt to rewrite history to vindicate his own sullied reputation."

We are now far enough from the '90s to view the whole picture, but we still can't agree on what we see.

"This case involving Monica Lewinsky should've been dead on arrival," Starr prosecutor Bruce Udolf told "Slow Burn," a Slate podcast on the saga. "And it served no useful purpose."

A&E will soon air a six-part documentary with interviews with Lewinsky and Starr, billed as an exploration of "the origins of today's political chicanery and tribalism."

It's easy to cast Starr's legacy as one of futile combat, but that's cheap and inaccurate. Starr claims that his investigations, however flawed, resulted in a stronger mechanism for accountability on all sides and have put the latest special counsel, Robert Mueller III, in a better position to conduct his investigation.

Then there are the disciples of Starr who have risen to the highest ranks of government. Rod Rosenstein, now the deputy attorney general, worked for the Office of the Independent Counsel. So did Alex Azar, the secretary of health and human services. Trump's nominees to the federal bench include Karin Immergut, who questioned Lewinsky before the grand jury, and Amy St. Eve, who prosecuted Whitewater investors Jim and Susan McDougal for fraud.

Another reason Starr is glad he voted for Trump: Brett Kavanaugh, who investigated Vince Foster's suicide and helped write the Starr Report, is on the cusp of confirmation to the Supreme Court.

"Ken Starr is, in fact, a hero," Kavanaugh said in November 1999, during a tribute to his mentor. "Doing the right thing, doing the hard thing, doing it very well, enduring the attacks. ... He taught us, in our office, what it means to be the man in the arena."

Starr's sense of duty, inspiring to those on his team, was blinding to those in his crosshairs. In the book, Starr depicts Susan McDougal - who served prison time for her conviction - as a disdainful abettor of the Clintons, a designation that baffles her to this day.

"When you are cloaked in righteousness it's hard to listen," McDougal says by phone from Little Rock, Arkansas. "I think he's still trying to plead his case. And I don't believe anyone believes it."

Starr has heard it all before, and follows his own advice: Be strong. Shut out the noise. Act with integrity. His stalwartness, though, was tested again in 2016, when he was fired from Baylor University amid an investigation into the school's mishandling of sexual assault cases.

"It's a matter, OK, admittedly, of personal pride: I was fired as president but resigned as chancellor," Starr says. "And I wasn't fired for cause. And that's just a matter of truth. And, obviously, vanity." The end of his tenure there, nearly coinciding with the end of the Clinton era, freed him to write "Contempt."

And then last Christmas Eve, at a restaurant in Manhattan, Ken Starr finally met Monica Lewinsky. Her family had just finished caroling in Gramercy Park, and his was wrapping up an early dinner before church.

How do I know him? she thought.

She bears a remarkable resemblance to Monica, he thought.

They made eye contact.

Here is the man who turned my 24-year-old life into a living hell, she thought.

This could be awkward, he thought.

She says they shook hands. He says they didn't. In a Vanity Fair essay, she described his demeanor as "almost pastoral," somewhere between "avuncular and creepy." In his book, he describes the encounter as "pleasant but poignant." She blames him for terrorizing her family to destroy a presidency - but out loud, she says, she simply told him she wished they'd both made different choices. He still wants her to fault Clinton for making her "the most visible casualty" of his contempt for the law - but out loud Starr merely offered gentle well-wishes.

Starr says in his book that Lewinsky, through misguided loyalty, "allowed herself to become a tragic figure." In reality Lewinsky, now 45, has transformed her own anguish into anti-bullying activism and seized a moral high ground. She declined through a representative to comment for this story, because why should she?

Starr, for his part, wishes that the interaction had been more meaningful. He would've gladly sat down with her and submitted himself to cross-examination. He has yet to run into the Clintons but would welcome the same chance with them.

"You go first," he would say, and then he would listen with the calm of a man who already knows how he'll respond.

Texto U₂

Há 20 anos Ken Starr quis destituir um Presidente e agora escreveu um livro para nos lembrar de tudo

Foi há 20 anos que o relatório sobre o comportamento de Bill Clinton foi apresentado - e desencadeou o primeiro processo de destituição presidencial em 130 anos. O seu autor relembra tudo o que se passou no livro Contempt: A Memoir of the Clinton Investigation.

Estamos no dia 9 de Setembro, o domingo antes do 20.º aniversário do Relatório Starr - "... ela e o Presidente beijaram-se, e ele acariciou os seios nus com as mãos e a boca..." - e o autor está atrasado para a missa. Usa um fato azul, sem gravata e ténis Nike cinzentos.

"Vou escovar o que resta do meu cabelo", diz.

Ken Starr é um homem educado. Em vez de dizer "inferno", diz "tu sabes o quê". Em vez de "adeus", é "boa sorte". Em vez de "Putin", é "o bandido". Gosta que o seu trabalho e o seu país joguem segundo as regras. Gosta de fazer as coisas da maneira correcta.

É um homem que ainda fala e parece e age como se estivesse a usar uma toga preta. Se a vida tivesse sido de outra forma – se George W. Bush não tivesse posto David Souter à sua frente na lista, se os Clinton não tivessem investido em propriedades à beira-rio – Kenneth Winston Starr poderia agora estar a chegar à sua terceira década no Supremo Tribunal, e o seu impacto na América teria sido emoldurado a dourado e adequado para mostrar numa prateleira, em vez de ser o que algumas pessoas vêm: uma nódoa numa almofada do sofá que foi virada ao contrário.

Relações entre mulheres e políticos. O suicídio de Vince Foster. Um mau negócio de terras chamado Whitewater. Travelgate, Filegate, Troopergate. Monica Lewinsky. Perjúrio. Obstrução à justiça. Sexo oral ao lado da Sala Oval. Starr era o conselheiro

independente obstinado em chegar ao fundo da questão de metastatizar os escândalos de Bill Clinton que viu os dedos serem apontados na sua direcção. Viu-se acusado de uma “caça às bruxas”.

“Um pesadelo que não desaparece”, disse a mulher de Starr, Alice, na altura, quando estavam a viver em McLean, na Virgínia, sob protecção policial 24 horas por dia.

Tentar encontrar um sentido em tudo isto é como dobrar um lençol de elásticos.

A taxa de aprovação de Bill Clinton subiu, e reformou-se como um político experiente e respeitado. Hillary Clinton foi derrotada pelo homem em quem Starr votou.

E agora Starr, aliviado por os Clinton terem sido afastados de vez, está apertado na última fila da varanda da igreja de Times Square, em Nova Iorque. Abana-se suavemente ao som da música. Ouve o sermão do pastor sobre o Rei Salomão, como a sabedoria se pode transformar em arrogância e um homem se pode tornar um deus para si mesmo.

“Oh, Jesus, deixa-me terminar bem”, diz o pastor. “Mantém-me diligente. Não me deixes presumir que tudo está certo.” Starr aplaude juntamente com os outros congregados. Em certos assuntos, ele não presume. Ele sabe que está certo.

Também sabe que é culpado de orgulho.

“Como diz C.S. Lewis, o orgulho pode ser o pecado mais perigoso”, diz. “Por isso tenho muitas falhas e muitas com base no orgulho.”

Starr está de volta ao quarto de hotel no 43.º piso e deita água Pellegrino para um copo. Com Salomão em mente, menciona o seu amor pelo Livro de Eclesiastes. Sabedoria. Loucura. Vaidade. Mais conhecimento, mais dor. Vida: uma corrida atrás do vento.

O seu queixo amadureceu. O cabelo ficou branco. As vogais são macias. Ainda tem aquele ar de professor e de pregador, mas mais gentil e feliz e mais amável do que o procurador que apareceu perante a Comissão de Justiça do Senado faz 20 anos este Outono. Tem 72 anos, é avô de sete netos, ainda exerce direito e é activo no que diz respeito à liberdade religiosa e imigração. É um mentor nas escolas públicas de Waco (Texas), onde vive.

Lyndon Olson Jr., um democrata do Texas que foi embaixador de Clinton na Suécia, não estava a pensar gostar de Starr quando se conheceram e disse-lho. Mas tornaram-se “grandes amigos”, diz Olson. “Tem sido um cidadão espectacular em Waco.”

Agora Starr contou a saga que foi a sua vida num livro. A sua diligência e a sua rectidão não serão surpresas para ninguém. Quer lembrar-nos que o que procurou, em nome da verdade, não foi um culpado. Renega palavras como “redenção” e “reabilitação”. “Não vejo o livro como uma desculpa, de todo - diz -, é simplesmente um contar da história.”

Nascido no limite Norte do Texas, filho de um pregador, Starr deu o primeiro sermão aos 12 anos. Converteu-se ao conservadorismo durante um estágio no Capitólio. Fez um curso de Direito em Duke, foi nomeado juiz federal aos 37 anos e tornou-se procurador-geral sob a presidência de George H. W. Bush.

Abandonou o sector privado para analisar os escândalos que rodeavam os Clinton e via este trabalho como via todas as fases da carreira: um chamamento. Não planeava que durasse cinco anos e que desencadeasse um ataque de raiva nacional.

No fim, Starr e a equipa no Gabinete do Conselho Independente enviaram um relatório de 453 páginas (mais duas mil páginas com anexos) para o Congresso, fez agora 20 anos.

A linguagem sexual directa – reimpressa em jornais em todo o país e eventualmente um livro *best-seller* – foi um choque. Para muitos republicanos, foi a físga que destruiu Golias. Para outros, foi um “trabalho volumoso sobre pornografia doentia”, nas palavras da jornalista Renata Adler. Desencadeou a primeira destituição presidencial em 130 anos – e, na opinião de Starr, responsabilizou um presidente que abusava dos poderes, com mais 14 pessoas que foram consideradas culpadas pela investigação.

Starr escreveu o livro para que as pessoas se lembrassem disso.

“O sistema funcionou”, diz.

O livro não se intitula “Fé no Sistema”. Não tem o autor na capa, a olhar para o horizonte. Não, o livro intitula-se *Contempt* (desprezo), e o título está escrito num amarelo ictérico por cima de uma foto a preto e branco de Hillary a sussurrar ao ouvido de Bill.

O livro relembra às pessoas que Bill é o único Presidente dos EUA acusado de desrespeito ao tribunal e argumenta que Hillary merece a desconfiança da opinião pública que condenou as suas hipóteses nas presidenciais de 2016. “Presunçosa”, “arrogante”, “fraca”, “distante” e “mentirosa” são algumas das palavras que Starr utiliza no livro para a descrever, juntamente com “facilitadora”, uma acusação que Donald Trump utilizou durante a campanha.

Starr presumiu que Hillary iria ganhar. “Eu cheguei a dizer que teria de me mudar para a Austrália, porque ela ia ser a comandante”, diz Starr, rindo. “E ela é muito vingativa.” (O porta-voz de Hillary não respondeu ao pedido de comentário).

Qualquer que tenha sido a catarse ao escrever este livro, não livrou Starr do desdém pelos Clinton. O seu legado é o desprezo pela justiça, diz, e o seu é a procura dela, a qualquer custo.

A animosidade continua a ser mútua. “Os americanos viram-no através da perseguição obsessiva de Starr aos Clinton há 20 anos”, disse o advogado de Bill Clinton, David Kendall - que argumentou contra Starr em frente ao Congresso em Novembro de 1998 -, “e verão a sua tentativa de reescrever a história para se vingar pela sua reputação manchada.”

Estamos agora muito longe dos anos 1990 para podermos ter o panorama geral, mas ainda assim não podemos concordar com o que vemos.

“O caso que envolve Monica Lewinsky não devia ter recebido qualquer atenção”, disse ao podcast *Slow Burn* Bruce Udolf, o procurador que indiciou Starr. “E não teve qualquer utilidade.”

É fácil classificar o legado de Starr como um fútil combate, mas isso é incorrecto. Starr clama que as investigações, por muitas falhas que tenham tido, originaram um sistema mais forte para a responsabilização de todas as partes e deixou o actual procurador especial, Robert Mueller (que investiga se houve interferência russa nas eleições de 2016), em melhor posição para fazer o seu trabalho.

Depois existem os discípulos de Starr que chegaram aos cargos mais altos do governo. Rod Rosenstein, agora vice-procurador geral, trabalhou para o Gabinete do Conselho Independente. Alex Azar, o secretário dos Serviços de Saúde, também. Os nomeados de Trump para juízes federais incluem Karin Immergut, que interrogou Lewinsky à frente do júri, e Amy St. Eve, que julgou os investigadores de Whitewater, Jim e Susan McDougal, por fraude.

Outra razão por que Starr estava contente por ter votado em Trump: Brett Kavanaugh, que investigou o suicídio de Vince Foster e ajudou a escrever o *Relatório Starr*, estava, na altura desta conversa com o antigo procurador, prestes a ser confirmado para o Supremo Tribunal. [A confirmação foi suspensa para se ouvir uma mulher que o acusa de tentativa de abuso sexual quando ambos eram adolescentes].

“Ken Starr é de facto um herói”, disse Kavanaugh em Novembro de 1999, durante uma homenagem ao mentor. “Fazer a coisa certa, fazer o que é difícil, fazendo-o bem, aguentando os ataques... Ele ensinou-nos, no nosso gabinete, o que é ser o homem na arena.”

O sentido de dever de Starr, inspirador para os que faziam parte da equipa, é na verdade ofuscante na opinião dos que se encontravam na mira dele. No livro, Starr descreve Susan McDougal – que cumpriu pena na prisão – como uma desdenhosa cúmplice dos Clinton, uma descrição que ainda hoje a surpreende.

“Quando estás coberto de virtude é difícil ouvir”, diz McDougal a partir de Little Rock, no Arkansas. “Eu acho que ele ainda está a defender o seu caso. Não acredito que alguém acredite nele.”

Starr já ouviu isto tudo antes e segue o seu próprio conselho: sê forte; bloqueia o barulho; age com integridade. Porém, em 2016 o seu vigor foi novamente testado, quando foi despedido da Universidade de Baylor devido a uma investigação sobre a falta de capacidade da universidade em lidar com casos de agressão sexual.

“É uma questão, admito, de orgulho pessoal: fui despedido enquanto presidente mas demiti-me enquanto conselheiro”, diz Starr. “E não fui despedido com motivo. E essa é uma verdade. E também uma vaidade.” O fim do seu mandato na universidade, quase coincidindo com o fim da era Clinton, permitiu que escrevesse *Contempt*.

E na última véspera de Natal, num restaurante em Manhattan, Ken Starr finalmente conheceu Monica Lewinsky. A família dela acabara de cantar músicas de Natal em Gramercy Park, e a família dele estava a chegar ao fim de um jantar antes da missa.

De onde é que o conheço?, pensou ela.

Ela parece-se muito com a Monica, pensou ele.

Houve contacto visual.

Aqui está o homem que transformou a minha vida num inferno quando eu tinha apenas 24 anos, pensou ela.

Isto é constrangedor, pensou ele.

Ela diz que deram um aperto de mão. Ele diz que não. Num artigo publicado na *Vanity Fair*, Monica descreve o seu comportamento como “quase bucólico”, quase entre

“parental e sinistro”. No livro, Starr descreve o encontro como “agradável mas intenso”. Ela culpa-o por ter aterrorizado a sua família para poder destruir uma presidência – mas em voz alta, apenas lhe disse que desejava que ambos tivessem feito escolhas diferentes. Ele ainda quer que ela culpe Clinton por ter feito dela “a vítima mais visível” do seu desprezo pela lei – mas em voz alta Starr apenas lhe desejou tudo de bom.

Starr diz no livro que Lewinsky, através de uma lealdade insensata, "permitiu tornar-se uma trágica figura". Na realidade Lewinsky, agora com 45 anos, transformou a própria angústia numa campanha anti-*bullying* e atingiu um elevado nível moral. Declinou através de um representante tecer comentários para este artigo. Realmente, porque o faria?

Starr, pela sua parte, deseja que a interacção tivesse sido mais substancial. Teria aceitado de bom grado sentar-se com Monica e submeter-se ao seu interrogatório. Ainda não se encontrou com os Clinton mas também aceitaria fazer o mesmo com eles.

“Vocês, primeiro”, diria, e depois ouviria com a calma de um homem que já sabe qual será a sua resposta.

Texto V₁

As Khashoggi crisis grows, Saudi king asserts authority, checks son's power -sources

So grave is the fallout from the disappearance of Saudi journalist Jamal Khashoggi that King Salman has felt compelled to intervene, five sources with links to the Saudi royal family said.

Last Thursday, Oct. 11, the king dispatched his most trusted aide, Prince Khaled al-Faisal, governor of Mecca, to Istanbul to try to defuse the crisis.

World leaders were demanding an explanation and concern was growing in parts of the royal court that the king's son Crown Prince Mohammed bin Salman, to whom he has delegated vast powers, was struggling to contain the fallout, the sources said.

During Prince Khaled's visit, Turkey and Saudi Arabia agreed to form a joint working group to investigate Khashoggi's disappearance. The king subsequently ordered the Saudi public prosecutor to open an inquiry based on its findings.

"The selection of Khaled, a senior royal with high status, is telling as he is the king's personal adviser, his right hand man and has had very strong ties and a friendship with (Turkish President) Erdogan," said a Saudi source with links to government circles.

Since the meeting between Prince Khaled and Erdogan, King Salman has been "asserting himself" in managing the affair, according to a different source, a Saudi businessman who lives abroad but is close to royal circles.

Saudi officials did not immediately respond to Reuters questions about the king's involvement in helping to supervise the crisis. A spokesman for Prince Khaled referred Reuters to government representatives in Riyadh.

Khashoggi, a U.S. resident and leading critic of Prince Mohammed, vanished after entering the Saudi consulate in Istanbul on Oct. 2. Turkish officials say they believe the Saudi journalist was murdered there and his body removed, allegations which Saudi Arabia has strongly denied.

Initially the king, who has handed the day-to-day running of Saudi Arabia to his son, commonly known as MbS, was unaware of the extent of the crisis, according to two of the sources with knowledge of the Saudi royal court. That was partly because MbS aides had been directing the king to glowing news about the country on Saudi TV channels, the sources said.

That changed as the crisis grew.

"Even if MbS wanted to keep this away from the king he couldn't because the story about Khashoggi's disappearance was on all the Arab and Saudi TV channels watched by the king," one of the five sources said.

"The king started asking aides and MbS about it. MbS had to tell him and asked him to intervene when Khashoggi's case became a global crisis," this source said.

Since he acceded to the throne in January 2015, the king has given MbS, his favourite son, increasing authority to run Saudi Arabia. But the king's latest intervention reflects growing disquiet among some members of the royal court about MbS's fitness to govern, the five sources said.

MbS, 33, has implemented a series of high-profile social and economic reforms since his father's accession, including ending a ban on women driving and opening cinemas in the conservative kingdom.

But he has also marginalized senior members of the royal family and consolidated control over Saudi's security and intelligence agencies.

His reforms have been accompanied by a crackdown on dissent, a purge of top royals and businessmen on corruption charges, and a costly war in Yemen.

Khashoggi's disappearance has further tarnished the crown prince's reputation, deepening questions among Western allies and some Saudis about his leadership.

"Even if he is his favourite son, the king needs to have a comprehensive view for his survival and the survival of the royal family," said a fourth Saudi source with links to the royal court.

"In the end it will snowball on all of them."

Saudi officials did not immediately respond to Reuters requests for comment.

MISCALCULATION

Saudi Arabia has repeatedly denied any role in Khashoggi's disappearance. But the sources familiar with the royal court said the reaction from the United States, an ally for decades, had contributed to the king's intervention.

"When the situation got out of control and there was an uproar in the United States, MbS informed his father that there was a problem and that they have to face it," another source with knowledge of the royal court said.

The crown prince and his aides had initially thought the crisis would pass but they "miscalculated its repercussions", this source said.

Turkish officials have made clear they believe Khashoggi was killed inside the consulate, and two Turkish sources have told Reuters police have audio recordings to back up that assertion.

U.S. Senator Lindsey Graham, a Republican close to President Donald Trump, on Tuesday accused MbS of ordering Khashoggi's murder and called him a "wrecking ball" who is jeopardizing relations with the United States. He did not say what evidence he was basing the allegation on.

Trump said on Thursday he presumed Khashoggi was dead but that he still wanted to get to the bottom of what exactly happened. Asked what would be the consequences for Saudi Arabia, Trump said: "Well, it'll have to be very severe. I mean, it's bad, bad stuff. But we'll see what happens."

Trump has previously said "rogue killers" may have been responsible and has ruled out cancelling arms deals worth tens of billions of dollars. On Tuesday, Trump said he had spoken with MbS and that the crown prince told him he did not know what had happened in the consulate where Khashoggi went missing.

The case poses a dilemma for the United States, as well as Britain and other Western nations. Saudi Arabia is the world's top oil exporter, spends lavishly on Western arms and is an ally in efforts to contain the influence of Iran.

But in a sign of the damage, a succession of international banking and business chiefs, including IMF Managing Director Christine Lagarde, JP Morgan Chief Executive Jamie

Dimon and Ford Chairman Bill Ford, have pulled out of a high-profile investment conference in Saudi Arabia this month.

U.S. Treasury Secretary Steven Mnuchin on Thursday also abandoned plans to attend, as did Britain's trade minister and the French and Dutch finance ministers, putting the event in question.

Saudi officials have said they plan to move forward with the conference, scheduled for Oct. 23-25, despite the wave of cancellations.

Neither JP Morgan nor Ford would elaborate on the reasons for the decision not to attend and did not comment on whether concerns about the disappearance of Khashoggi were a factor.

Lagarde had previously said she was "horrified" by media reports about Khashoggi's disappearance. An IMF spokesperson did not give a reason for her deferring her trip to the Middle East.

TAKING CONTROL

Before the king's intervention, Saudi authorities had been striking a defiant tone, threatening on Sunday to retaliate with greater action against the U.S. and others if sanctions are imposed over Khashoggi's disappearance. A Saudi-owned media outlet warned the result would be disruption in Saudi oil production and a sharp rise in world oil prices.

"Reaction and threats to the possible sanctions of the last 24 hours were still (coming) from the crown prince," the businessman close to royal circles said on Monday. "The king is now holding the file personally ... and the tone is very different."

The king has spoken directly with Erdogan and Trump in recent days. Both the king and his son met U.S. Secretary of State Mike Pompeo when he visited Riyadh on Tuesday. King Salman, 82, spent decades as part of the inner circle of the Al Saud dynasty, which long ruled by consensus. In four decades as governor of Riyadh, he earned a reputation as a royal enforcer who punished princes who were out of line.

Whether he is willing or able to resume that role in this crisis remains unclear, palace insiders say. One source with links to the royal court said the king was "captivated" by MbS and ultimately would protect him.

Still, there is precedent for the king's intervention.

He stepped in this year to shelve the planned listing of national oil company Saudi Aramco, the brainchild of MbS and a cornerstone of his economic reforms, three sources with ties to government insiders told Reuters in August. Saudi officials have

said the government remains committed to the plans.

And when MbS gave the impression last year that Riyadh endorsed the Trump administration's still nebulous Middle East peace plan, including U.S. recognition of Jerusalem as Israel's capital, the king made a public correction, reaffirming Riyadh's commitment to the Arab and Muslim identity of the city.

Despite these rare instances of pushback, several of the sources close to the royal family said that King Salman had grown increasingly detached from decisions taken by MbS.

"He has been living in an artificially-created bubble," said one of the sources. Lately, though, the king's advisers have grown frustrated and begun warning him of the risks of leaving the crown prince's power unchecked.

"The people around him are starting to tell him to wake up to what's happening," the source said.

Texto V₂

Salman deu todo o poder a MBS, mas teve que "acordar"

O rei saudita foi mantido na ignorância da crise aberta pelo "caso Khashoggi". Tem 82 anos e passou a governação ao seu filho favorito, MBS. A indignação ocidental e os apelos para que controle MBS obrigou-o a intervir.

As consequências do desaparecimento do jornalista saudita Jamal Khashoggi poderão ser tão graves que o rei Salman sentiu-se obrigado a intervir, de acordo com cinco fontes próximas da família real saudita.

Na quinta-feira, o rei enviou o seu assistente mais próximo, o príncipe Khaled al-Faisal, governador de Meca, a Istambul (Turquia) numa tentativa de controlar a crise.

Os líderes mundiais exigiram uma explicação. E na corte surgiu a preocupação de que o filho do rei, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MBS), a quem o rei delegou bastante poder, estivesse em dificuldade para controlar a crise, aumentou, disseram as fontes.

Durante a visita do príncipe Khaled, a Turquia e a Arábia Saudita concordaram criar um grupo de trabalho conjunto para investigar o desaparecimento de Khashoggi. Depois, o rei ordenou que o procurador público abrisse um inquérito com base no que o grupo descobrisse.

“A escolha de Khaled, uma figura muito influente da família real, é reveladora, uma vez que Khaled é o conselheiro pessoal do rei, o seu braço direito, e tem ligações próximas e é amigo do Presidente turco Erdogan”, disse uma fonte saudita com ligações ao Governo.

Desde o encontro entre o príncipe Khaled e Erdogan, o rei Salman tem insistido em ser ele a gerir a crise, de acordo com outra fonte, um empresário saudita que vive no estrangeiro, mas que é próximo da família real.

Representantes sauditas não responderam às perguntas da Reuters sobre o envolvimento do rei na gestão da crise. Um porta-voz do príncipe Khaled disse à Reuters para falar com representantes do Governo em Riad.

Khashoggi, residente nos Estados Unidos e principal crítico do príncipe MBS, desapareceu depois de entrar no consulado saudita em Istambul no dia 2 de Outubro. Fontes turcas disseram acreditar que o jornalista saudita foi assassinado no local e o corpo transportado, acusações que a Arábia Saudita negou veementemente. Esta sexta-feira, o rei saudita confirmou a morte do jornalista.

Inicialmente, o rei, que entregou a gestão diária da Arábia Saudita a MBS, desconhecia a dimensão da crise, segundo duas fontes que conhecem a corte saudita. Isto porque os colaboradores de Mohammed apenas mostram ao rei notícias elogiosas sobre o país nos canais televisivos sauditas, disseram as fontes.

À medida que a crise cresceu, a realidade mudou. “Mesmo que MBS quisesse esconder a crise do rei, não podia porque a notícia sobre o desaparecimento de Khashoggi deu em todos os canais árabes e sauditas, que o rei vê”, disse uma das cinco fontes.

“O rei começou a fazer perguntas sobre o assunto aos colaboradores e a MBS, que teve que lhe contar e pediu-lhe para intervir quando o caso de Khashoggi se tornou uma crise mundial”, disse a mesma fonte.

Desde que ascendeu ao trono, em Janeiro de 2015, o rei deu a MBS, o seu filho favorito, autoridade crescente para gerir a Arábia Saudita. Mas a mais recente intervenção do rei reflecte o desassossego crescente entre alguns membros da corte relativamente à capacidade de MBS para governar, disseram as cinco fontes.

O príncipe herdeiro, de 33 anos, implementou uma série de reformas sociais e económicas de grande impacto desde a ascensão do seu pai ao trono, incluindo o fim da proibição das mulheres conduzirem e a abertura de cinemas no reino conservador.

Mas também marginalizou elementos mais velhos da família real e agregou o controlo das agências de segurança e dos serviços secretos sauditas.

As suas reformas têm sido acompanhadas pela repressão aos dissidentes, o afastamento de importantes membros da família real e de empresários, com base em acusações de corrupção, e por uma guerra dispendiosa no Iémen.

O desaparecimento de Khashoggi manchou ainda mais a reputação do príncipe herdeiro e aprofundou as dúvidas entre aliados ocidentais e alguns sauditas sobre a sua capacidade de liderança.

“Mesmo que seja o seu filho favorito, o rei tem de ter como preocupação principal a sua sobrevivência e a da família real”, disse uma quarta fonte com ligações à corte. “Porque [os problemas] irão recair sobre eles todos.”

Erro de cálculo

A Arábia Saudita negou várias vezes ter qualquer tipo de envolvimento no desaparecimento de Khashoggi. Mas as fontes próximas da família real disseram que a reacção dos Estados Unidos, aliado há várias décadas, contribuiu para a intervenção do rei.

“Quando a situação ficou fora de controlo e houve agitação por parte dos Estados Unidos, MBS disse ao pai que existia um problema e que teriam de o enfrentar”, disse outra fonte próxima da corte.

O príncipe herdeiro e os seus colaboradores acreditaram inicialmente que a crise iria passar, mas calcularam mal as suas repercussões, disse a mesma fonte.

Governantes turcos deixaram claro que acreditam que Khashoggi foi assassinado dentro do consulado e duas fontes turcas disseram à Reuters que a polícia tem gravações áudio que corroboram essa afirmação.

Na terça-feira, o senador republicano dos Estados Unidos Lindsey Graham, um próximo do Presidente Donald Trump, acusou MBS de encomendar o assassinio de Khashoggi e disse que o príncipe é "um martelo pneumático" que está a prejudicar as relações com os EUA.

Na quinta-feira, Trump disse que presumia que Khashoggi estivesse morto, mas que ainda queria descobrir o que aconteceu exactamente. Quando questionado sobre quais seriam

as consequências para a Arábia Saudita, Trump disse: “Bem, terão de ser muito severas. Quero dizer, isto é mau, muito mau. Mas veremos o que acontece.”

Trump disse anteriormente que provavelmente os responsáveis seriam assassinos por conta própria e descartou a hipótese de cancelar a venda de armas à Arábia Saudita, no valor de dezenas de milhares de milhões de dólares. Na terça-feira, Trump disse que tinha falado com MBS e que o príncipe herdeiro lhe disse não saber o que se passou no consulado.

O caso cria um dilema para os Estados Unidos, mas também para o Reino Unido e outros países ocidentais. A Arábia Saudita é o maior exportador de petróleo do mundo, gasta muito dinheiro em armamento ocidental e é um aliado para a contenção da influência do Irão no Médio Oriente. Mas como exemplo dos danos causados, muitos empresários e banqueiros importantes, incluindo a directora-geral do FMI, Christine Lagarde, o presidente e CEO da JP Morgan, Jamie Dimon, e o presidente da Ford, Bill Ford, desistiram de ir a uma importante conferência sobre investimento na Arábia Saudita na semana que vem.

Na quinta-feira, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steven Mnuchin, também desistiu da conferência, tal como o ministro do Comércio britânico e ministros das Finanças francês e holandês. Fontes oficiais sauditas disseram que planeiam realizar a conferência, marcada para 23-25 de Outubro, apesar das desistências.

Nem a JP Morgan nem a Ford quiseram especificar os motivos da sua desistência e não disseram se as preocupações sobre o desaparecimento de Khashoggi foram um factor. Lagarde disse estar “horrorizada” com os relatos da imprensa sobre o desaparecimento de Khashoggi. Um porta-voz do FMI não disse qual a razão por que Lagarde adiou a sua visita ao Médio Oriente.

Tomar o controlo

Antes da intervenção do rei, as autoridades sauditas apresentavam um tom desafiador, ameaçando no domingo retaliar fortemente contra os Estados Unidos e outros países se estes impusessem sanções devido ao desaparecimento de Khashoggi. Um órgão de comunicação saudita disse que as consequências seriam a quebra na produção de petróleo saudita e um aumento acentuado nos preços do petróleo.

“Ameaças com as possíveis sanções ainda estavam a ser proferidas pelo príncipe herdeiro há 24 horas”, disse um empresário próximo da corte na segunda-feira. “O rei está agora a tratar do assunto pessoalmente... e o tom é extremamente diferente.”

O rei falou directamente com Erdogan e Trump nos últimos dias. Tanto o rei como o seu filho se reuniram com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, quando este visitou Riad na terça-feira.

O rei Salman, de 82 anos, esteve durante décadas no círculo de poder da dinastia Al Saud, que há muito governa por consenso. Nas quatro décadas em que foi governador de Riad (a capital), tornou-se conhecido por ser rígido, punindo os príncipes que pisavam o risco.

É pouco claro se está disposto ou se quer recuperar esse papel nesta crise, dizem membros do palácio. Uma fonte com ligações à corte disse que o rei estava “fascinado” com MBS e que o iria proteger.

Ainda assim, o rei já teve que intervir noutros assuntos no passado.

Este ano, adiou a entrada na bolsa da empresa de petróleo nacional Saudi Aramco, criação de MBS e um alicerce da sua reforma económica, disseram à Reuters em Agosto três fontes com ligações a membros do Governo. Fontes oficiais sauditas disseram que o Governo continua empenhado nestes planos.

E quando, no ano passado, MBS deu a ideia de que Riad apoiava o obscuro plano da Administração Trump para a paz no Médio Oriente, incluindo o reconhecimento norte-americano de Jerusalém como capital de Israel, o rei corrigiu-o publicamente reafirmando o compromisso de Riad em manter a identidade árabe e muçulmana da cidade.

Apesar destes momentos raros de resistência, várias fontes próximas da família real disseram que o rei Salman se tem desligado cada vez mais das decisões tomadas por MBS.

“Ele tem vivido numa bolha artificial”, disse uma das fontes.

Porém, ultimamente, os conselheiros do rei começaram a sentir-se frustrados e começaram a alertar o rei para os riscos de não haver controlo do poder do príncipe herdeiro.

“Os que estão à sua volta começaram a dizer-lhe para 'acordar' e ver o que está a acontecer à sua volta”, disse a fonte.